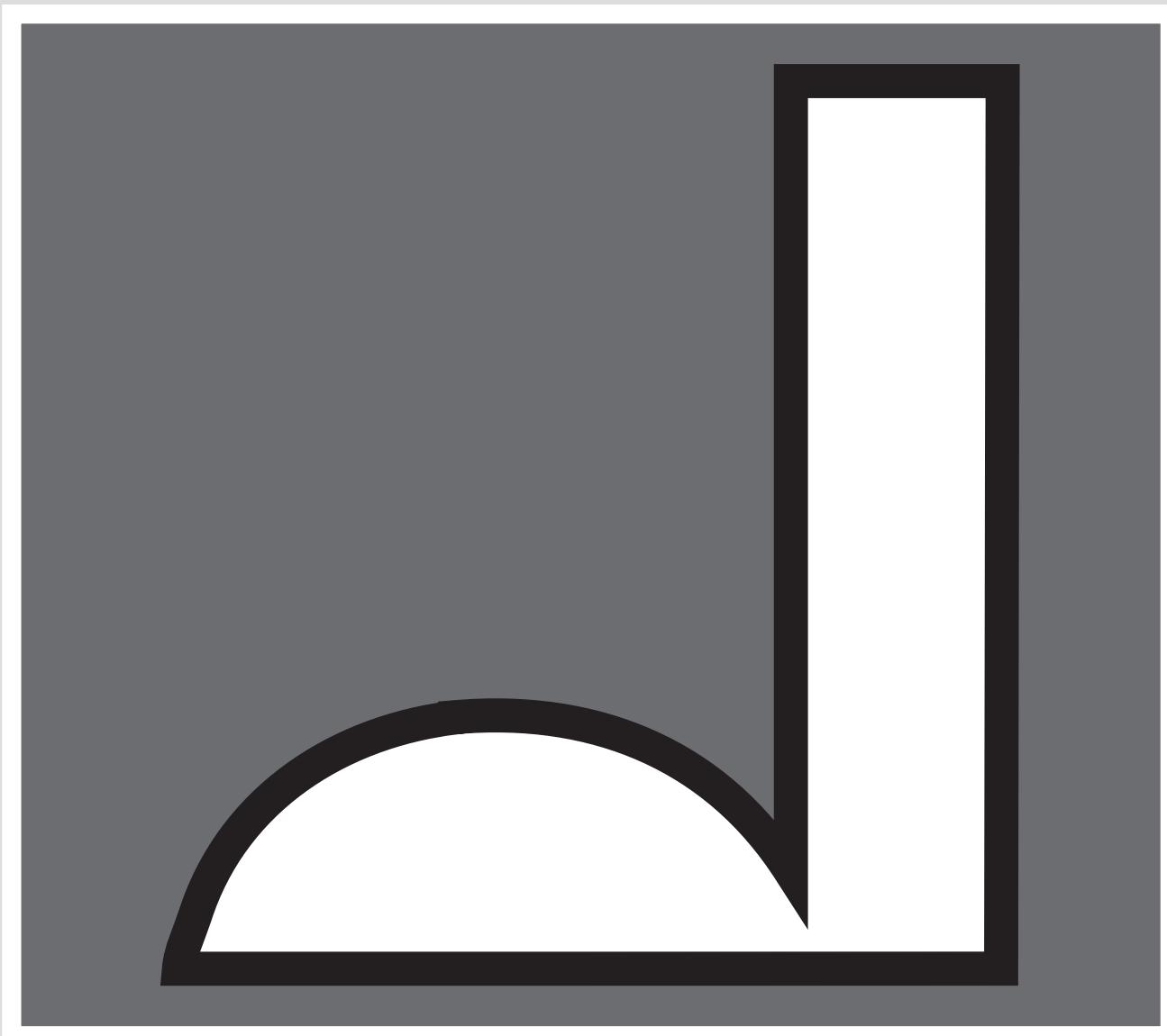




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - N° 035 - SEXTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
Mão Santa- (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO
Patrícia Saboya - (PDT-CE)
Suplentes de Secretário
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

<p>Maioria (PMDB/PP) - 20</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p>Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB</p> <p>Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes</p> <p>Líder do DEM - 14 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antônio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes</p> <p>Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p>
<p>PTB - 7</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma</p>
<p>PDT - 5</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT</p> <p>Vice-Líder Patrícia Saboya</p>		

EXPEDIENTE

<p>José Alexandre Lima Gazineo Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 36ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE MARÇO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso regimental no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 489, de 2007; 72, 87, 228, 249, 304, 305, 307, 322, 324, 326, 327, 330, 332, 333, 334, 336, 337, 338, 339, 342, 345, 346, 349, 351, 352, 354, de 2008.

06994

1.2.2 – Comunicações

Da Presidenta da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, do Congresso Nacional, comunicando a eleição da Deputada Vanessa Grazziotin, para o cargo de Vice-Presidenta, e o Deputado Colbert Martins, para o cargo de Relator da Comissão. (Ofício nº 3/2009, de 25 do corrente).

06995

Do Senador Gilberto Goellner, solicitando o registro de sua presença na sessão do dia 26 de março de 2009. (Ofício nº 39/2009, de 26 do corrente).

06996

1.2.3 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 402/2009, de 26 do corrente, encaminhando o Ofício nº 81/2009, da Liderança do Partido Verde, de indicação para a Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas.

06997

1.2.4 – Comunicações

Da Liderança do Governo, no Congresso Nacional, de substituição de membro para o cargo de Vice-Líder. (Ofícios nº 26, de 2009, de 25 do corrente)

06997

Da Liderança do Governo, no Congresso Nacional, de indicação de membro para a vaga de Vice-Líder. (Ofício nº 28/2009, de 26 do corrente)

06997

1.2.5 – Parecer

Nº 90, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2004, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para o fim de determinar aos ór-*

gãos e entidades da Administração Pública o uso da Rede Mundial de Computadores nos procedimentos licitatórios e atos subsequentes.....

06998

1.2.6 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 5/2009, de 11 do corrente, comunicando a aprovação em caráter terminativo, com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2004.....

07007

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2004, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

07008

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 318, de 2009, de autoria do Senador Heráclito Fortes, *solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2009, seja encaminhado também à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais, além das comissões constantes do despacho inicial.*

07008

Nº 319, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, e outros senhores senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 17 de setembro do corrente ano.*

07008

1.2.9 – Mensagem do Presidente da República

Nº 48, de 2009 (nº 185/2009, na origem), de 25 do corrente, informando que se ausentará do País no período de 27 de março a 3 de abril de 2009, em viagens oficiais ao Chile, Catar, França e Reino Unido.

07008

1.2.10 – Leitura de projetos

Projeto de Resolução nº 11, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, *que dispõe sobre o estágio-visita no âmbito do Senado Federal.*

07008

Projeto de Resolução nº 12, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, que *dispõe sobre a criação do Portal de Transparência do Senado Federal na Rede Mundial de Computadores e disciplina as informações a serem divulgadas no mesmo. Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2009, de autoria do Senador Gerson Camata, que dá nova redação ao inciso II do art. 14 da Lei nº 10.893, de*

13 de julho de 2004, para isentar do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante as mercadorias que especifica.

Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que os gastos com educação sejam integralmente deduzidos da base de cálculo do Imposto De Renda da Pessoa Física.

Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que obriga aos prestadores de serviços continuados a emissão de comprovante anual de quitação de débitos dos clientes com as mesmas.

1.2.11 – Discursos do Expediente

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Homenagem pelo transcurso, na data de hoje, do 237º aniversário da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Homenagem pelo transcurso hoje, dos 18 anos da assinatura do Tratado de Assunção. Lembrança pelos dois anos do Parlamento do Mercosul, instalado em 14 de dezembro de 2006.

SENADOR GERSON CAMATA – Agradecimentos aos seus Pares pela aprovação da lei que deu maioridade ao cooperativismo brasileiro. Apelo no sentido da apreciação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de autoria de S. Ex^a, que legaliza, no Brasil, a ortotanásia (morte correta).

SENADORA IDELI SALVATTI – Voto de aplauso pelo transcurso no próximo dia 29 de março, dos 25 anos da AMPE – Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau, Santa Catarina. Agradecimentos pela aprovação, na Comissão Especial da Câmara, da proposta de emenda constitucional que modifica o cálculo da DRU. Considerações sobre as repercussões e o debate instalado no Brasil, a partir do lançamento do Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

SENADOR MÃO SANTA – Lamenta pelo arquivamento do requerimento de criação da CPI do DNIT.

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Anúncio da apresentação de duas emendas ao projeto de lei sobre o fim do privilégio da prisão especial.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Indignação ante as denúncias do envolvimento de S. Ex^a com a “Operação Castelo de Areia”, pelo recebimento de doação da Construtora Camargo Corrêa.

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, com apresentação das Emendas nºs 2 a 7-Plen., ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2008 (nº 4.208/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade

provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.

07046

1.2.13 – Leitura de requerimentos

Requerimento nº 320, de 2009, de Líderes, de urgência, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2009 (nº 1.664/2007, na Casa de origem), que dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no Território Nacional e dá outras providências. Aprovado.

07046

Requerimento nº 321, de 2009, de Líderes, de urgência, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2008 (nº 2.576/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências. Aprovado.

07046

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 7 (Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 4 e 5, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências. Apreciação adiada.

07046

1.3.2 – Item 8 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal. Não houve oradores na segunda sessão de discussão em primeiro turno.

07047

1.3.3 – Item 9 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal. Não houve oradores na segunda sessão de discussão em primeiro turno.

07047

1.3.4 – Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal. Não houve oradores na segunda sessão de discussão em primeiro turno.

07047

1.3.5 – Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece. Não houve oradores na segunda sessão de discussão em primeiro turno.*

07047

1.3.6 – Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *incluir parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos. Não houve oradores na segunda sessão de discussão em primeiro turno.*

07047

1.3.7 – Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos. Não houve oradores na segunda sessão de discussão em primeiro turno.*

07048

1.3.8 – Item 14

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003 (nº 335/95, na Casa de origem), que *dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres. Aprovado com emendas.* À Comissão Diretora para redação final.

07048

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003. (**Parecer nº 91, de 2009-CDIR. Aprovada.** À Câmara dos Deputados.)

07049

1.3.9 – Item 16 (Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Discussão adiada por trinta dias, nos termos do Requerimento nº 322, de 2009.....

07050

1.3.10 – Item 17 (Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Serviço Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. Discussão adiada por trinta dias, nos termos do Requerimento nº 323, de 2009.....*

07050

1.3.11 – Item 18 (Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica. Discussão adiada por trinta dias, nos termos do Requerimento nº 324, de 2009.....*

07050

1.3.12 – Item 1 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008, que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008. Aprovado.* À Comissão Diretora para redação final.

07051

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008. (**Parecer nº 92/2009-CDIR. Aprovada.** À Câmara dos Deputados.)

07051

1.3.13 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Repúdio às denúncias contra S. Ex^a, ligadas à “Operação Castelo de Areia”, envolvendo a Construtora Camargo Corrêa.....

07053

SENADOR MÁRIO COUTO – Esclarecimentos sobre o arquivamento do requerimento de criação da CPI do DNIT.....

07063

SENADOR JAYME CAMPOS – Registro de audiência no Ibama para tratar de licença ambiental referente à Ferronorte. Questão da demarcação das reservas indígenas Caiabi, no Mato Grosso.....

07065

SENADOR PAULO PAIM – Lançamento do programa “Minha Casa, Minha Vida. Manifestação sobre projetos de sua autoria acerca do prazo de aviso prévio proporcional ao tempo trabalhado, para o empregado, e sobre a base de cálculo para o adicional de insalubridade.....

07068

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Questionamentos sobre o Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

Registro da presença, no Plenário do Senado, do Prefeito de Porto Velho, em Rondônia. Agradecimentos ao Presidente José Sarney, que recebeu sindicalistas de Rondônia.

07070

1.4.2 – Leitura de requerimentos

Nº 325, de 2009, tendo como primeira signatária a Senadora Kátia Abreu, *solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda*.....

07072

Nº 326, de 2009, de autoria do Senador Jayme Campos, *solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça*.....

07073

1.4.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2009, de sua autoria.....

07074

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição de matéria intitulada “Biodiversidade a serviço da saúde”, publicada no jornal **A Crítica**, edição de 8 de fevereiro último.

07074

SENADOR MÁRIO COUTO – Registro de matéria intitulada “Bons conselhos para o Governo”, publicada na revista **Exame**, edição de 28 de janeiro último.....

07075

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Considerações a respeito de matéria intitulada “Evento de 2009 tenta ser o mais importante da história do Fórum”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 28 de janeiro último.....

07077

1.5 – ENCERRAMENTO**2 – ATOS ADMINISTRATIVOS****2.1 – Atos do Diretor-Geral**

Nºs 918, 1.158 a 1.161, de 2009

07078

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Agenda cumprida pelo Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, no dia 26-3-2009.

07081

SENADO FEDERAL**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL**9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata Da 36^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 26 de março de 2009

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Mão Santa, Mário Couto e Romeu Tuma

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 12 minutos e encerra-se às 19 horas e 12 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 26/3/2009 07:33:43 até 26/3/2009 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYMÉ CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LÉOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMÔ ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X	
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAIS	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS		

Compareceram: 65 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Brasília, 26 de março de 2009. Há número regimental. Declaro aberta a sessão do Senado da República do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos, às 14 horas e 12 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2007** (nº

355/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Santiago FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2008**

(nº 430/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Ouro Fino para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Fino, no Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2008** (nº

471/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Ponta Porã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2008**

(nº 560/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasil de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Grande, Estado de Pernambuco;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2008** (nº

623/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cabo Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurupi, Estado do Tocantins;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 304, de 2008** (nº

646/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Jovem de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cabixi, Estado de Rondônia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2008**

(nº 647/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Aquidaua-

na Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Negro, Estado de Rondônia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2008**

(nº 652/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Produtores Rurais do Vale do Rio Preto – APRLVARP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida do Rio Negro, Estado do Tocantins;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2008**

(nº 437/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Municipal de Assistência Social – Amas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Abaeté, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2008**

(nº 467/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Simonésia, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2008**

(nº 524/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Vale do Rio Pires para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Pires, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2008**

(nº 527/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Futura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Comendador Gomes, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2008**

(nº 260/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Telecomunicações Delfim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2008**

(nº 683/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Centro de Defesa dos Direitos humanos e Educação Popular do Acre – CDDHEP-AC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Branco, Estado do Acre;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2008**

(nº 684/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Asso-

ciação Comunitária de Comunicação e Cultura de Monte Pascoal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabela, Estado da Bahia;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2008** (nº 685/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Ideal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2008** (nº 722/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2008** (nº 723/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pedro Afonso, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2008** (nº 727/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Verê para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Verê, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2008** (nº 826/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Milano FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cianorte, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2008** (nº 672/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de apoio a Educação, Saúde, Segurança, Esporte, Lazer, Cultura, Turismo e Meio Ambiente às Associações de Bairros de Miracema do Tocantins – TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2008** (nº 692/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Peixe, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2008** (nº 693/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Onik Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão

sonora em freqüência modulada na cidade de São Miguel do Tocantins, Estado do Tocantins;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2008** (nº 721/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatins, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2008** (nº 613/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Avante Lençóis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lençóis, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2008** (nº 627/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Baianópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baianópolis, Estado da Bahia; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2008** (nº 717/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Nortão Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Borba, Estado do Amazonas.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, comunicações que passo a ler.

São lidas as seguintes:

Ofício nº 3/2009-CMMC

Brasília, 25 de março de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, comungo a Vossa Excelência que em reunião realizada no dia de hoje, 25 de março do ano em curso, havendo acordo entre os membros, foram eleitos por aclamação a Deputada Vanessa Grazziotin, para o cargo de Vice-Presidenta e o Deputado Colbert Martins, para o cargo de Relator da Comissão, conforme dispostos nos artigos 6º e 9º, da Resolução nº 4, de 2008-CN.

Respeitosamente, – Senadora **Ideli Salvatti**, Presidenta da Comissão.

Ofício GSGG 39/2009

Brasília, 26 de março de 2009

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos a Vossa Excelência, informo-lhe que estive toda a manhã de hoje, quinta-feira, 26 de março de 2009, em reunião na Comissão de Infraestrutura desta Casa, conforme lista de presença anexa, mas que, na sessão havida

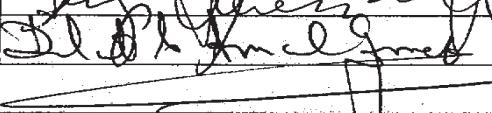
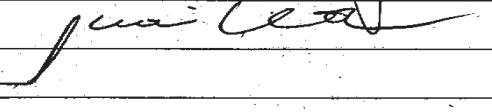
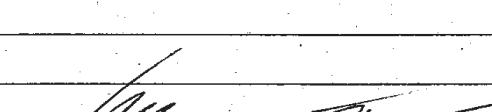
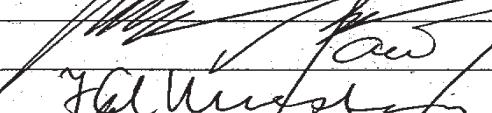
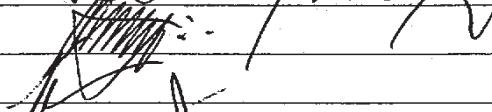
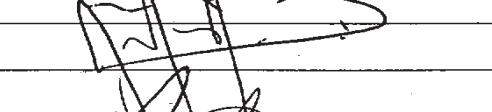
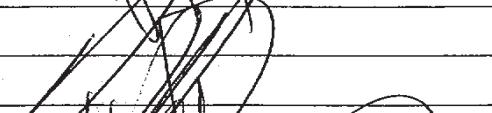
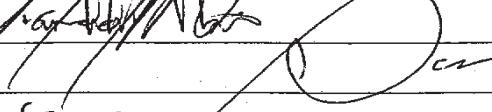
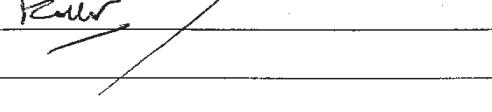
no Plenário do Senado, eu me esqueci de assinar a lista de presença dos parlamentares.

Assim sendo, solicito-lhe que considere esta justificativa e faça constar a minha presença naquela sessão de hoje.

Agradeço a Vossa Excelência a atenção que me der e apresento-lhe meus respeitos.

Atenciosamente, – Senador **Gilberto Goellner**.

5^a Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, extraordinária, da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura, a realizar-se no dia 26 de março de 2009, quinta-feira, às 10 horas, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

SENADORES TITULARES	PARTIDO	ASSINATURA
Serys Slhessarenko	PT	
Delcídio Amaral	PT	
Ideli Salvatti	PT	
Inácio Arruda	PC do B	
Fátima Cleide	PT	
João Ribeiro	PR	
Almeida Lima	PMDB	
Gilvam Borges	PMDB	
Paulo Duque	PMDB	
Mão Santa	PMDB	
Valdir Raupp	PMDB	
Wellington Salgado	PMDB	
Gilberto Goellner	DEM	
Eliseu Resende	DEM	
Heráclito Fortes	DEM	
Jayme Campos	DEM	
Kátia Abreu	DEM	
Álvaro Dias	PSDB	
João Tenório	PSDB	
Flexa Ribeiro	PSDB	
Marconi Perillo	PSDB	
Fernando Collor	PTB	
João Durval	PDT	

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Os ofícios lidos vão à publicação.
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 402/2009/SGM/P

Brasília, 26 de março de 2009

Assunto: Encaminhamento de Ofício referente à Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Senhor Presidente,
Encaminho à Vossa Excelência, em anexo, o Ofício nº 81/2009, da Liderança do Partido Verde, referente às indicações para a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Atenciosamente, – **Michel Temer**, Presidente.

Ofício nº 81/09/LIDPV

Brasília, 25 de março de 2009

Assunto: Indicação Comissão Mista

Senhor Presidente,
Em atenção ao Ofício SGM/P nº 172/2009, indico a Vossa Excelência o nome do Deputado Fernando Gabeira – PV/RJ em substituição ao Deputado Sarney Filho – PV/MA para integrar, na condição de Titular, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

Informo, por oportuno, que o nobre Deputado Sarney Filho – PV/MA integrará a aludida Comissão na condição de suplente.

Atenciosamente, – Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
O ofício lido vai à publicação.

Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Sobre a mesa, comunicações que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício GLC nº 26/09

Brasília, 25 de março de 2009

Assunto: Indicação de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos da Resolução nº 1, de 2008-CN, indico o senhor Deputado Colbert Martins – PMDB/BA para o cargo de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional em substituição ao Deputado Walter Pinheiro – PT/BA.

Atenciosamente, – Senadora **Roseana Sarney**, Líder

Ofício GLC nº 28/09

Brasília, 26 de março de 2009

Assunto: Indicação de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos da Resolução nº 01, de 2008-CN, indico o senhor Deputado Nelson Pellegrino – PT/BA para a vaga de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.

Atenciosamente, – Senadora **Roseana Sarney**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Os ofícios lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 90, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2004, de autoria do Senador Augusto Botelho, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para o fim de determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública o uso da Rede Mundial de Computadores nos procedimentos licitatórios e atos subseqüentes.

RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 359, de 2004, de autoria do Senador AUGUSTO BOTELHO, que promove alterações na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública o uso da Rede Mundial de Computadores nos procedimentos licitatórios e atos subseqüentes.

A proposição compõe-se de dois artigos. O art. 1º promove as modificações no texto do art. 4º da Lei de Licitações e Contratos, pela inclusão do § 2º e pela renomeação do parágrafo único para § 1º.

Visando facilitar ao cidadão acompanhar o desenvolvimento de todas as etapas do procedimento licitatório, o parágrafo incluído estabelece a obrigatoriedade de a Administração Pública divulgar em suas respectivas páginas na Rede Mundial de Computadores dados sobre as etapas dos procedimentos licitatórios, bem como os correspondentes instrumentos de contrato e seus aditamentos.

O art. 2º estabelece a cláusula de vigência, cujo início se dará com a publicação da lei que resultar da aprovação da proposição.

II – ANÁLISE

Não há conflito do PLS com disposições constitucionais ou do Regimento Interno do Senado, bem como com princípios gerais de Direito. Assim sendo, pode ser objeto de deliberação pelo Poder Legislativo.

A matéria objeto da proposição se encerra na competência da União (art. 22, XXVII, da CF), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República (art. 48, da CF). Ademais, o poder de iniciativa é geral (art. 61, *caput*, da CF).

No que tange à técnica legislativa, a proposição obedece às disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, com a redação dada pela Lei nº 107, de 2001.

Não há dúvida quanto ao mérito da proposição, uma vez que busca o aperfeiçoamento da legislação vigente, sobretudo porque possibilita o exercício do chamado controle social sobre a aplicação do dinheiro público. Considero que os tempos atuais exigem o uso cada vez mais intenso da Internet como instrumento de concretização do princípio constitucional da publicidade, que permite a participação do cidadão no controle. Todavia, julgo que o esforço por ampliar a transparência da Administração deve ir além do ciberespaço.

O controle social, que outrora não passava de mero ideal, hoje em dia se manifesta concretamente, graças, sobretudo, aos modernos meios de comunicação, entre eles, mas não somente, a Rede Mundial de Computadores, que propiciam o acompanhamento das atividades governamentais, ensejando, inclusive, a possibilidade de atuações efetivas em prol do bem comum.

A intenção da iniciativa é inegavelmente significativa, mas não se pode esquecer a realidade deste nosso imenso País, com suas diversidades culturais e econômicas, onde ainda existem muitas Prefeituras que não dispõem sequer de página na Rede Mundial de Computadores. Por conta dessa circunstância e com o intuito de ampliar ainda mais a possibilidade do controle social, é necessário que se faça pequeno ajustamento no projeto, o que faço mediante apresentação de emenda na conclusão deste Parecer.

III - VOTO

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 359, de 2004, e, no mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

EMENDA N° 1 - CCJ

Dê-se ao § 2º do art. 4º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do art. 1º do PLS nº 359, de 2004, a seguinte redação:

“Art. 4º

§ 2º Para que o cidadão possa fazer o acompanhamento de que trata o art. 1º, a Administração Pública fará ampla divulgação dos dados sobre todas as etapas dos procedimentos licitatórios, bem como dos correspondentes documentos de contrato e de seus aditamentos, sendo obrigatória a publicação da respectiva página na Rede Mundial de Computadores, quando pertinente. (NR)'

Sala da Comissão, 11 de março de 2009.

Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 359 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/03/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>Presidente</i>
RELATOR:	<i>Relator</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDEI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. PAULO PAIM
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUÇÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. RENAN CALHEIROS
FRANCISCO DORNELLES	4. GERALDO MESQUITA JR.
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGripino
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 359, DE 2004

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PRB, PCdoB e PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINA SILVA					1 - RENATO CASAGRANDE	X			
ALOIZIO MERCADANTE					2 - AUGUSTO BOTELHO	X			
EDUARDO SUPlicY					3 - MARCELO CRIVELLA				
ANTONIO CARLOS VALADARES					4 - INACIO ARRUDA	X			
IDEI SALVATTI	X				5 - CESAR BORGES				
EXPEDITO JUNIOR					6 - PAULO PAIM	X			
TITULARES - PMDB e PP	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - SUPLENTES - PMDB e PP	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON					1 - ROMERO JUCA				
ALMEIDA LIMA					2 - LEONMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					3 - RENAN CALHEIROS				
FRANCISCO DIORNELES					4 - GERALDO MESQUITA JR.				
WALTER PEREIRA					5 - VALDIR RAUPP				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KATIA ABREU					1 - Efraim MORAIS				
DEMÓSTENES TORRES (DEM)					2 - ADELMIRO SANTANA				
JAYMÉ CAMPOS					3 - RAIMUNDO COLOMBO				
MARCO MACIEL					4 - JOSÉ AGRIPINO				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				5 - ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS					6 - EDUARDO AZEREDO	X			
SÉRGIO GUERRA					7 - MARCONI PEREIRO				
LÚCIA VÂNIA	X				8 - ARTHUR VÍRGILIO				
TASSO JEREISSATI					9 - FLEXA RIBEIRO	X			
TITULAR - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULAR - SUPLENTE - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA	X				1 - GIM ARGELLO				
TITULAR - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULAR - SUPLENTE - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				1 - PATRÍCIA SABOYA				

TOTAL: 13 SIM: 11 NÃO: 2 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 11/03/2009

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFETO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF),
U:\CCP\2009\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 10/03/2009)

Senador DEMÓSTENES TORRES

Presidente

Presidente

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

*Comenda nº 1-CCJ/ae
PROPOSIÇÃO: PLS Nº 359, DE 2004*

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINA SILVA					1 - RENATO CASAGRANDE				
ALCIRIO MERCADANTE					2 - AUGUSTO BOTELHO				
EDUARDO SUPLICY					3 - MARCELO CRUVELLA				
ANTONIO CARLOS VALADARES					4 - INACIO ARRUDA				
IDELI SALVATTI	X				5 - CÉSAR BORGES				
EXPEDITO JUNIOR					6 - PAULO PALM				
TITULARES - PMDB e PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB e PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON					1 - ROMERO JUÇÁ				
ALMEIDA ALIMA					2 - LÉONMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					3 - RENAN CALHEIROS				
FRANCISCO DORNELLES					4 - GERALDO MESQUITA JR.				
VALTER PEREIRA					5 - VALDIR RALPP				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				6 - NEUTÓ DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KÁTIA ABREU					1 - Efraim MORAIS				
DEMÓSTENES TORRES	X				2 - ADELMIRO SANTANA				
JAYMÉ CAMPOS					3 - RAMMUNDO COLOMBO				
MARCO MACIEL					4 - JOSÉ AGRIPINO				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				5 - ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS					6 - EDUARDO AZEREDO				
SÉRGIO GUERRA					7 - MARCONI PEREIRO				
LÚCIA VÁNIA	X				8 - ARTHUR VÍRGILIO				
TASSO JREISSATI					9 - FLEXA RIBEIRO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TOMA	X				1 - GIN ARGELLO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				1 - PATRÍCIA SABOYA				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE —

SALA DAS REUNIÕES, EM 14 / 03 / 2009

*Senador DEMÓSTENES TORRES
Presidente*

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
U:\CCJ\2009\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 10/03/2009)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**TEXTO FINAL
Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 359, DE 2004
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para o fim de determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública o uso da Rede Mundial de Computadores nos procedimentos licitatórios e atos subseqüentes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido de § 2º, numerando - se o parágrafo único como § 1º:

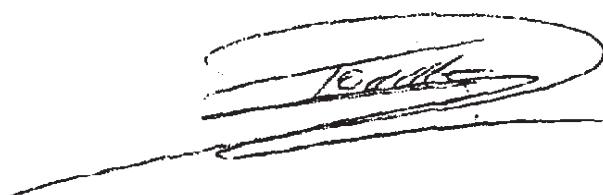
"Art. 4º

.....

§ 2º Para que o cidadão possa fazer o acompanhamento de que trata o *caput*, a Administração Pública fará ampla divulgação dos dados sobre todas as etapas dos procedimentos licitatórios, bem como dos correspondentes instrumentos de contrato e de seus aditamentos, sendo obrigatória a utilização da respectiva página na Rede Mundial de Computadores, quando houver. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 11 de março de 2009.



, Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

~~XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob seu controle;~~

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~
~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI COMPLEMENTAR N° 107, DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Ofício nº 5/9-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 11 de março de 2009.

**Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal**

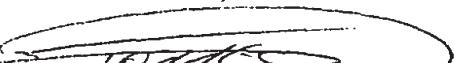
Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com a Emenda nº 1 – CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2004, que “Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para o fim de determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública o uso da Rede Mundial de Computadores nos procedimentos licitatórios e atos subsequentes”, de autoria do Senador Augusto Botelho.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador DEMÓSTENES TORRES
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
O parecer lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 5/09-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 11 de março de 2009

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo,

pela **aprovação**, com a Emenda nº 1 – CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2004, que “Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para o fim de determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública o uso da Rede Mundial de Computadores nos procedimentos licitatórios e atos subsequentes”, de autoria do Senador Augusto Botelho.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Com referência ao expediente lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos

termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2004**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 318, DE 2009

Requeiro, nos termos do artigo 255, inciso II, alínea **c**, nº 12 do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 77/2009 seja encaminhado também à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais, além das comissões constantes do despacho inicial.

Sala das Sessões, 26 de março de 2009. – Senador **Heráclito Forte**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 319, DE 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 199 do RISF, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 17 de setembro do corrente ano, destinada a homenagear o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em comemoração ao seu 45º aniversário.

Sala das Sessões, 26 de março de 2009. – Senador **Paulo Paim**, Senador **Flávio Arns**, Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Senador **Mario Couto**, Senador **Garibaldi Alves Filho**, Senador **João Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento lido vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM N° 48, DE 2009

(Nº 185/2009, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 27 de março a 3 de abril, em viagens oficiais ao Chile de 27 a 28 de março, ao Catar de 29 a 31 de março, à França em 1º de abril e ao Reino Unido de 1º a 3 de abril.

Brasília, 25 de março de 2009. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 175 – C. Civil

Em 25 de março de 2009

Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 27 de março a 3 de abril, em viagens oficiais ao Chile de 27 a 28 de março, ao Catar de 29 a 31 de março, à França em 1º de abril e ao Reino Unido de 1º a 3 de abril.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mensagem que acaba de ser lida será publicada e juntada ao processado da Mensagem nº 1, de 2009.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 11, DE 2009

Dispõe sobre o estágio-visita no âmbito do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica criado o estágio-visita, programa de natureza educativa destinado a permitir que estudantes universitários conheçam o cotidiano da atividade parlamentar, em especial no âmbito do Senado Federal.

Art. 2º As atividades do estágio-visita podem compreender a realização de visitas orientadas e a participação em palestras, conferências e seminários sobre o funcionamento do Poder Legislativo, em especial do Senado Federal.

Art. 3º O estágio-visita tem duração de, no máximo, cinco dias corridos.

Art. 4º O número de estagiários-visitantes é limitado a quarenta, em cada edição.

Parágrafo único. A Mesa do Senado Federal, por meio dos seus órgãos, fixará, no início de cada sessão legislativa, o número de edições de estágio-visita.

Art. 5º Podem participar do estágio-visita estudantes regularmente matriculados em instituições de educação superior, públicas e privadas, com idade superior a dezoito anos, que não tenham participado anteriormente do programa e que tenham sido indicados por Senador.

Parágrafo único. Cada Senador pode indicar até cinco candidatos por ano para participar do estágio-visita.

Art. 6º O Senado Federal oferecerá alimentação para os estagiários-visitantes e, para aqueles que não residam no Distrito Federal, hospedagem.

Art. 7º Será concedido certificado de participação ao estagiário-visitante que cumprir freqüência integral.

Art. 8º O estágio-visita não é remunerado e não cria qualquer vínculo empregatício.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O parco conhecimento sobre a vida parlamentar constitui um dos fatores responsáveis pela crise de credibilidade enfrentada pelo mundo político-partidário no Brasil contemporâneo. Se o público tivesse mais informações sobre o Poder Legislativo, muitos mitos sobre seu funcionamento seriam desfeitos. Por conseguinte, a democracia brasileira sairia fortalecida.

Diante desse quadro de desinformação, torna-se de grande relevância promover maior contato entre a vida parlamentar e segmentos da população formadores de opinião. Nesse contexto, os estudantes de educação superior, futuros profissionais liberais, acadêmicos, servidores públicos graduados e empresários devem receber atenção especial.

Um mecanismo válido para promover essa aproximação é representado pelo estágio-visita, já utilizado pelo Poder Judiciário e pela Câmara dos Deputados.

O estágio-visita não se confunde com o estágio propriamente dito, que constitui relação de aprendizagem formal, de mais longa duração, supervisionada pelas instituições de ensino e regida por lei específica.

É bem verdade que o estágio-visita também é um programa de natureza educativa e, igualmente, não cria qualquer vínculo empregatício. Mas trata-se de programa de breve duração – de até cinco dias corridos –, composto de visitas orientadas e participação em palestras, conferências e seminários. Seu objetivo é o de permitir que estudantes universitários conheçam o cotidiano da atividade parlamentar, principalmente no âmbito do Senado Federal.

Podem participar do estágio-visita estudantes regularmente matriculados em instituições de educação superior, públicas e privadas, com idade superior a dezoito anos, que não tenham participado anteriormente do programa e que tenham sido indicados por Senador.

Aos estudantes, que receberão o apoio do Senado Federal para participar do estágio, serão conferidos certificados, desde que tenham cumprido toda a programação prevista.

Estamos convictos de que esse programa contribuirá para o surgimento de uma nova imagem do Poder Legislativo. Solicitamos, assim, o apoio para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, – Senador **Inácio Arruda**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.)

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 12, DE 2009

Dispõe sobre a criação do Portal de Transparência do Senado Federal na Rede Mundial de Computadores e disciplina as informações a serem divulgadas no mesmo.

O Senado Federal resolve:

CAPÍTULO I Da Construção do Portal de “Transparência do Senado Federal”

Art. 1º A divulgação de informações relativas à execução orçamentária e financeira das Unidades Gestoras incluídas no Órgão Senado Federal, exclusivamente para fins de controle social, seguirá o disposto nesta Resolução.

Art. 2º Ficam obrigadas as Unidades Gestoras do Senado Federal e Gabinetes de Senadores a inserir no Portal “Transparência do Senado Federal” as informações definidas nesta resolução.

Art. 3º Comissão formada pela Secretaria de Controle Interno, com a participação de representantes do Controle Interno, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, do PRODASEN, da UNILEGIS, do ILB, da Secretaria Especial de Editoração e Publicação e da Presidência do Senado Federal deverá elaborar o projeto de página na Rede Mundial de Computadores no prazo máximo de sessenta dias.

Art. 4º O Portal Transparência do Senado Federal deve usar as bases de transparência e consulta do orçamento federal já existentes no Senado Federal, em específico o SIGA BRASIL, e, caso necessário, construir outras para apresentar sistematizadamente as despesas e atividades do Senado Federal.

CAPÍTULO II Do Conteúdo do Portal de “Transparência do Senado Federal”

Art. 5º O Portal de “Transparência do Senado Federal” conterá informações sobre a execução orçamentária e financeira, despesas indenizatórias dos gabinetes de Senadores, licitações, contratos, convê-

nios, despesas com passagens e diárias das unidades orçamentárias e gestoras do Senado Federal, além de outros conteúdos que vierem a ser estabelecidos por Portarias da Presidência.

§ 1º Em até quatro meses antes do encerramento do prazo de vigência de cada contrato firmado pelo Senado, será iniciado um novo processo de licitação ou de prorrogação do contrato, com a publicação de informe sobre a abertura do prazo em atalho (*link*) próprio, dentro do Portal.

§ 2º A Presidência do Senado Federal deverá dispor em portaria, no prazo máximo de cento e vinte dias, sobre procedimentos e periodicidades para alimentação do Portal.

Sessão I

Da Execução Orçamentária e Financeira

Art. 6º As seguintes informações, relativas à execução orçamentária e financeira das Unidades Gestoras do Senado federal serão divulgadas e atualizadas semanalmente no Portal:

I – Quadro de Detalhamento de Programas, por unidade orçamentária do órgão que conterá:

- a) código e especificação dos programas orçamentários;
- b) orçamento atualizado, levando em consideração os recursos consignados por programa na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais;
- c) valor liquidado no ano considerado, para exercícios encerrados, e valor liquidado até o mês considerado, para o exercício corrente;
- d) valor pago no ano considerado, para exercícios encerrados, e valor pago até o mês considerado, para o exercício corrente;
- e) percentual dos recursos liquidados comparados com os autorizados;
- f) percentual dos recursos pagos comparados com os autorizados;

II – Quadro de Execução de Despesas, por unidade orçamentária do órgão, que conterá:

- a) descrição da natureza das despesas;
- b) valor liquidado no ano considerado referente aos exercícios encerrados e valor liquidado até o mês considerado referente ao exercício corrente;
- c) valor pago no ano considerado referente aos exercícios encerrados e valor pago até o mês considerado referente ao exercício corrente.

III – consulta aos empenhos emitidos por unidade gestora e pelo órgão, contendo:

- a) CNPJ ou CPF do beneficiado;
- b) descrição do objeto do empenho;
- c) itens contratados;
- d) tipo e modalidade de licitação;
- e) valor empenhado e pago.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo serão extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Sessão II

Das Licitações

Art. 7º As seguintes informações, referentes às licitações realizadas pelas Unidades Gestoras do Senado Federal, serão publicadas no Portal, devendo ser atualizadas semanalmente:

- I – unidade gestora
- II – unidade administrativa dos serviços gerais
- UASG;
- III – número da licitação;
- IV – número do processo;
- V – modalidade da licitação;
- VI – objeto;
- VII – número de itens;
- VIII – data e hora da abertura;
- IX – local da abertura;
- X – situação da licitação (aberta ou homologada);
- XI – contato no órgão ou entidade responsável;
- XII – atalho (*link*) destinado à solicitação, por meio de correio eletrônico, da íntegra de editais, atas, anexos, projetos básicos e informações adicionais, diretamente à área responsável do órgão ou entidade.

§ 1º As informações de que trata este artigo serão extraídas do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

§ 2º Os dados a que se refere o caput deste artigo permanecerão no Portal, pelo prazo mínimo de quatro anos após o encerramento da licitação.

Sessão III

Dos Contratos

Art. 8º As seguintes informações, relativas aos contratos firmados e notas de empenho expedidas pelas unidades gestoras do Senado Federal, deverão ser divulgadas e atualizadas semanalmente no Portal:

- I – unidade gestora;
- II – unidade administrativa dos serviços gerais
- UASG;
- III – número do contrato;
- IV – data de publicação no Diário Oficial da União;

V – número do processo;
 VI – modalidade da licitação;
 VII – nome do contratado;
 VIII – número de inscrição do contratado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
 IX – objeto;
 X – fundamento legal;
 XI – período de vigência;
 XII – valor do contrato;
 XIII – situação do contrato (ativo, concluído, rescindido ou cancelado);
 XIV – atalho (*link*) para solicitar ao órgão ou entidade responsável, via correio eletrônico, a íntegra do instrumento de contrato e respectivos aditivos;
 XV – relação de aditivos ao contrato com as seguintes informações:

- a) número do aditivo;
- b) data da publicação no **Diário Oficial da União**;
- c) número do processo;
- d) objeto do aditivo.

§ 1º As informações de que trata este artigo serão extraídas do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

§ 2º As informações a que se refere o caput deste artigo permanecerão nas páginas de Transparência do Senado Federal pelo prazo mínimo de quatro anos após o encerramento da vigência do contrato.

Art. 9º As unidades gestoras do Senado Federal divulgarão no Portal, com atualização semanal, todos seus atos de suspensão e impedimento às empresas de participação em licitação promovida Administração Pública Federal em razão de descumprimento de contrato, fazendo-se constar:

- I – unidade gestora;
- II – unidade administrativa dos serviços gerais – UASG;
- III – nome da empresa;
- IV – número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- V – penalidade aplicada;
- VI – período de vigência da penalidade;
- VII – objeto do contrato.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo serão extraídas do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Sessão IV

Convênios e Instrumentos Congêneres

Art. 10. As seguintes informações relativas aos convênios ou instrumentos congêneres que envolvam

transferência de recursos públicos federais celebrados por unidades gestoras do Senado Federal serão divulgadas e atualizadas semanalmente no Portal:

- I – unidade gestora;
- II – unidade administrativa dos serviços gerais – UASG;
- III – nome do conveniado;
- IV – número do convênio;
- V – número do processo;
- VI – objeto;
- VII – valor de repasse;
- VIII – valor da contrapartida do conveniado;
- IX – valor total dos recursos;
- X – período de vigência.

§ 1º As informações de que trata este artigo serão extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

§ 2º Os dados a que se refere o caput deste artigo permanecerão nas páginas de Transparência do Senado Federal pelo prazo mínimo de quatro anos após o encerramento da vigência do convênio.

Art. 11. As unidades gestoras do Senado Federal divulgarão, com atualização semanal, no Portal, relação de entes conveniados que, em razão de ato de sua responsabilidade, tenham sido declarados inadimplentes por motivo de descumprimento de obrigação pactuada.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo serão extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Sessão V

Diárias e Passagens

Art. 12. Serão publicadas semanalmente no Portal, as seguintes informações relativas às diárias e passagens destinadas a servidores públicos em razão de viagem a trabalho e a colaboradores eventuais por viagens no interesse da Administração:

- I – unidade gestora;
- II – setor administrativo;
- III – nome do servidor ou colaborador;
- IV – cargo, quando for o caso;
- V – origem de todos os trechos da viagem;
- VI – destino de todos os trechos da viagem;
- VII – período da viagem;
- VIII – motivo da viagem;
- IX – meio de transporte;
- X – categoria da passagem;
- XI – valor da passagem;
- XII – número de diárias;
- XIII – valor total das diárias;
- XIV – valor total da viagem.

§ 1º As informações de que trata este artigo ficam condicionadas à implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, de onde deverão ser extraídas.

§ 2º As informações a que se refere o *caput* deste artigo permanecerão no Portal pelo prazo mínimo de quatro anos após a realização da viagem.

Sessão VI Das Verbas Indenizatórias

Art. 13. Os dados referentes às verbas indenizatórias pagas aos Senadores ou usadas por seus gabinetes serão publicados mensalmente no Portal, devendo constar as seguintes informações:

I – nome da pessoa física ou jurídica a quem os valores foram pagos

II – CNPJ ou CPF

III – número da nota fiscal ou recibo

IV – descrição da Despesa

V – total e natureza da verba indenizatória recebida

§ 1º O Prodases deverá, no prazo de 120 dias, elaborar sistema de acompanhamento e prestação de contas das verbas indenizatórias para apoiar os gabinetes dos senadores.

§ 2º A divulgação das informações de que trata este artigo ficam condicionadas à implantação do Sistema previsto no parágrafo anterior.

Sessão VII Das Despesas de Pessoal

Art. 14. A Secretaria de Recursos Humanos do Senado deverá inserir no Portal as seguintes informações:

I – o montante das parcelas correspondentes à remuneração mensal dos servidores, aposentados e pensionistas;

II – o montante dos valores despendidos com terceirização de mão de obra;

III – o montante de servidores efetivos, servidores comissionados e terceirizados por cargo e unidade administrativa;

IV – os planos de carreira e estruturas remuneratórias das carreiras do Senado Federal;

V – o quantitativo de cargos vagos, discriminados por carreiras

CAPÍTULO III Da Apresentação e da Linguagem

Art. 15. As informações serão apresentadas de forma simples, com a utilização de recursos de navegação intuitiva, independentemente de senhas ou conhecimentos específicos de informática.

Art. 16. Todo o conteúdo técnico deverá ser precedido de texto introdutório e, sempre que possível, acompanhado por notas explicativas, na forma de “dicas” de tela.

Art. 17. As informações serão divulgadas na forma extensiva e decodificada, com a utilização de linguagem simples e objetiva.

Art. 18. Os dados deverão ser apresentados com a respectiva fonte e data da última atualização.

Art. 19. Deverá constar na página glossário para termos técnicos e jurídicos e atalhos ([links](#)) para legislação.

CAPÍTULO IV Do Sigilo das Informações

Art. 20. As informações classificadas como sigilosas, nos termos da legislação sobre a matéria, terão sua divulgação restrita, na forma prevista de legislação em vigor para salvaguarda de interesses de Estado.

Art. 21. Caberá à Mesa Diretora estabelecer normas destinadas à definição das informações de caráter sigiloso e a forma de divulgação mínima necessária para assegurar o princípio constitucional da publicidade.

CAPÍTULO V Das Disposições Finais

Art. 22. Fica a Secretaria de Controle Interno responsável pela verificação da alimentação das informações constantes desta resolução, devendo informar à Mesa Diretora, no prazo de 30 dias, eventuais descumprimentos.

Art. 23. O Portal de Transparência do Senado Federal deve ter atalhos ([links](#)) para outras páginas de transparência e para o SIGA-Brasil.

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Prevê o art. 37 da Constituição Federal que a Administração Pública se regerá pelos princípios da moralidade, publicidade e eficiência como pilares da Administração Pública.

A publicidade então determinada alcança muito mais do que a mera adoção de modos formais de divulgação por meio da publicação de extratos de contratos no Diário Oficial.

Publicar é, antes de tudo, tornar efetivamente público ou conhecido do público.

Indiscutível que, nos dias atuais, a internet é o grande meio de comunicação entre o governo, por um lado, e a sociedade por outro.

Este Projeto de Resolução tem como principal objetivo exatamente o de dar eficácia concreta ao

princípio da publicidade, gerando uma linha aberta de informação do Senado Federal para a sociedade.

Nesse sentido, parte ele dos modelos desenvolvidos a partir do Decreto nº 5.482/05 e da Portaria Interministerial– CGU/MP nº 140/06 pelo Poder Executivo e insere as avançadas técnicas presentes no conteúdo e nas formas de acesso das bases do sistema SIGA-Brasil.

Outro avanço verificado é a oferta de informação sobre o pessoal da Casa, seus quantitativos e cargos.

Pretende-se, com essa iniciativa, equalizar as preocupações de transparência e *accountability* hoje presentes nas mais modernas formas de Administração Pública.

Sala das Sessões, – Senador **Renato Casagrande**.

(Às Comissões de Constituição, justiça e Cidadania; e Diretora.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 114, DE 2009

Dá nova redação ao inciso II do art. 14 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para isentar do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante as mercadorias que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do **caput** do art. 14 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14.
.....
II – de adubos, fertilizantes, alimentos, livros, jornais e periódicos, bem como o papel destinado a sua impressão. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A legislação brasileira, desde 1958, onera o transporte hidroviário com a gravosa e arcaica contribuição de intervenção no domínio econômico (cide), denominada Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). A receita dessa cide se destina a atender aos encargos da intervenção da União no apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria da construção e reparação naval brasileiras, e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante.

O AFRMM incide sobre o frete, que é a remuneração do transporte aquaviário de carga de qualquer natu-

reza **descarregada** em porto brasileiro. O fato gerador dessa cide é o início efetivo da operação de descarregamento da embarcação em porto brasileiro. O tributo é calculado sobre o frete de acordo com as seguintes alíquotas: a) 25% (vinte e cinco por cento) na navegação de longo curso; b) 10% (dez por cento) na navegação de cabotagem; e c) 40% (quarenta por cento) na navegação fluvial e lacustre, quando do transporte de granéis líquidos nas regiões Norte e Nordeste.

Aqueles produtos cujo custo de transporte tem peso relevante no preço final são particularmente afetados pelo AFRMM, como é o caso dos alimentos, adubos e fertilizantes. Enquanto os países desenvolvidos subsidiam a agricultura, o Brasil não só se abstém de fazê-lo como comete o desatino de onerar os insumos indispensáveis à produção agrícola e os próprios produtos agrícolas, destinados à alimentação humana e animal.

O projeto que ora submeto à consideração dos meus Pares visa estender a isenção do AFRMM de que trata o art. 14 da Lei nº 10.893, de 2004, aos referidos produtos. Ao referendá-lo, os meus Pares estarão diminuindo obstáculos institucionais ao desenvolvimento do transporte hidroviário e removendo um custo sobre a produção agrícola, que não encontra justificativa alguma, a não ser a inércia do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, – Senador **Gerson Camata**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 115, DE 2009

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que os gastos com educação sejam integralmente deduzidos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º
.....
b) a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico; (NR)”

Art. 2º O Poder Executivo, visando ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O benefício de que trata o art. 1º só produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 2º

Justificação

A dedução de gastos com educação da base de cálculo do imposto de renda tem dupla finalidade.

Por um lado, cumpre o desiderato de personalização do imposto e de sua graduação conforme a capacidade econômica do contribuinte, conforme preconizado no art. 145, § 1º, da Constituição Federal. Com efeito, trata-se de adequar à peculiaridade do cidadão a taxação referente a seus encargos educacionais, sejam próprios ou de seus dependentes.

Por outro lado, trata-se de dar cumprimento a política extrafiscal de massificação educacional, de grande interesse para o desenvolvimento nacional e a igualdade de oportunidades – o que deverá resultar, no longo prazo, em melhor distribuição de renda na economia.

No art. 205, reza a Constituição Federal que a educação é *direito de todos e dever do Estado e da família*, e, no art. 206, IV, esse direito compreende a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Todavia, sabemos todos que o Estado não tem condições de oferecer a todas as famílias ensino gratuito – e, muito menos, de boa qualidade. Embora tenham o direito constitucional, milhões de famílias são forçadas a buscar o ensino privado, sacrificando o orçamento familiar.

Impossível não constatar, aí, uma brutal e inconstitucional discriminação: parte da população tem acesso ao ensino gratuito. Outra parte deve prover esse bem às suas próprias expensas – cabendo relembrar que a educação é de interesse familiar e individual, mas, antes de tudo, é de interesse da política nacional de desenvolvimento.

A legislação do imposto de renda, em sua forma atual, apenas mitiga essa discriminação, ao permitir a dedução limitada dos gastos. No ano-calendário de 2008, esse limite situou-se em R\$ 2.592,29. Ora, na

maioria das cidades brasileiras, esse valor não é suficiente para cobrir sequer um quadrimestre de estabelecimento de ensino médio de qualidade razoável. Isso sem contar que, nas escolas privadas, deixa de haver o comparecimento estatal em diversas outras despesas correlatas, tais como transporte, merenda, livros didáticos, uniformes etc.

Tão discrepante é o tratamento diferenciado entre as famílias que dispõem ou não de ensino público gratuito, que o Poder Judiciário tende a garantir, mesmo contra o texto legal, dedução total das despesas. É exemplo disso recente decisão da Justiça Federal do Ceará (Proc. 97.0009198-8, 7ª Vara) que sentenciou, em Ação Civil Pública, o direito à dedução para todos os residentes naquele Estado.

A retirada dos limites para a dedução é uma imposição de justiça e de interesse nacional.

É o que se coloca à deliberação.

Sala das Sessões, – Senador **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I – impostos;

II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III – contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

.....
IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

LEI COMPLEMENTAR N° 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....
Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

.....
Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

**Seção II
Da Renúncia de Receita**

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afe-

tará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

.....
LEI N° 9.250 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

**CAPÍTULO III
Da Declaração de Rendimentos**

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

I – de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;

II – das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

b) a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de

pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico, até o limite anual individual de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007) (Vide Medida Provisória nº 2.159-70, de 2001)

1. R\$ 2.480,66 (dois mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos) para o ano-calendário de 2007; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

2. R\$ 2.592,29 (dois mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos) para o ano-calendário de 2008; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

3. R\$ 2.708,94 (dois mil, setecentos e oito reais e noventa e quatro centavos) para o ano-calendário de 2009; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

4. R\$ 2.830,84 (dois mil, oitocentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos) a partir do ano-calendário de 2010; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

5. (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) à quantia, por dependente, de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

1. R\$ 1.584,60 (mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos) para o ano-calendário de 2007; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

2. R\$ 1.655,88 (mil, seiscentos e cinqüenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) para o ano-calendário de 2008; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

3. R\$ 1.730,40 (mil, setecentos e trinta reais e quarenta centavos) para o ano-calendário de 2009; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

4. R\$ 1.808,28 (mil, oitocentos e oito reais e vinte e oito centavos) a partir do ano-calendário de 2010; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

d) às contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

e) às contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social;

f) às importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais, de acordo homologado judicialmente, ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeitos)

g) às despesas escrituradas no Livro Caixa, previstas nos incisos I a III do (art. 6º da Lei nº 8.134, de

27 de dezembro de 1990), no caso de trabalho não-assalariado, inclusive dos leiloeiros e dos titulares de serviços notariais e de registro.

§ 1º A quantia correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, representada pela soma dos valores mensais computados a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade, não integrará a soma de que trata o inciso I.

§ 2º O disposto na alínea a do inciso II:

I – aplica-se, também, aos pagamentos efetuados a empresas domiciliadas no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização, médicas e odontológicas, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas da mesma natureza;

II – restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;

III – limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento;

IV – não se aplica às despesas ressarcidas por entidade de qualquer espécie ou cobertas por contrato de seguro;

V – no caso de despesas com aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, exige-se a comprovação com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário.

§ 3º As despesas médicas e de educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, poderão ser deduzidas pelo alimentante na determinação da base de cálculo do imposto de renda na declaração, observado, no caso de despesas de educação, o limite previsto na alínea b do inciso II do **caput** deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeitos)

(As Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2009**Obriga aos prestadores de serviços continuados a emissão de comprovante anual de quitação de débitos dos clientes com as mesmas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica obrigado ao prestador de serviços continuados, concessionário de serviço público ou empresa privada, e emissão e remessa ao contratante de seus serviços, até o terceiro mês do ano subsequente, de certidão de quitação de débitos do cliente com a mesma.

Art. 2º O comprovante de que trata o art. 1º substitui para todos os fins os comprovantes dos pagamentos efetuados no período de abrangência constante do mesmo.

Art. 3º O descumprimento desta Lei acarretará às empresas referidas no art. 1º, as sanções estabelecidas pelo art. 56 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e terá efeitos práticos a partir do ano subsequente.

Justificação

É enorme a quantidade de papel acumulado quando se trata de comprovantes de pagamentos realizados a empresas das mais diversas atividades: televisão por assinatura, internet, telefonia, água, luz, etc.

Se levarmos em conta as prescrições de dívidas de que trata o novo Código Civil, temos que guardar os comprovantes de todas as empresas supracitadas, dentre outras, por um prazo médio de cinco anos.

O objetivo deste Projeto de Lei é substituir todos estes papéis por um único comprovante de cada empresa, o qual teria o mesmo valor legal. Tal medida visa simplificar a vida do consumidor destes serviços, economizando tempo e espaço físico quando se tratar da guarda destes documentos.

Assim sendo, apresento o Projeto de Lei em epígrafe para a análise e contribuição de meus nobres pares.

Sala das Sessões, 26 de março de 2009. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI Nº 8.078, DE 1990**

Art. 56. As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

- I – multa;
 - II – apreensão do produto;
 - III – inutilização do produto;
 - IV – cassação do registro do produto junto ao órgão competente;
 - V – proibição de fabricação do produto;
 - VI – suspensão de fornecimento de produtos ou serviço;
 - VII – suspensão temporária de atividade;
 - VIII – revogação de concessão ou permissão de uso;
 - IX – cassação de licença do estabelecimento ou de atividade;
 - X – interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade;
 - XI – intervenção administrativa;
 - XII – imposição de contrapropaganda.
- Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

(Ás Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos lidos serão publicados e encaminhados às Comissões competentes.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Gerson Camata, o primeiro que chega aqui, dando bom exemplo.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado pelas palavras de V. Ex^a. Eu queria que V. Ex^a me inscrevesse, se possível, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nosso secretário-executivo já está fazendo a inscrição de V. Ex^a.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Há oradores inscritos.

Dr. José Roberto, só tem ele para uma comunicação inadiável. Coloque aí Mão Santa, segundo.

Há oradores inscritos.

Como primeiro orador inscrito está o Senador Sérgio Zambiasi. Ele vem do Rio Grande do Sul e re-

presenta o PTB, de Getúlio Vargas, que era gaúcho. O Rio Grande do Sul foi o Estado que mais deu Presidentes da República deste País. E fizeram a grande batalha da Farroupilha, precursora da libertação dos escravos e da República no Brasil. E, nesta Casa, o Rio Grande do Sul tem uma extraordinária representação: Pedro Simon, do meu Partido, o PMDB; Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores; e Zambiasi. Sérgio Zambiasi traz aqui também a presença que representa com grandeza, a daqueles grandes radialistas, jornalistas e comunicadores que fizeram a política no Brasil, a exemplo de Carlos Werneck Lacerda, Amaral Neto, Afonso Arinos e outros.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Obrigado, Presidente Mão Santa, pelas referências a nós, Senadores gaúchos: Paulo Paim, Simon, e ao Rio Grande do Sul. Parabéns pelo conhecimento da nossa história, que realmente é muito rica e contribuiu muito para o desenvolvimento do Brasil.

Aliás, hoje, para nós, gaúchos, é um dia muito especial porque a cidade de Porto Alegre está de aniversário. Eu quero aproveitar daqui, cumprimentando nosso ex-colega Senador, hoje, Prefeito Fogaça, e, ao transmitir-lhe o abraço, abraçar todos os porto-alegrenses, os nativos e os adotivos, que formam aquela grande capital do Sul. São 237 anos de Porto Alegre e hoje mesmo eu vi o Prefeito Fogaça falando que o seu maior desafio hoje é, entre os seus maiores desafios, além, obviamente do cotidiano, que é a educação, a segurança, é uma solução para o trânsito de Porto Alegre que tenha muito a ver com o trânsito metropolitano.

A Ministra Dilma já está em Porto Alegre, e ela promoveu uma perspectiva de solução para a região metropolitana, porque Porto Alegre, em sua geografia, acaba acolhendo milhares de veículos diariamente que chegam a Porto Alegre em uma travessa. Eles não passam por Porto Alegre. Eles chegam e saem de Porto Alegre. Só pela BR-116 são 130 mil veículos diariamente.

Mas o Governo Federal, por intermédio da Ministra Dilma, determinou a extensão do trensurb até a cidade de Novo Hamburgo, o que facilitará muito o trânsito de trabalhadores pelo trem, aliviando, portanto a BR-116. Ao mesmo tempo, a construção da rodovia do Parque, a BR-448. São 22 quilômetros de extensão; porém, vai permitir ali desafogar a BR-116 em 50% de seu volume de trânsito, o que também vai facilitar muito a solução dos gargalos que o trânsito de Porto Alegre enfrenta no cotidiano.

Eu espero que o próximo passo seja a segunda ponte do Guaíba. Nós temos uma ponte histórica muito

bonita. É um cartão de visita da capital gaúcha. É uma das poucas pontes do mundo que se eleva. Uma parte elevada que pesa quatrocentos mil quilos e que três vezes ao dia levanta para dar passagem aos navios que vão ao pólo petroquímico, e, entre outras coisas, nos fornece o gás de cozinha que abastece toda a região metropolitana, Senador Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Eu queria informar a V. Ex^a, cumprimentando Porto Alegre, essa maravilhosa cidade brasileira, histórica cidade brasileira, e dizer a V. Ex^a, na passagem por aquela ponte histórica; talvez, a única no Brasil.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – É a única do Brasil. Nessas condições, sim.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – É a única do Brasil. Desse gás de cozinha que vai para lá, 50% de todo o gás de cozinha consumido no Brasil é produzido pela Refinaria de Cacimbas, no Espírito Santo, inaugurada há uns quinze dias, pelo Presidente Lula. E com a inauguração da Central de Gaseificação de Anchieta, o Espírito Santo passará a produzir 72% de todo o gás de cozinha consumido no Brasil, o que para nós é motivo, como disse o Governador Paulo Hartung, de muita satisfação, ajudando o Brasil a cozinar melhor e a se esquentar mais.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Coisa boa. Nós precisamos realmente disso. E o gás que nos abastece chega de navio lá em Porto Alegre. Cada vez que um navio chega a ponte tem de elevar. E aí, imagina o que acontece? Porque, quando a ponte foi construída, Senador Camata, em 1955, se não me engano... Em 1959 – perdão –, quando foi concluída, atravessavam trezentos veículos por dia. Hoje, atravessam 35 mil veículos por dia sobre essa mesma estrutura, essa mesma ponte.

Então, nós estamos lutando para que se construa uma segunda ponte, facilitando, assim, esses gargalos do trânsito metropolitano da região de Porto Alegre, dando assim mais e melhor qualidade de vida para toda região. Acho que o próximo passo da Ministra Dilma é a autorização dessa segunda ponte, o que vai nos dar uma condição de fluxo e de desenvolvimento muito especial.

Mas hoje, também, mais precisamente nesta quinta-feira, há outro aspecto importante no processo de integração e de desenvolvimento. Hoje, o Tratado de Assunção completa dezoito anos. Foi assinado em 26 de março de 1991, reunindo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

O Brasil foi representado naquele importante evento para o País e para a América do Sul pelo então Presidente, hoje nosso colega, Fernando Collor de Melo.

O objetivo do tratado era criar um mercado comum entre os países. Em 1994, o Protocolo de Ouro Preto deu status jurídico e internacional ao já batizado “Mercosul” – Mercado Comum do Sul. O Tratado de Assunção concretizava a ação inicial e fundamental dos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, da Argentina, materializada na Declaração de Iguaçu, em 1985.

Antes de mais nada, quero aproveitar o momento para render minha homenagem a todos esses personagens da história da integração sul-americana na busca dessa cidadania. Nós queremos que, no futuro, possamos nos ver sul-americanos, assim como italianos, ingleses ou franceses se veem como europeus. Nós podemos ser brasileiros, argentinos ou venezuelanos, mas somos também sul-americanos. Essa é a cidadania que nós estamos buscando.

Isso tudo começou no passado, pelas mãos do Senador Sarney e pelas mãos do Senador Fernando Collor como presidentes, com os quais temos a honra de conviver aqui nesta Casa. À frente de seu tempo, e com visão de estadistas, ambos tiveram a percepção da importância de promover a integração entre os países da região, hoje fundamental para enfrentar a crise econômica mundial.

Ainda é dever com a história lembrar o papel pioneiro do nosso também colega, o Senador gaúcho Pedro Simon, hoje um dos membros mais atuantes da representação brasileira no Parlamento do Mercosul. Na origem do processo que resultou na criação do Bloco, o Senador, então Governador do Rio Grande do Sul, teve atuação fundamental para aproximar os países do Cone Sul, especialmente Brasil e Argentina.

Ao mesmo tempo em que lembramos a maioria do Mercosul, é importante também destacar os dois anos de Parlamento do Mercosul. Instalado em 14 de dezembro de 2006 em evento especial aqui neste plenário do Senado, depois de aprovado em tempo recorde pelo Congresso, o Parlamento teve sua primeira sessão em 7 de maio, em Montevidéu.

É sempre bom lembrar que, no dia 14 de dezembro de 2006, nós tivemos a representação de todos os países aqui por seus chanceleres e a presença prestigiosa do Presidente Lula, que pronunciou-se aqui também por ocasião da constituição do Parlamento Mercosul.

Aqui também devemos lembrar o papel dos líderes da Casa à época. Lembro que havia um processo de obstrução de votação aqui pela oposição, mas os senadores Arthur Virgílio e José Agripino foram compreensivos, solidários, incluindo na pauta do dia a votação da constituição do Parlamento do Mercosul e também do Focem, que é um processo de financiamento fundamental para a integração.

Em momentos distintos, foram dois passos fundamentais e estratégicos para o Brasil, para os países da região e para toda a América do Sul, embora ainda não totalmente integrada em um mesmo bloco. Movidos pelo sentimento da união dos povos, as lideranças políticas do país e da região tiveram a sensibilidade e a capacidade de superar diferenças históricas e apostar no avanço da integração.

Diante da atual crise mundial, talvez nada seja mais importante do que contar com um bloco econômico estruturado, com a perspectiva de ampliação, e um Parlamento instalado e cumprindo o seu papel de articulação política. Assim como no marco-zero da Comunidade Econômica Européia, no início dos anos cinquenta, temos a oportunidade de mobilizar nossas sociedades para objetivos comuns, além das fronteiras de cada país.

Unidos, somos maiores do que a crise mundial, que exige uma resposta coletiva da região, sem qualquer forma de protecionismo e aprofundamento da integração acima de tudo, em todos os sentidos, econômico, político e social.

A Venezuela está em processo de adesão. O Brasil e o Paraguai ainda não votaram, o Brasil está examinando agora, aqui no Senado. A Comissão do Mercosul já aprovou a inclusão da Venezuela, mas ainda precisamos da aprovação da Comissão de Relações Exteriores e, posteriormente, da CCJ e do Plenário. Acredito, porém, que este ano essa fase será superada. Incluindo a Venezuela, somamos um PIB de quase dois trilhões de dólares, um território de quase treze milhões de quilômetros quadrados e uma população de 262 milhões de habitantes.

Mas, mais do que isso, temos na região riquezas cobiçadas pela maioria dos países do mundo, especialmente pelas economias centrais, exatamente as responsáveis pela crise que nos atinge. São exemplos desse potencial as fantásticas reservas de gás natural – o Senador Camata falou há pouco sobre a busca da nossa autossuficiência na produção de gás –, as imensas fontes de petróleo, incluindo as novas descobertas do pré-sal, a maior reserva de água doce do mundo, localizadas no Aquífero Guarani, e a Floresta Amazônica.

Acredito, mais do que nunca, que devemos comemorar a maioria do Mercosul com o sentimento de integração das nações e dos povos, acima das contradições ideológicas e políticas, e de apropriação e utilização dessas riquezas para o bem comum sul-americano. Individualmente, e pautados por políticas de isolamento, os países da região seguirão reféns das crises das economias centrais, e com soberanias cada vez mais reduzidas.

Exemplo dessa realidade e da necessidade de superação de qualquer forma de entrave ideológico ou histórico é a situação da metade sul do Rio Grande do Sul. Ali, ainda por conta de uma superada ameaça de guerra na fronteira do Brasil com a Argentina – busquei informações hoje, agora há pouco, falando lá com a nossa fronteira Argentina –, a bitola dos trens não é compatível – a bitola do trem brasileiro é de um metro, enquanto a bitola do trem argentino é de 1,43m e, por isso, tem de haver uma troca de trens todas as vezes que as cargas chegam nas fronteiras. Além disso, os ciclos de energia são diferentes: enquanto o Brasil trabalha com sessenta ciclos, Paraguai, Argentina e Uruguai ainda utilizam cinquenta ciclos. Falta muito, portanto, para chegarmos a uma verdadeira integração, mas estamos trabalhando para isso.

Acho importante que percebamos essas diferenças, que tornemos públicas essas diferenças para, então, buscarmos as soluções.

Além disso, temos a faixa de fronteira no Brasil, que é de 150Km em toda a sua extensão – isso significa um país maior do que a Espanha –, sob um regime especial de leis, onde os investimentos passam por um conselho – esse conselho tem sido ágil, tem sido compreensivo, mas, obviamente, burocratiza e não dá a necessária segurança jurídica para intervenções. Por exemplo, a instalação de uma emissora de rádio ou de televisão nessa faixa de 150Km depende de uma aprovação do Conselho de Segurança Nacional. Esse é apenas um exemplo.

Então, nós temos de rever o conceito de faixa de fronteira. Quando nós estamos pregando aproximação, integrações, união, acham que o conceito de faixa de fronteira deve ser alterado, deve ser mudado, pelo menos em termos de geração de desenvolvimento, geração de emprego, geração de bem-estar social e desenvolvimento econômico. Sem isso, as regiões estão condenadas a um terrível atraso.

Acredito que nas fronteiras dos nossos países está a melhor e mais viva fonte de experiências econômicas, de vivências sociais e de problemas enfrentados pelo processo de integração. Ao mesmo tempo em que os povos constróem uma cultura comum em todos os terrenos das relações humanas, pequenas ou graves dificuldades exigem a intervenção dos poderes públicos, seja dos executivos ou dos parlamentos, em todos os níveis.

Nós citamos como grande exemplo de integração a Carteira de Fronteiriço, que regula relações entre os moradores das fronteiras do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Para quem mora até vinte quilômetros dentro de cada país, essa carteira permite ao cidadão fronteiriço a abertura de empresas, de contas bancárias e a

aquisição de imóveis. Além disso, os fronteiriços têm acesso à legislação trabalhista e previdenciária do país vizinho. Então, são legalizadas várias relações que já existem no cotidiano, o que já ocorre, no dia-a-dia.

Tornar esse cidadão legal é importante, assim como promover a integração legal, porque a integração humana nessas fronteiras realmente já existe. Cheguei a apresentar nesta Casa, a propósito – está na Comissão do Mercosul –, uma proposta de instituição do Estatuto de Fronteira, que quer contribuir para a maior integração social, econômica e cultural entre os municípios de linha de fronteira e cidades-gêmeas localizadas na faixa de fronteira em todo o Brasil. Há, em todo o Brasil, cidades que são divididas por uma rua ou por um rio: de um lado, o Brasil e, de outro, outro país. Já há essa integração.

Então, que possamos produzir leis comuns que atendam à questão da atenção à saúde, da atenção ao trabalho, da atenção à educação, Senadora Ideli. Já estamos trabalhando pela Universidade do Mercosul, a Unila – Universidade Latino-Americana – que vai ajudar muito no sentido de aproximar realmente os nossos povos e aprofundar a nossa integração cultural, social e econômica.

Atualmente, mais do que nunca, as economias, os povos, as nações se organizam em blocos, formando mercados comuns, promovendo a integração de suas culturas e, mais do que isso, aprofundando as relações humanas e sociais entre as pessoas, que é o mais importante.

Mas é a vida nas fronteiras dos nossos países, como dissemos que aponta o verdadeiro caminho para a busca da construção de um mundo sem linhas divisórias, sem restrições ao livre trânsito, respeito às diferenças e fraternidade entre os povos.

Então, neste momento – hoje – em que comemoramos os dezoito anos do Tratado de Assunção, penso que devemos nos espelhar nessas experiências comuns, de pessoas que vivem o cotidiano da integração, para superar divergências que podem parecer insuperáveis, mas que, aos olhos da história, são realmente pequenas e relativas.

É isso, Presidente Mão Santa, muito obrigado e mais uma vez deixo aqui meu abraço a Porto Alegre, de todos os gaúchos e gaúchas e do Brasil, pelos seus 237 anos de fundação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Essas foram as palavras do Senador Sérgio Zambiasi, parabenizando o aniversário da encantadora capital Porto Alegre, do seu Estado, e mostrando suas preocupações com o fortalecimento do Mercosul.

Convidamos para usar da palavra para uma comunicação inadiável o Senador Gerson Camata, que já está na tribuna – ele é muito rápido.

V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente, Senador. Antes, quero cumprimentá-lo. Se houvesse uma medalha aqui como há nos Jogos Olímpicos, a medalha de ouro, eu daria a V. Ex^a como Senador da República.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado a V. Ex^a pela generosidade do seu coração.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero ver se cumpro com meu tempo e também dizer que, mais uma vez, agradeço aos companheiros do Senado pela aprovação da lei que deu maioridade ao cooperativismo brasileiro, na última terça-feira.

Os cooperativistas do Brasil inteiro, a Organização das Cooperativas Brasileiras, todos estão se manifestando em agradecimento ao Senado por esse documento importante, essa lei complementar.

Soube agora que o Presidente da República atribui tanta importância a essa lei que, no dia de sancioná-la, vai convidar todas as organizações cooperativas do Brasil a enviarem um representante para assistirem ao ato solene de sanção da lei.

Mas há um outro projeto meu, Sr. Presidente, pelo qual venho batalhando e que está tramitando há quase dez anos – como foi aquele projeto das cooperativas, dez anos entre o dia em que apresentei e o dia em que foi aprovado aqui. É o projeto que legaliza, no Brasil, a ortotanásia.

Está acontecendo, Sr. Presidente, uma anormalidade legal, porque alguns Estados brasileiros, por não haver uma lei federal – porque, regulando sobre a vida, tem que ser uma lei da Federação, uma lei nacional, uma lei saída do Congresso Nacional –, estão legislando sobre a autorização para a ortotanásia. E agora, recentemente, o Conselho Nacional de Medicina fez um regulamento sobre a ortotanásia, sendo que os médicos têm medo de cumpri-lo porque, como não é uma lei, eles podem, a qualquer momento, ser processados por terem praticado um ato que não tem previsão em lei.

Eu queria dar uma ligeira explicação, se V. Ex^a me permite, sobre a definição de ortotanásia. Antes de qualquer consideração, é necessário que expliquemos o que é a eutanásia, a ortotanásia e a distanásia.

V. Ex^a como cultor da língua grega, Sr. Presidente, percebe que eutanásia etimologicamente significa “boa morte” ou morte sem dor, sem sofrimento, resulta da junção de dois vocábulos gregos: *eu*, que pode significar bom, e *thanatos*, que significa morte. Esse era o sentido original, mas o fato é que a eutanásia ganhou uma nova significação em nosso tempo. Seu

conceito mudou e ela passou a ser um processo que age sobre a vida, antecipando a morte, para que supostamente abrevie-se o sofrimento. Adianta-se o fim de uma paciente vítima de doença incurável sob o pretexto da compaixão.

Em nosso Código Penal, a eutanásia é crime. Outros países preveem redução de pena para casos de eutanásia, considerando-os homicídios atenuados, mas não deixando de enquadrá-los como crime.

A distanásia, por sua vez, é o prolongamento artificial da vida com sofrimento do paciente. Mesmo quando a ciência não dispõe de qualquer método capaz de prover a melhora ou garantir a cura, insiste-se num tratamento inútil. Consiste, portanto, num prolongamento da morte e não da vida, que em nada beneficia o doente, pois não há expectativa de sucesso no tratamento. É o que os especialistas chamam de “obstinação terapêutica”. E muitos hospitais gostam disso. V. Ex^a é médico e sabe que, no caso de um paciente rico, vão prolongando a vida, principalmente na UTI, porque tem uma beleza de faturamento.

Roxana Cardoso Borges doutora em Direito Civil pela PUC, diz que os tratamentos médicos tornam-se um fim em si mesmos, deixando o ser humano em segundo plano. O que interessa é a tecnologia. Esta passa a ser o foco das atenções dos profissionais da medicina, e a ela se subordinam os direitos do doente.

Chegamos, enfim, à ortotanásia. Seu significado etimológico é “morte correta”: *ortho*, em grego, quer dizer certo, e *thanatos*, como já vêm, morte. É a morte tranquila, sem dor, sem sofrimento.

O exemplo mais atual que temos foi o do Papa. Ele estava agonizante, ofereceram a ele conduzi-lo para um hospital, entubá-lo, e ele poderia viver mais uns quinze dias, talvez, naquela situação, incurável, marchando para a morte, de uma maneira que não haveria interrupção. Ele disse: “Não, eu quero encontrar meu Pai aqui no meu leito”.

A ortotanásia é praticada, sempre pelo médico, quando o doente já está em processo de morte, e consiste em deixar que o processo siga seu curso natural, sem o prolongamento por meios artificiais. Ou seja, o médico não prolonga a agonia do paciente contra a sua vontade, a vontade do paciente.

Reconhecemos a morte como um componente natural da vida dos seres humanos. Ou seja, ser mortal faz parte da nossa condição. Temos, portanto, o direito de morrer com dignidade, e este direito inclui o de evitar tratamentos que só causam sofrimento.

Não se pode confundir a defesa do direito à morte digna com a do direito à morte, ou seja, a defesa de métodos que apressem o fim do paciente. É o que ocorre no caso da eutanásia, que age sobre a morte

no sentido de antecipá-la. Já a ortotanásia age para evitar a distanásia, isto é, o prolongamento artificial do processo de morte. A ortotanásia deixa que esse processo se desenvolva naturalmente – ela não causa a morte, que já está em curso, apenas evita o sofrimento sem propósito do paciente.

É praticamente unânime entre os juristas o reconhecimento de que todos temos a prerrogativa de autodeterminação a respeito dos últimos momentos de nossa vida. Não há como negar que o sistema médico passou por uma desumanização progressiva com a criação de grandes centros de tratamento, equipados com aparato resultante de avanços tecnológicos.

Um doente que neles ingressa pode ter certos órgãos do seu corpo mantidos em funcionamento indefinidamente por aparelhos que se limitam a isto: fazê-los funcionar sem oferecer qualquer perspectiva de cura ou de melhora.

É admissível submeter alguém a práticas médicas abusivas e excessivas em nome do uso de recursos tecnológicos que suprimem qualquer feição humana do final da vida? Podemos subtrair a uma pessoa a faculdade natural de apropriar-se da própria morte, de encerrar sua passagem pela Terra da maneira como deseja? A morte digna é um direito fundamental do homem, do qual ele jamais pode ser privado.

Gosto de lembrar – e disse aqui há pouco – a propósito da ortotanásia, o exemplo do Papa João Paulo II, que pediu que não fossem utilizados aparelhos para prolongar sua vida. Já sem esperanças de cura, preferiu morrer em seu quarto, aguardar o encontro com Deus fora do frio ambiente de uma UTI. O mesmo João Paulo II, na encíclica **Evangelium Vitae**, O Evangelho da Vida, de 1995 – e aí vou citar o Papa –, considerou perfeitamente legítima a ortotanásia. Diz a encíclica papal:

A ortotanásia se distingue da eutanásia por ser a decisão de renunciar ao chamado “excesso terapêutico”, ou seja, a certas intervenções médicas já inadequadas à situação real do doente, porque não proporcionais aos resultados que se poderiam esperar, ou ainda porque demasiado pesadas para ele e sua família. Nessas situações, quando a morte se anuncia iminente e inevitável, pode-se, em consciência, renunciar a tratamentos que dariam somente um prolongamento precário e penoso à vida, sem, contudo, interromper os cuidados normais devidos ao doente em casos semelhantes.

Mais adiante, escreve o Papa: “A renúncia a meios extraordinários ou desproporcionados não equivale ao suicídio ou à eutanásia. Exprime, antes, a aceitação da condição humana diante da morte”.

Em 1980, a Declaração sobre a Eutanásia, da Congregação para a Doutrina da Fé, aprovada por João Paulo II, já antecipava o teor da Encíclica, ao determinar que, na iminência de uma morte inevitável, é legítimo tomar a decisão de renunciar a tratamentos que apenas prolongariam a vida de forma dolorosa. Por isso, o médico não tem motivos para se angustiar, como se tivesse praticado o crime de omissão de socorro.

Antes de João Paulo II, Pio XII, em 1957, já afirmava ser lícito suprimir a dor por meio de narcóticos, mesmo com a consequência de limitar a consciência ou abreviar a vida, “se não existem outros meios e se, naquelas circunstâncias, isso em nada impede o cumprimento de outros deveres religiosos e morais”.

O padre e teólogo paulista Márcio Fabri dos Anjos, especialista em ética religiosa, considera o prolongamento não razoável da vida a qualquer custo uma forma de distanásia – a morte lenta e sofrida.

Tramita, desde abril de 2000, nesta Casa, projeto de lei de minha autoria que altera o Código Penal, excluindo da ilicitude a ortotanásia. Meu projeto, que completa nove longos anos de tramitação, diz que não constitui crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, se previamente atestada por dois médicos a morte como iminente e inevitável, desde que haja consentimento do paciente ou, em sua impossibilidade, de cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão.

Ressalte-se que, de acordo com o projeto, essa exclusão de ilicitude refere-se à renúncia ao excesso terapêutico. Ela não se aplica se houver omissão de meios terapêuticos ordinários ou dos cuidados normais devidos a um doente, com o fim de causar-lhe a morte.

Em São Paulo, em 1999, o então Governador Covas assinou uma lei estadual regulando sobre a vida – que é objeto exclusivo, segundo a Constituição, de lei federal –, que regula sobre os direitos dos usuários dos serviços de saúde. Ela assegura ao paciente terminal o direito de recusar tratamentos dolorosos ou extraordinários para prolongar a vida. Mário Covas, na ocasião, afirmou que sancionava a lei como político e como paciente, já que tinha sido diagnosticado com um câncer. Dois anos mais tarde, em fase terminal, recusou-se a deixar que sua vida fosse prolongada artificialmente.

Em novembro de 2006, o Conselho Federal de Medicina aprovou resolução autorizando os médicos do Brasil a interromperem, com o consentimento de pacientes terminais, de enfermidades graves e incuráveis, ou de seus representantes legais, tratamentos que permitissem o prolongamento da vida.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Se o Presidente permitir, porque estou numa comunicação inadiável. (Pausa.)

A resolução, entretanto, acabou tendo a sua viabilidade suspensa por decisão de um juiz federal, que atendeu ao pedido de liminar feito pelo Ministério Público. O juiz entendeu que, embora o Conselho Federal de Medicina tenha justificado que a ortotanásia não antecipa a morte, e sim permite que siga seu curso natural, não estava afastada a circunstância em que tal conduta “parece caracterizar crime de homicídio”.

Há um equívoco fundamental nessa concepção. A defesa de uma morte digna não é a justificação de procedimentos causadores de morte, e sim da liberdade e da autodeterminação do ser humano. A propósito, a professora Roxana Borges lembra que o art. 5º da Constituição Federal garante a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade e à segurança, entre outros.

Mas não são direitos absolutos, nem deveres. Não estão estabelecidos no art. 5º deveres de vida, liberdade e segurança. Garante-se o direito à vida, não o dever, e não se admite que o paciente seja obrigado a se submeter a um tratamento degradante (no inciso III do mesmo artigo). O direito do paciente de não se submeter a algum tratamento é parte da garantia constitucional de sua liberdade. E o inciso XXXV do mesmo artigo garante que o paciente possa recorrer ao Judiciário para impedir uma intervenção ilícita em seu corpo contra a sua vontade.

O direito à ortotanásia já é garantido há muito tempo nos Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Japão, França, Canadá, entre outros países. Nos Estados Unidos, foi aprovada, em 1991, uma lei, o Ato de Autodeterminação do Paciente, segundo a qual, no momento de admissão do paciente no hospital, este deve informá-lo sobre seu direito de aceitar ou recusar tratamentos, com o objetivo de garantir sua autodeterminação e sua participação nas decisões que dizem respeito à sua saúde e à sua vida.

Por essa lei, o paciente pode estabelecer sua decisão de três formas, para o caso de ficar em estado terminal: fazendo uma declaração expressa chamada de **living will**, ou testamento vital, ou testamento biológico; designando um representante legal específico, uma espécie de curador com a competência de tomar decisões; ou deixando um documento escrito, elaborado depois de uma consulta detalhada com médico especializado.

Pois bem, Sr. Presidente. Tenho ainda aqui pareceres de teólogos luteranos, teólogos evangélicos, especialistas em ética médica e em ética humana sobre o assunto.

De modo que o apelo que faço é que lá, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, depois de nove anos, seja designado um relator para que essa matéria possa tramitar e que o Senado possa discutir esse assunto. É delicado, é um assunto complexo, mas não podemos nos omitir diante dele e permitir que o Conselho Regional de Medicina tenha que exarar uma portaria, que o Governo do Estado de São Paulo tenha que fazer uma lei ilegal.

Médico e doutor, o Senador Mozarildo, com a permissão do Sr. Presidente.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – É realmente para louvar a coragem não só do projeto, como do pronunciamento de V. Ex^a. Porque é preciso... E aí V. Ex^a já frisou o que eu, como médico, penso – como tenho a certeza de que o Senador Mão Santa pensa, e a grande maioria do povo pensa –: assim como nós precisamos humanizar a entrada na vida, isto é, humanizar o parto, precisamos também humanizar a saída da vida, isto é, humanizar a morte. E muitas vezes o que nós vemos é que o médico, a equipe médica fica forçada, pela falta de uma legislação, como disse V. Ex^a, ou mesmo pela vontade da família, a manter uma pessoa vivendo ligada a um aparelho. Tivemos o exemplo, na Itália, de uma jovem que há 18 anos, se não estou enganado, estava lá, apenas sobrevivendo por receber alimento por uma sonda e oxigênio por aparelhos. Então, realmente, é preciso discutir esse tema, sem paixões, sem preconceitos, dando, como V. Ex^a colocou aí, a liberdade ao paciente, se ele estiver em condições de decidir – e houve o exemplo do Papa, que optou por não ter o uso dos aparelhos –, ou, caso ele esteja inconsciente, a família, depois de avaliar todos os dados, inclusive médicos, da questão, sem descartar, logicamente, as convicções religiosas ou de fé de qualquer um. Quero, portanto, cumprimentar V. Ex^a pela coragem do projeto e pela oportunidade da discussão do tema.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Então, é o apelo que eu queria fazer. Em uma hora, o Brasil vai ter que se dedicar a esse assunto. Em um momento, nós vamos ter que começar a discutir isso. E como disse um colega meu: “É, Gerson, você está passando dos 60, já está legislando em causa própria”. Eu espero que não seja tão breve. Mas, tirando a brincadeira, quero dizer que, numa hora dessas, temos que nos dedicar ao estudo desse assunto.

Obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me, Senadora Ideli, que está apressada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Camata, nós usamos aqui o espírito da lei de Montesquieu. V. Ex^a, pelo Regimento, teria direito a cinco

minutos, mas foram os 18 melhores minutos nesse debate, que foi complementado pelo médico Senador, nosso companheiro. Então, sem dúvida alguma, nós temos que enfrentar a eutanásia, a ortotanásia, a distanásia. E V. Ex^a traduz essa coragem que o Senado da República precisa ter. E somou-se à vivência médica de Mozarildo Cavalcanti. Foi uma grande contribuição a esse projeto de lei, que dorme há nove anos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Esperamos que ele não morra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aqui está inscrito, na vez, o Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, a Senadora Ideli Salvatti. V. Ex^a ainda não havia chegado, e eu já havia me comprometido com a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senadora Ideli Salvatti, por favor, assuma a tribuna, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foi uma oportunidade de V. Ex^a mostrar o seu cavaileirismo às damas. Isso foi pela vida toda.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Com muito prazer. Ainda mais para minha companheira no Senado, que foi minha Líder. Senadora Ideli, V. Ex^a tem a palavra – isso deve ser dito pelo Presidente Mão Santa –, com o maior prazer.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Suplicy e quero cumprimentar os demais Senadores. Venho à tribuna, inicialmente, para fazer um registro, pedindo o apoio de todas as Sr^as e Srs. Senadores para o voto de aplauso que encaminhei à Mesa pelo aniversário de 25 anos, o Jubileu de Prata, que a Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau estará comemorando no próximo dia 29 de março.

A AMPE – Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau, é a primeira organização dos micro e pequenos empresários do Brasil, esse setor produtivo tão importante e tão disseminado, responsável por um número significativo de empregos. É um dos setores que mais empregam e que tem muita dificuldade de sobrevivência devido às cargas tributárias, à burocracia para a abertura e manutenção das empresas, mas é um setor que dinamiza muito a economia no meu Estado. É absolutamente relevante e imprescindível a participação efetiva desse segmento na economia. Tenho a convicção de que o é em todo o Brasil.

Então, eu queria aqui, de público – inclusive, a solenidade deverá se iniciar em poucos minutos, em Blumenau; está marcada para as 15 horas –, da tribuna do Senado, mandar meus parabéns à Ampe, a Sônia Medeiros, que preside a associação neste momento, e a todos

os que compõem essa importantíssima instituição, essa organização dos setores produtivos que agrupa micro e pequenos empreendedores em todo o Brasil e, de forma muito especial, em Santa Catarina, em Blumenau.

Eu queria também agradecer à Comissão Especial da Câmara, que aprovou esta semana – e há uma negociação para que a matéria seja rapidamente incluída na pauta do plenário da Câmara dos Deputados – a PEC de minha autoria que modifica o cálculo da DRU (Desvinculação de Receitas da União) sobre as verbas obrigatórias a serem aplicadas pelo Governo Federal na educação.

A DRU, conforme aprovada na nossa Constituição, retira, deixa de tornar obrigatória a aplicação da Lei Calmon: 18% obrigatórios para a educação. Um quinto, aproximadamente, é retirado dessa obrigatoriedade. Para as pessoas terem a dimensão do que isso significa, neste ano, no ano de 2009, a aplicação da DRU sobre os recursos da educação implica a diminuição da obrigatoriedade de nada mais, nada menos, do que dez bilhões. São dez bilhões a menos.

E a Câmara aprovou. Está agora para ir a plenário. A Câmara, inclusive, aprovou o projeto com acréscimos, e, por isso, ele voltará para o Senado. Nós vamos ter de apreciar, porque aconteceram alterações na PEC. Foram incluídos assuntos importantíssimos para a educação, como a ampliação da obrigatoriedade. Hoje a educação é obrigatória dos seis aos quatorze anos. E na PEC aprovada, no substitutivo aprovado pela Comissão Especial da Câmara, a obrigatoriedade passa para quatro até dezessete anos; modifica a relação entre os entes federados e o Plano Nacional de Educação.

Portanto, são mudanças muito importantes que eu espero que a Câmara vote rapidamente no plenário, para que o Senado também tenha oportunidade de apreciar esta matéria e nós termos rapidamente essa ampliação da oferta, da gratuidade, da universalização da educação, com mais recursos, que a retirada da DRU vai propiciar.

Agora, o que me traz mesmo, mesmo, mesmo à tribuna são as repercussões e o debate que está instalado no Brasil, a partir do lançamento do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, para construção de um milhão de casas, pelo Presidente Lula, ontem, no Palácio Itamaraty. É um programa ousado, que modifica, de forma significativa, as questões burocráticas e amplia os valores e tem como foco central a população de mais baixa renda, que é exatamente onde está o maior volume de déficit habitacional. É na faixa de zero a três salários mínimos que estão concentradas praticamente 90% das famílias, das pessoas, que não possuem moradia no nosso País.

Portanto, qualquer plano habitacional, qualquer programa de habitação que não resolva o problema do financiamento, do acesso dessa grande faixa da população a financiamento não tem o direito de ser denominado plano habitacional. E o plano que o Presidente Lula apresentou ontem, com a modificação significativa no financiamento, modificação no seguro, para baratear o custo das prestações, com a criação do Fundo Garantidor, para poder cobrir situações de inadimplência em caso de desemprego ou suprir a inadimplência no caso de falecimento ou de alguma doença que incapacite para o trabalho. Há diminuição das custas cartoriais, registro de imóveis.

A Medida Provisória que o Presidente assinou ontem para a regularização fundiária vai também permitir a legalização dos terrenos. Dessa forma, as pessoas poderão ter financiamento, habitações, conjuntos habitacionais poderão ser financiados em inúmeros terrenos em todo nosso País.

Esse plano, Senador Suplicy, é muito ousado e realmente apresentado num momento em que obrigatoriamente ele teria de ser avaliado, pela importância, pela ousadia, pelas modificações. Desse um milhão de casas propostas pelo programa, 400 mil, – portanto, praticamente quase a metade – estão exatamente voltadas para os que mais precisam. E é interessante que todo esse debate se coloca nesse contexto da crise e o programa, que busca minimizar o nosso déficit habitacional com uma postura muito clara de fazer um programa voltado para exatamente quem mais precisa, teve um tratamento – eu diria – no mínimo equivocado por boa parte dos órgãos de imprensa. E eu diria: também pela própria Oposição.

E esse programa, num contexto de crise, gera oportunidades e condições para construção desse um milhão de casas, mesmo o Presidente não tendo se comprometido antes com isso, até porque deslanchar um programa dessa magnitude não é algo simples, não é algo fácil. O máximo que se conseguiu construir nos tempos do BNH foram 310 mil unidades num curto espaço de tempo. Portanto, a ousadia, neste momento da crise, está diretamente ligada às medidas anticíclicas, num momento em que nós estamos com dificuldade de crédito, em que nós temos setores produtivos desempregando, em que nós temos uma economia com um peso grande para manter o ritmo do crescimento que nós tivemos até bem poucos meses atrás. Medidas concretas que impulsionam setores, como é o caso da construção civil, que é um setor que não depende de nada, não há nada na construção que não seja produzido, que não seja fabricado, não há nada que nós não tenhamos capacidade de, com mão de obra, insumo, tecnologia brasileira, construir. E o im-

pulso desse um milhão de casas movimenta essa cadeia produtiva da construção civil, que emprega nada mais, nada menos, do que dez milhões de brasileiros com possibilidade, potencialidade de ampliar, de forma significativa, esse número, esses milhões de empregados em todo o Brasil.

Então, é um programa que atende a uma necessidade premente de milhões de pessoas em todo o Brasil e ainda tem o caráter de gerar emprego, rodar a economia, movimentar a economia, portanto, o caráter anticíclico é fundamental. Mas as manchetes foram assim... Eu fiquei impressionada! Vejam só: "Sem prazo de entrega, o Governo promete um milhão de moradias"; "Plano é ambicioso, mas histórico expõe risco de fracasso"; "Plano de união é similar ao de São Paulo"; "Pacote de habitação é cinco vezes menor do que o reajuste do servidor". Ou desqualificam o plano, desconsideram-no, colocam-no muito no negativo ou, pior, seguem a seguinte linha: "Pacote tem reflexos na eleição de 2010; "Lançamento do plano vira palanque político", e a famosa frase "é eleitoreiro" – esse é o que nós mais ouvimos. Um plano que se propõe, se compromete com os que mais precisam de casa, com um setor produtivo que gera emprego...

Inclusive, ontem, no lançamento, os representantes do setor produtivo da construção civil fizeram discursos extremamente agradecidos e confiantes no êxito. Eu tive oportunidades de ver debates de representantes do setor da construção civil em órgãos de imprensa e a defesa desse plano, do que ele contém e da perspectiva que ele abre é extremamente contundente.

Então, quanto a essa questão do caráter político eleitoral, Senador Eduardo Suplicy, eu fico me perguntando o seguinte: o que quer a Oposição? O que querem determinados segmentos da opinião pública? O que querem? Que não se governe?

As ações e os atos de Governo sofrem permanentemente este profundo ataque: é eleitoreiro, é eleitoreiro, não pode governar. Beira quase uma interdição, como se, pelo fato de termos eleição em outubro do ano que vem, mais nada se pudesse fazer. Nada mais pode ser feito, porque tudo... Não é bem tudo, Senador Suplicy. Antes de entrar neste "não é bem tudo", faço muito gosto de ouvir V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezada Senadora Ideli Salvatti, o plano para construir um milhão de residências constitui um extraordinário desafio e uma resposta importante a algo que, nesses seis anos, o Governo do Presidente Lula vem considerando como um dos objetivos mais importantes entre os que ele quer deixar nos seus oito anos de mandato. No ano passado, houve a construção de aproximadamente 135 mil habitações populares, que foi o maior número até

agora realizado. Ainda hoje, na hora do almoço, o jornalista Carlos Sardenberg observava: agora é um milhão. E como será? Em dois, três, quatro ou cinco anos? O Presidente Lula disse que não necessariamente será feito em dois anos, poderá ser num período talvez um pouco mais longo. De qualquer maneira, significa que haverá um aumento para mais de 200 mil habitações populares ao ano, a partir deste ano, o que já é um enorme salto. E a destinação é sobretudo para aquelas famílias com renda de até 10 salários mínimos, mas inclusive os que ganham até três salários mínimos, com possibilidades reais de fazer frente... Obviamente, haverá a destinação de recursos para viabilizar que isso aconteça exatamente para essas famílias de menor renda. Significa o reconhecimento pela sociedade de que é necessário caminhar na direção de maior justiça, tornando mais iguais os desiguais. É claro que o Congresso Nacional poderá fazer sugestões de aperfeiçoamento, uma vez que a proposta que o Presidente apresentou ainda passará pelo diálogo entre nós e, inclusive, muitas sugestões poderão ser dadas para aperfeiçoar a proposição. Então, eu acredito que foi dado um passo muito importante e significativo e que haja sugestões de aprimoramento da proposta. Isso, obviamente, será algo positivo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Suplicy. Como eu estava dizendo, esta questão do “eleitoreiro”, “não pode fazer porque se trata de antecipação de eleição”, “tem caráter eleitoral”, “é para incrementar campanha”... É muito interessante a gente fazer... E eu tive a paciência de buscar. Nós tivemos, durante vários episódios envolvendo o Bolsa Família, quando o Governo resolveu ampliar o número de famílias atendidas pelo Bolsa Família... Foi antes da eleição de 2006, não foi Senador Suplicy? Aí veio o ataque: “Não! Isso é compra de voto, é eleitoreiro e tal. E não pode, não pode, não pode”. O aumento, o reajuste do valor do Bolsa Família e a inclusão de famílias com jovens até os 17 anos ocorreram também antes da eleição de 2008. E aí de novo: “Ah, é eleitoreiro, porque é compra de voto, porque não pode e tal”.

Quando o Governo lançou o programa Território da Cidadania para articular todos os programas exatamente naquelas regiões onde há a maior concentração de Municípios com baixo IDH e cujas populações são historicamente excluídas – quilombolas, indígenas, agricultores –, foi tão contundente a ação da Oposição que eles chegaram a ingressar com uma ação no Supremo Tribunal Federal, porque não podia fazer isso, porque era eleitoreiro, era antecipação...

Agora, ao lançarmos o programa de um milhão de casas, vem de novo essa história do eleitoreiro, principalmente porque está claríssimo que o foco do progra-

ma é exatamente construir um milhão de casas para quem menos ganha, para a maioria sofrida da população brasileira. E é interessante, Senador Suplicy. Tive a paciência de pesquisar. Quando houve a redução do IPI para os automóveis, o senhor escutou alguém falar que era eleitoreiro? A redução do IPI para os automóveis é importante. Todos nós sabemos. Está aí o efeito e provavelmente até poderá vir a ser prorrogada. Mas ninguém, eu não ouvi um da Oposição, ninguém que fala em nome dos grandes empresários brasileiros, ninguém criticou a redução do IPI. Medida correta, certa.

Agora, a redução do IPI, Senador Suplicy, é importante, foi correta, eu até advogo que deve ser prorrogada, mas quem se beneficia dessa prorrogação, além dos efeitos na economia, não é mesma população do Bolsa Família, do Território da Cidadania nem da grande maioria das pessoas que vão se beneficiar com esse programa de um milhão de casas.

Mesmo esse pacote agora de um milhão de casas teve uma medida do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que ampliou o valor do financiamento de R\$350 mil para R\$500 mil, exatamente para ampliar a oportunidade da classe média de poder financiar. Essa medida eu não ouvi ninguém falar que é eleitoreira. Ninguém.

Então, tem um corte, sabe, tem uma coisa estranha nessa história de acusar, porque, para mim, acaba ficando, sim, de forma muito clara, muito transparente, que quando beneficia a grande maioria, a população mais sofrida, aí é eleitoreira; quando beneficia setores da classe média, da classe alta, grandes setores produtivos, aí é medida correta. Todas, do meu ponto de vista, são corretas.

Agora, não interditem, não impeçam um Governo que tem lado, um Governo que tem um projeto claro de crescimento com distribuição de renda, com inclusão social... Não tentem interditar.

Essa história de antecipar campanha... Senador Suplicy, não sei se V. Ex^a assistiu, hoje, pela manhã, à exposição do plano pela Ministra Dilma. A única coisa que queriam perguntar era se ela era candidata. Acho que fizeram essa pergunta vinte vezes, se ela era candidata, e ela dizendo que nem amarrada responderia. Então, só temos que agradecer, porque quem está antecipando e colocando na rua, colocando na roda, falando todo dia que a Dilma é candidata não é nem o PT, mas a própria Oposição.

Agora, para nós, muito mais importante que esse debate político-partidário é que as coisas andem que o Governo aja e que, principalmente, a idéia que move centralmente o Governo Lula, que é crescer distribuindo, fique patente e esteja sendo implementada nos programas que beneficiam a grande maioria da popu-

lação. É Bolsa Família, sim; é Território da Cidadania, sim; é um milhão de casas prioritariamente para quem mais precisa. Porque isso é o que pode, efetivamente.... Já está comprovado que foram essas medidas, foram essas políticas, juntamente com outras medidas econômicas – como a redução do IPI e tantas outras medidas que foram adotadas –, que nos permitiram e nos permitem enfrentar a crise e ter a convicção de que vamos sair rápido e muito melhor dessa crise do que a grande maioria dos países.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – Vamos chamar agora, para usar da tribuna, o Senador Mão Santa, que usará da palavra para uma comunicação inadiável. Depois chamaremos um Senador inscrito, que seria o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Mário Couto, que preside esta reunião de 26 de março, Parlamentares presentes na Casa, brasileiras e brasileiros que nos assistem aqui no plenário Senado da República e que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado Federal, Deus escreve certo por linhas tortas, pois justamente V. Ex^a, Senador Mário Couto, está aí na Presidência, sentado, dirigindo os trabalhos.

Ontem, eu estava aí substituindo o Presidente Sarney – ossos do ofício – e li a documentação, com muita tristeza, de que iria para o Arquivo o pedido de CPI que V. Ex^a solicitou, do Dnit. No dia anterior, eu tinha lido, com muita satisfação, o anúncio, o requerimento e a justificativa de V. Ex^a. E senti a satisfação do Presidente da Casa ao submeter à aprovação o pedido dessa CPI. Mas acontece que o Regimento diz que podem retirar assinaturas até meia-noite. Mozarildo, realmente, o nosso companheiro Mário Couto tinha conseguido 30 assinaturas, mas 4 mandaram tirar. Até retardei essa leitura, porque eu queria ler na presença de V. Ex^a, para que V. Ex^a percebesse a tristeza que eu sentia. E quero dizer que o Presidente Sarney – sou sincero e estava do lado dele – também ficou perplexo; não era oportuno.

Primeiro, a transparéncia. Esta Casa, Mozarildo, temos de entender para que existe este Senado. Primeiro, para fazer leis boas e justas, inspiradas nas leis que Deus entregou a Moisés. Mas isso não é o mais importante, não. Hoje, não. Ninguém escolhe o momento de ser senador. Este País já tem 300 mil

leis. Que o digam os que estudam ou que exercem o Direito. Chegou-se ao ridículo de dizer que há leis que pegam e leis que não pegam. Ô, Mozarildo, parece aquele negócio de sarampo: pegou? Não pegou? Lei que pega e lei que não pega? Isso não é o fundamental, não. Este Poder é para frear o outro. Esta é que é a grandeza: o Judiciário nos frear e nós frearmos ele. Saibam da justiça divina – inspiração. Moisés pegou as leis de Deus – é coisa de Deus. “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. O Cristo ali, Filho de Deus, não tinha a televisão e a rádio, como nós, e foi para a montanha e bradou o Sermão da Montanha. Mas a nossa justiça é feita por homens, fracos, alguns corruptos. Então, temos que frear. Não pode o povo. Também eles não freiam. É bom. É bom. E nós temos que frear o Executivo; ele também tem o direito de nos frear. É esse equilíbrio que fortalece a democracia. Três Poderes, um olhando para o outro, confiando e desconfiando, na harmonia – isso faz parte do jogo –, equipotentes. Então, este Poder é para frear os outros, e um dos instrumentos de frear é a CPI.

Aqui mesmo nós tivemos um Senador, o pai do nosso Governador de Alagoas, que é o nosso companheiro Senador, moribundo de câncer, ele dizia: “Falar resistindo e resistir falando”. Fazer a denúncia. Teotônio Vilela, morrendo de câncer, aqui, moribundo e freando. Naquele tempo, o Poder Executivo era ditatorial. Mas ele disse, e o valor hoje é isto: denunciar! V. Ex^a tem feito, e o fez com razão.

Olha, parece até que nós estamos jogando como, naquele tempo, Pelé e Coutinho, não é? E o Mozarildo ali olhando. Então, era o Dnit que V. Ex^a pedia para fiscalizar. Tem de ser fiscalizado tem de ser transparente. A imprensa está fazendo o papel dela, dissecando o Senado. Tem que fazer. Thomas Jefferson disse – vamos refletir – que seria melhor a sua pátria sem governo, mas com uma imprensa livre. Era melhor não ter governo e ter uma imprensa livre do que ter governo e não ter imprensa. Ela é livre, é para levar a verdade. Mas também a gente tem de dissecar o Dnit, aquilo que o Mário Couto queria.

Olha, só pontes vêm a minha mente as grandiosas. Lá, no Piauí, há três que devem ser fiscalizadas. Uma está em Luzilândia, no Piauí, que vai para o Maranhão e Pará. Outra, em Teresina, a capital do Piauí, sobre o rio Poti. Mozarildo iniciou-se, com o Governo Federal, para comemorar 150 anos de Teresina. Teresina está com 158 anos. No rio Poti, eu aqui, governando o Estado, com o engenheiro do Piauí Lourival Parente, com uma construtora do Piauí, operários do Piauí, dinheiro do Piauí, fiz uma ponte no mesmo rio em 87 dias. E estão lá há oito anos, o Governo Federal. Heráclito Fortes foi Prefeito de Teresina e fez, no

mesmo rio, uma ponte em cem dias. Então, não está certo esse negócio. No mesmo rio.

E agora recebi, acho que propositalmente, obras... Bote aqui vamos botar aqui: o jornalista é Orlando Portela, enviado a Uruçuí.

Uruçuí é a nossa capital da soja. Eu, quando governei aquele Estado, levei para lá a multinacional Bunge. Ela antes era a Ceval, era lá de Gaspar, de Santa Catarina, aí foi absorvida por uma multinacional de alimento. E hoje ela está lá. É a maior produção de soja. Milhares e milhares de homens do Sul já se fixaram nessa região do cerrado para plantar soja, plantar algodão. Muitos sulistas que herdaram o saber de agricultura dos seus antepassados europeus e não tinham terra. Num dia só, Mário Couto, eu recebi uma Cotrirosa, uma colônia com trezentas famílias de gaúchos fixados.

Então, eu fiz uma ponte lá em Ribeiro Gonçalves. Sonhamos outra. Heráclito. Apresentamos emenda. Essa ponte liga Uruçuí ao Maranhão...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Verbas federais e tal. “Obras da ponte de Uruçuí se arrastam há três anos e não há prazo para entrega da ponte, no sul do Piauí”. Há três anos se arrastam. Está aqui, jornalista Orlando Portela.

O que diz o jornalista? Não sou eu, é o jornalista. Eu sou é oposição mesmo a esse Governo corrupto, no plano federal e no plano do Estado do Piauí, que o PT governa. **“To be or not to be, that’s the question”**. Ser ou não ser. Ou se é governo ou se é oposição. Quem não é governo... Eu já fui governo. Já governei o Estado, fui Prefeito, fui Líder de Governo de Lucídio Portela, eu e Juarez Tapety, e sou oposição. Não sou do contra, não. Sou a favor da democracia e do povo. Está ali Rui Barbosa. Rui Barbosa foi governo no início da República, com Deodoro, Floriano Peixoto. Quando ele viu que iam meter um terceiro militar, ele disse: “Tô fora”. Pulou para as oposições. Ofereceu, como oferecem ao meu Partido, a chave do cofre, o Ministério da Fazenda de novo. O que disse Rui? “Não troco a trouxa de minhas convicções por um ministério”. E foi oposição. Eu pergunto: houve algum maior do que ele? Alguém engrandeceu mais esta democracia do que ele? Nós somos oposição.

E o que diz o jornalista: “As obras da construção da ponte sobre o rio Parnaíba no município de Uruçuí, a cerca de 480 quilômetros ao sul de Teresina, já se arrastam há mais de três anos”.

Atentai bem, brasileiras e brasileiros, que governo corrupto, aqui e lá! O contrato era de 300 dias. Um ano tem quantos dias? Tem 365, Luiz Inácio! Já faz três anos. Está aqui, é o jornalista que está dizendo.

Era para fazer em 300 dias, Heráclito, aquela ponte. Está aqui que diz:

Desde que a placa anunciando a construção da ponte foi fincada há mais de três anos em Uruçuí, até hoje, apenas as pilastras foram construídas e nem ainda na sua totalidade. A população já não acredita que a ponte seja inaugurada (...) [neste Governo]. A construção das pilastras representa menos de 3,4% do total da obra, que, além da ponte em si, terá que construir um grande acesso até o início da rua. Segundo alguns moradores, os recursos para as obras chegam a conta-gotas, daí o atraso no andamento da construção.

Como se não bastasse tudo isso, a população está muito confusa sobre o real custo da ponte. As responsáveis pela confusão toda são duas placas fincadas a poucos metros do canteiro. A primeira, de menor tamanho, diz que a obra custará R\$4.850.000,00. Já uma segunda placa, ao lado da primeira, e de maior tamanho, afirma que o valor da obra é de R\$8.749.059,10.

Olha o rolo, olha a enrolada, olha os aloprados! Ó, Luiz Inácio, olha os aloprados.

A verdade é uma só: ou ela é um valor ou outro. Prolongue o jornalista:

Quem lê as placas só vê as suas dúvidas aumentarem. Além do preço, as placas dizem que o prazo de conclusão da ponte é de 300 dias. [Já faz três anos.] Só que a data exata do início dos trabalhos foi apagada de propósito e, portanto, não há um dia de referência para se começar a contar os 300 dias. Segundo alguns moradores das proximidades da obra, o objetivo é justamente confundir a cabeça não só do nativo da cidade, mas também de quem está de passagem.

Isso é uma reportagem do jornalista Orlando Portela, enviado a Uruçuí.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Portal da Transparência. Atentai. Por isso que a sua CPI não passa. Os aloprados estão roubando muito. Descrição: convênio. Está aqui. Início da vigência: 31/12/2007. Estão aqui os documentos. Era trezentos dias o contrato.

O Heráclito fez uma ponte no mesmo rio; nós também fizemos. Ele fez uma em cem dias, e eu, em noventa. E eu fiz lá, Heráclito, a de Ribeiro Gonçalves. Não está lá, Heráclito? A ponte que eu fiz, com o dinheiro só do Governo. Não tinha o Paim na Presidência, não.

Início da vigência: 31-12-2007. Fim: 8-12-2009. E está aí desse jeito. Então, nós viemos advertir o

Presidente da República. Lamentamos porque, com a CPI, iam vir muitas obras como essas. Acabei de citar, no Piauí, três grandes obras – só em pontes – inacabadas.

Outro dia eu citei vinte obras federais inacabadas.

Então, era isso que queríamos levar e trazer, e esta Casa é para isto: resistir falando e falar resistindo – Teotônio Vilela.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concedo um aparte ao maior municipalista do Piauí, Senador Heráclito Fortes, que ouvi falando muito sobre essas pontes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu me lembro, inclusive, Senador Mão Santa, da ponte de Ribeiro Gonçalves. Nós éramos de partidos diferentes, eu era Deputado Federal, e, num pacote de algumas pontes, colocamos dinheiro para a ponte de Ribeiro Gonçalves. E ela foi feita, V. Ex^a a construiu, como Governador. Havia um entrosamento entre as bancadas e não uma perseguição. Essa ponte de Uruçuí começou ainda no Governo Fernando Henrique, quando eu era Líder, e arrumamos o primeiro recurso. A mesma coisa foi com a ponte de Luzilândia. Nós temos Santa Filomena. Os recursos foram retirados do Orçamento e, agora, existe uma promessa e um compromisso, inclusive, do Secretário de Fazenda do Piauí de que ele levaria para lá seis milhões. Mas, Senador Mário Couto, o desmando administrativo no País ocorre porque tem exemplos. Senador Mão Santa, nós estamos vendendo agora os Municípios; alguns, em falência; outros, à beira da falência; e outros pedindo socorro. O Governo faz, Senador Mão Santa, o lançamento desse programa das casas populares. Por que esses recursos não vão para os Municípios, para a construção, via Municípios, onde as obras são mais baratas? Não. O anúncio é de que os recursos vão para as empreiteiras. E depois se queixam quando surgem os escândalos que assustam o País. É o próprio Governo que dá o exemplo. Em um momento como este, Senador Mão Santa, por que esses recursos não vão direto para os Municípios, para construir a casa popular, usando a construtorazinha da cidade, usando a construtora da região, redistribuindo o dinheiro na própria origem da obra? Não. São empreiteiras que têm um BDI lá em cima, que montam aqueles canteiros de obras fantásticos. Senador Mário Couto, em um caso como esse, se são casas demais, você divide: uma empreiteira faz dez casas; outra, faz vinte; a outra faz trinta. Mas o dinheiro circula, e o Prefeito do Município dá emprego. Esses exemplos é que estimulam os governantes estaduais e municipais a se

desdobrarem em praticar espertezas como as que V. Ex^a acaba de denunciar. Parabéns!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Aí está a voz experiente do legislador experiente e do administrador. Heráclito foi um Prefeito extraordinário da capital do Piauí. Eu era Prefeito da mesma cidade, no mesmo período, Parnaíba.

Mas nós queremos dizer que já foram liberados, segundo o documento, R\$4,365 milhões. Está aqui o documento. O jornalista foi lá – eu ainda não fui não – e está dizendo que só tem 3,4% da obra. Já foi. Ele dá a data documentada. Então, é isso que queríamos aqui reivindicar ao Presidente da República.

Olha aquele brado dele de que estava rodeado por aloprados por todo lado foi uma verdade que Luiz Inácio disse. E os aloprados, eu vou dizer, os mais espertos são os que estão no Piauí. O Governador pegou um *blog* de Barras, em que um jornalista disse... – não tem o Sr. Diretas Já? Lá é o Sr. Mentira! Olha, ele diz descaradamente – atentai bem! – que o Piauí tem dois aeroportos internacionais. Dois. O da minha cidade não tem nem mais teco-teco, aquele avião pequeno.

Quando eu era menino, a gente pegava Panair, Aerovias, Aeronorte, Cruzeiro do Sul. Tinha até a Paraense Transportes Aéreos (PTA). Não vá se zangar, não, mas todo mundo chamava assim: “Prepara tua alma”, porque de vez em quando cai.

Hoje, não tem mais nenhum avião. E os descarados, Efraim... Aeroporto! Não. Eles, os descarados de lá. Eu o estou advertindo. Dois aeroportos internacionais. O de São Raimundo Nonato – eu fui lá – só tinha dois jumentos na pista.

Em dezembro, convidou o Heráclito Fortes para a inauguração do porto. Diz o Sr. Mentira que vai ter quatorze metros o calado. Ele deve ficar calado quanto ao calado. Ele não entende de porto. O projeto inicial era sete metros. Assoreou. Reduziu para três e meio. E o Senador Heráclito Fortes diz que agora são dois e meio.

Disse que na ferrovia, em sessenta dias, os trens, Efraim iriam zoar. Parnaíba para a praia, 15 quilômetros. Quatro meses para Teresina. Levaram o Presidente do meu Partido, Alberto Silva, um homem bom, generoso, engenheiro ferroviário, com essa promessa a apoiá-lo. Mário Couto não trocaram nem um dormente. O dormente é aquele pau que segura o ferro. E só mentira! Aí estão as obras e isso.

Soltou, no dia da batalha do Jenipapo, um fôlho do que vai fazer. Tirou as fotografias dessas maquetes.

Então, eles pensam ainda que nós possamos viver no tempo de Goebbels, o comunicador de Hitler, que dizia que “uma mentira repetida várias vezes se torna verdade”. Olha, o Hitler saía com três mil solda-

dos. Goebbels dizia: "Lá vai Hitler com 15 mil". Todo mundo abria na Europa, com medo. Era mentira e deu no que deu.

E agora é só mentira. Lá no Piauí, nós aprendemos que é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. E a verdade está aqui: a ponte de Uruçuí, 3% da obra e o dinheiro já chegou. E a verdade está quando o Governo tem medo, enterra a CPI do Dnit, um sonho do bravo parlamentar que, no momento, preside esta sessão, o Senador Mário Couto.

Presidente Luiz Inácio, ajude o Piauí. Eu sei que V. Ex^a está sendo enganado. Olha, Mário Couto, V. Ex^a já foi ao México? Não foi, Mário Couto? Heráclito, não é mais da Comissão de Relações Exteriores, não. O Efraim foi, e ele foi comigo ao México. Mas lá na entrada do Palácio... É interessante, o Palácio é na praça e eu adentrei. Há uma frase interessante de um general que foi Presidente do México. Luiz Inácio, se Vossa Excelência for ao México, adentre, é na praça. O General disse: "Eu prefiro um adversário que me leve a verdade a um aliado puxa-saco, aloprado, que mente". Isso é que estão levando para Vossa Excelência, Luiz. Essa é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – Vamos chamar, agora, o quarto orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra a V. Ex^a e passo os trabalhos da Mesa ao Sr. Secretário, Senador Mão Santa.

O EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem o Senador Marcelo Crivella anunciou que também apresentou emendas para propor o fim, a extinção da prisão especial.

Gostaria de informar que também apresentei, na tarde de ontem, até porque era o último dia, emendas com a mesma proposição.

Na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do último dia 11, foi aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2008. A proposição atualiza dispositivos do Código de Processo Penal, por exemplo, sistematizando o tratamento da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória, com ou sem fiança.

Assim, superam-se as distorções produzidas no Código de Processo Penal, com as reformas que, rompendo com a estrutura originária, desfiguraram-no, como dito pelo seu Relator, Senador Demóstenes Torres.

(...) exemplo significativo das alterações é o da fiança, que passa, com as alterações do Código, de instituto central no regime de liberdade provisória a só servir para poucas

situações concretas, ficando superada pela liberdade provisória sem fiança do parágrafo único do art. 310. As novas disposições pretendem ainda proceder ao ajuste do sistema às exigências constitucionais atinentes à prisão e à liberdade provisória e colocá-lo em consonância com modernas legislações estrangeiras, como as da Itália e de Portugal.

Existe uma modificação introduzida no art. 295, que trata da prisão especial – reduz-se o rol de pessoas que têm esse direito. Considero de grande importância o aperfeiçoamento desse artigo. Por isso, estou apresentando duas emendas para as quais peço especial atenção.

Ao sugerir uma nova redação para o art. 4º do projeto, proponho a revogação de todos os dispositivos legais que criaram essa figura anacrônica da prisão especial. Ou seja:

Ficam revogados o art. 295, o § 2º e seus incisos I, II e III do art. 325, os arts. 298, 393, 594 e 595 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, bem como a Lei nº 2.860, de 31 de agosto de 1956, a Lei nº 3.181, de 11 de junho de 1957, o parágrafo único do art. 66 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, e as demais disposições legais referentes ao direito de prisão especial.

Desde 1991 venho lutando para extinguir o instituto da prisão especial. O primeiro projeto que apresentei nesse sentido foi o Projeto de Lei do Senado nº 349, de 1991, que foi arquivado ao final da legislatura sem ter sido apreciado. Voltei a apresentá-lo em 1995, ocasião em que tomou o número 75, de 1995. Essa proposição foi rejeitada em 1996.

Continuo acreditando que o disposto no art. 5º de nossa Constituição – "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" – deve ser cumprido, Senador Marcelo Crivella – esse pensamento está em consonância com a sua iniciativa de ontem, que guardou semelhança com a minha. Sendo assim, é de fundamental importância que a regalia da "prisão especial", prevista nos arts. 295 e 439 do Código de Processo Penal, na Lei nº 2.860/1956, na Lei nº 3.181/1957, no parágrafo único do art. 66 da Lei nº 5.250/1967 e em outros dispositivos legais seja revogada.

Entendo que não podemos falar em "prisões especiais" no texto infraconstitucional se a própria Lei Magna veda distinções de qualquer natureza.

É inacreditável que, no limiar do Terceiro Milênio, o Brasil ainda mantenha privilégios para certos cidadãos e cidadãs em detrimento do conjunto da sociedade.

Em vez de manter discriminações injustificáveis entre os encarcerados, o Poder Público deve primar por um sistema carcerário que não atente contra a dignidade humana, a fim de que o delito seja punido, visando à reintegração social do prisioneiro, jamais estabelecendo castas ao arrepio dos ditames constitucionais consoantes com os princípios jurídicos mais elementares.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Com o maior prazer, Senador Marcelo Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Apenas para aplaudir a coerência não da posição de V. Ex^a, mas da vida pública de V. Ex^a. A emenda que apresentei e que o Senador Demóstenes prometeu acolher expressa exatamente a luta de V. Ex^a. Tenho certeza de que isso trará dignidade ao nosso povo, porque as pessoas dizem que pobre vai para a cadeia, e rico vai para o hotel. Em muitos casos, isso procede. Então, estou aqui apenas para parabenizá-lo e dizer que sou um discípulo de V. Ex^a. Tenho aprendido muito com suas posturas, com suas posições e o aplaudo. Pode ter certeza de que essa emenda tem inspiração na sua luta democrática por uma sociedade em que os brasileiros sejam todos iguais perante a lei. Quero apenas registrar aqui – eu estava comentando esse assunto com o Senador Mozarildo – a minha inconformidade com a recente decisão do Supremo. A Bíblia diz que aquele que semeia colhe, para o bem ou para o mal. A semeadura é sempre multiplicativa. O povo consagrou isso dizendo: “Quem semeia vento colhe tempestade”. Agora, os arrozeiros lá de Roraima, nossos irmãos, plantaram e não vão colher por causa de uma decisão, a meu ver, arbitrária, uma decisão que não é justa. Demorou-se tanto tempo para demarcar... Demarcamos, é uma conquista nossa. O povo indígena merece esse aplauso. Temos até posições divergentes, eu e o Senador Mozarildo, mas não permitir que os nossos agricultores colham a sua safra é de partir o coração. Senador Suplicy, muito agradecido pela generosidade de V. Ex^a. Parabéns!

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella. Quando V. Ex^a, ontem, assinalou que tinha apresentado emenda com o mesmo propósito, eu me senti feliz, porque agora somos, pelo menos, duas vozes. Mas acho que as nossas vozes se multiplicarão e terão o respaldo de muitos de nossos colegas.

Gostaria de solicitar, Sr. Presidente, que as duas emendas a que me referi, apresentadas ontem, possam ser anexadas ao meu pronunciamento.

Mas eu gostaria também de assinalar, Senador Marcelo Crivella, que o **Correio Braziliense** publica hoje a matéria “Divisão sobre fim do privilégio”, com respeito à proposta de emenda em tramitação na Câmara que prevê a extinção do foro especial para autoridades. Essa proposta guarda de alguma maneira, relação com a nossa iniciativa.

De autoria do Deputado Marcelo Itagiba, do PMDB do Rio de Janeiro, ela propõe mudança no foro para Deputados, Senadores, Presidente da República, Ministros de Estado e Procurador-Geral da República, entre outros.

Hoje, conforme aparece na matéria:

(...) deputados e senadores, o presidente da República, ministros de Estado e o procurador-geral da República, entre outros, podem ser processados e julgados no Supremo Tribunal Federal (STF). E que cabe ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) traçar o futuro de governadores, desembargadores e de integrantes dos Tribunais de Contas dos estados, por exemplo.

Ora, o projeto do Deputado Marcelo Itagiba pretende acabar com a diferença:

“Defende que processos criminais contra qualquer autoridade sejam analisados por juízes de primeira instância – a porta de entrada do Judiciário. Itagiba argumenta que a Constituição prevê igualdade para todos, independentemente do status ou cargo ocupado. “A prerrogativa de foro já se descaracterizou em sua essência mesma, estando hoje degradada à condição de inaceitável privilégio de caráter pessoal”, cita o deputado, na justificativa da PEC”.

Essas iniciativas guardam relação uma com a outra e, portanto, têm o mesmo propósito constitucional de igualdade para todos os brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado, Presidente Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mário Couto deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Eu é que quero cumprimentá-lo por obediência ao horário. V. Ex^a está hoje um *gentleman* britânico, um Senador da Câmara de Lordes.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPILCY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 111, DE 2008

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.

EMENDA N°**Dispositivo emendado: art. 4º****Tipo de emenda: Modificativa**

Dê-se ao art. 4º, do PLC nº 111, de 2008, a seguinte redação:

"Art. 4º Ficam revogados o art. 295, o § 2º e seus incisos I, II e III do art. 325, os arts. 298, 393, 594 e 595 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, bem como a Lei nº 2.860, de 31 de agosto de 1956, a Lei nº 3.181, de 11 de junho de 1957, o parágrafo único do art. 66 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, e as demais disposições legais referentes ao direito de prisão especial." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O postulado de que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", expresso no art. 5º da Constituição Federal inspira a apresentar a presente emenda ao prudente juízo dos nossos nobres Pares buscando revogar, definitivamente, a regalia da "prisão especial", prevista nos arts. 295 e 439 Código de Processo Penal, na Lei nº 2.860/1956, na Lei nº 3.181/1957, no parágrafo único do art. 66 da Lei nº 5.250/1967 e em outros dispositivos legais. Portanto, não há que falar em "prisões especiais" no texto infraconstitucional, se a própria Lei Magna veda distinções de qualquer natureza.

É inacreditável que, no limiar do Terceiro Milênio, o Brasil ainda mantenha privilégios para certos cidadãos e cidadãs, em detrimento do conjunto da sociedade. Ao invés de manter discriminações injustificáveis entre os encarcerados, o que o Poder Público deve primar é por um sistema carcerário

que não atente contra a dignidade humana, a fim de que o delito seja punido visando à reintegração social do prisioneiro. Jamais estabelecendo castas ao arrepio dos ditames constitucionais consoantes com os princípios jurídicos mais elementares.

Sala das Sessões, em março de 2009.

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 111, DE 2008

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.

EMENDA N°

Dispositivo emendado: art. 1º

Tipo de emenda: Modificativa

Dê-se ao art. 1º, do PLC nº 111, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º Os arts. 282, 283, 289, 299, 300, 306, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 334, 335, 336, 337, 341, 343, 344, 345, 346, 350 e 439 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

.....
.....
.....
.....

‘Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.’’ (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Em sua redação atual, o Código de Processo Penal assegura prisão especial a diversas autoridades (art. 295), bem como aos que exercem a função de jurado (art. 439). Todavia, o postulado de que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, expresso no art. 5º da Constituição Federal inspira o Congresso Nacional brasileiro a revogar, definitivamente, a regalia da “prisão especial”, prevista nos arts. 295 e 439 Código de Processo Penal e em outros diplomas legais. Portanto, não há que falar em “prisões especiais” no texto infraconstitucional, se a própria Lei Magna veda distinções de qualquer natureza.

A emenda em epígrafe suprime do art. 1º do PLC nº 111, de 2008, a expressão “295”, além de conferir nova redação ao art. 439 do CPP.

É inacreditável que, no limiar do Terceiro Milênio, o Brasil ainda mantenha privilégios para certos cidadãos e cidadãs, em detrimento do conjunto da sociedade. Ao invés de manter discriminações injustificáveis entre os encarcerados, o que o Poder Público deve primar é por um sistema carcerário que não atente contra a dignidade humana, a fim de que o delito seja punido visando à reintegração social do prisioneiro. Jamais estabelecendo castas ao arrepio dos ditames constitucionais consoantes com os princípios jurídicos mais elementares.

Sala das Sessões, em março de 2009.

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

O Sr. Mário Couto, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, V. Ex^a terá a palavra. Antes, porém, pela ordem, vou comunicar os oradores que se seguem.

Estamos alternando. Ainda não falou nenhum Líder. Chegou o José Agripino – tinha um documento do Flexa Ribeiro, mas ele está ausente. Então, V. Ex^a falará como Líder; depois, o Senador Mário Couto, como orador inscrito.

Há uma vaga ainda para comunicação inadiável. Se alguém quiser, ainda há uma vaga.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Renato Casagrande, do PSB do Espírito Santo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, só para informar ao Plenário desta Casa que dei entrada a um projeto de resolução, agora à tarde, que dispõe sobre a criação do Portal de Transparência do Senado Federal. Essa proposta estabelece a divulgação de informações relativas à execução orçamentária e financeira das Unidades Gestoras do Senado da República. Portanto, com relação, por exemplo, à execução orçamentária e financeira, semanalmente nesse portal, que será específico, Portal da Transparência do Senado, você poderá lá clicar e verificar toda a execução orçamentária e financeira atualizada semanalmente. O mesmo também com relação às licitações, também com atualização semanal; em relação aos contratos feitos pelo Senado com as diversas empresas, também haverá atualização semanal; com relação aos convênios, haverá também atualização semanal no referido portal; diárias e passagens de servidores da mesma forma, com atualização permanente dessas despesas; das verbas indenizatórias que já temos e passaremos a ter; despesas de pessoal, que suscitam grande debate hoje no Senado.

Então, o Portal da Transparência do Senado será um portal específico, com conteúdo diverso e atualizado, para que possamos ter, de fato, aqui, no Senado, todas as informações que estariam disponíveis para a população brasileira, porque o maior problema que o Senado está vivendo hoje é resultado da cultura

adotada por ele. O Senado é uma instituição opaca, sem comunicação com a sociedade e, agora, estamos vivendo uma crise. É neste momento de crise que a gente tem que buscar soluções, buscar caminhos, para que a gente recupere a capacidade de representação da sociedade, do equilíbrio federativo, a fim de que possamos ser a Casa de Rui Barbosa.

Por isso eu acho que, nesses últimos dias, nessas últimas semanas, dá ao Senado essa oportunidade, dá ao Presidente Sarney também essa oportunidade. E espero que o meu projeto de resolução possa contribuir no caminho de recuperação da imagem e da credibilidade do Senado.

Obrigado, Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente...

Durante o discurso do Sr. Renato Casagrande, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Sr. Senador Casagrande, o senhor me desculpe, mas, ontem, eu tive a oportunidade de lançar o Livro Direito Administrativo, principalmente no que diz respeito a processo administrativo de um delegado de polícia, e, junto, recebi um livro sobre contratos com instituições públicas. Eu queria oferecer a V. Ex^a, porque me parece que V. Ex^a se referiu a isso.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Fora do microfone.) – Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Não sei se V. Ex^a aceitaria ou não, porque acho que é interessante porque é um estudo completo sobre a forma de contrato com as instituições públicas.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Fora do microfone.) – Ótimo. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Vou mandá-lo ao gabinete de V. Ex^a.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Com a palavra Senador José Agripino.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PSDB – PA)

– Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Quero pedir a V. Ex^a minha inscrição pela Liderança do PSDB. O documento já se encontra sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PSDB – PA) – Está aqui. V. Ex^a já está inscrito, só que, como o Senador José Agripino, já havia sido anunciado pelo Senador. Então, em seguida, será V. Ex^a, que já está inscrito como Líder.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PSDB – PA)

– Pois não, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Senador Mão Santa havia, agora há pouco, anunciado que há uma vaga ainda disponível para uma comunicação inadiável. Então, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PSDB – PA)

– V. Ex^a já está inscrito.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Presidente Romeu Tuma, eu, ontem à tarde, fui chamado para dar uma entrevista aqui fora na saída do plenário, exatamente sobre o lançamento do programa de construção de habitações para a população de baixa renda pelo Governo Federal. Dei a entrevista, dei a minha opinião e ia voltando para o plenário, quando uma repórter de um conceituado jornal me perguntou se eu estava falando sobre a Operação Castelo de Areia. Eu disse: “Eu nem ouvi falar em Operação Castelo de Areia. Ela disse: “Não, porque eu tive a informação de que o seu nome é mencionado na Operação Castelo de Areia”. E eu perguntei a que se referia a Operação Castelo de Areia. E ela me disse: “À prisão de diretores da Construtora Camargo Corrêa”. “Se eu teria algo que ver com o assunto?”. E eu disse: “Que me conste, não. Recebi, como Presidente do Diretório Estadual do Rio Grande do Norte do meu partido doações de empresas e acho que a Camargo Corrêa – sujeito à confirmação – foi um dos doadores ao meu partido para a campanha municipal do ano passado, quando não fui candidato. Apoiei vários candidatos do meu partido”. Ela disse: “Eu vou confirmar”.

O tempo passou, ela, em seguida, confirmou e disse que havia realmente a menção ao meu nome.

Eu, rapidamente, procurei no Partido, no Estado. Já era fim da tarde, mas consegui as informações, Senador Heráclito. Conseguí as informações e consegui resgatar o recibo de doação – oficial, legal –, como havia dito desde o primeiro momento à repórter. Doação não a mim! A menção capciosa, cívilis, que foi vazada, é de que era uma doação a mim, como a que está posto inclusive em alguns jornais de hoje, o que me motivou, evidentemente, a pedir ao Partido a cópia do recibo de doação da importância de R\$300 mil, que a Construtora Camargo Corrêa havia feito ao Diretório Regional do Rio Grande do Norte, no meu Estado, que veio e eu distribuí à imprensa.

Hoje, saíram diversas versões, inclusive um dos jornais, a **Folha de S. Paulo**, divulgou o fac-símile desse recibo de doação, que mostra absoluta legalidade da doação. Doação feita por uma construtora de nome nacional e internacional; legalmente habilitada a fazer doação, porque ela não é concessionária – que me conste – de serviço público nem é empresa estatal e tem faturamento condizente à doação que foi feita.

Senador Efraim Moraes, no Rio Grande do Norte, a Camargo Corrêa não tem uma única obra – procurei saber depois. Não tem uma única obra! Uma! Uma só! Um pedaço de calçamento de 10 metros... Nada! A doação que a Construtora Camargo Corrêa fez a meu Partido, como o fez, no plano nacional, para diversas campanhas municipais, como a outros partidos, deve ter feito por entender que a democracia tem de ser sustentada e estimulada e que democracia é Governo e Oposição. O Governo governa e a Oposição fiscaliza. E que o contraponto que nós, os Democratas, fazemos é um contraponto interessante ao País, porque nós fiscalizamos, denunciamos, cobramos. Fazemos o papel de que se precisa numa democracia, que se exige numa democracia de um partido de oposição.

Doação absolutamente legal, não feita a mim, conforme a insinuação vazada, cívilisamente vazada, eu entendo, como que para prejudicar a minha imagem e a imagem do meu partido. “Doação ao Agripino”, está feita a menção em alguns órgãos de imprensa, mediante, suponho eu, vazamento dos órgãos de investigação. Doação ao Agripino, sobre a língua! Doação feita ao partido político de oposição, que exerce um papel legítimo na democracia, que recebeu a doação legitimamente e passou o recibo. O Partido passou o recibo. Está tudo registrado.

Depois eu fiquei sabendo, Senador Heráclito, que a operação Castelo de Areia envolve a investigação em torno da má aplicação de recursos da Petrobras na construção de uma refinaria em Pernambuco, e que o TCU... Aí, sim, Senador Flávio Arns, Senador Mário Couto, Senador Suplicy, há dolo. Fazer doação legal a partido político não tem dolo nenhum, é da democracia, é legítimo. Não existe financiamento público de campanha. A campanha político-eleitoral é feita com recursos, mediante o que diz a legislação, doados por quem pode doar, por quem esteja habilitado legalmente a doar. A Camargo Corrêa estava habilitada a doar.

Muito bem, a refinaria de petróleo, segundo o TCU, Tribunal de Contas da União, está sendo feita mediante suspeita de superfaturamento. Quem diz isso não sou eu. Quem diz isso é o Tribunal de Contas da União, e cita a cifra – acho que R\$71 milhões. Depois fui tomar informações.

Senador Efraim, a Refinaria Abreu e Lima, que queria eu estivesse sendo feita no meu Estado, está sendo feita em Pernambuco numa parceria com a PD-VSA da Venezuela, que não botou ainda uma prata, um real no empreendimento; nada, um real. É tudo feito com recursos da Petrobras. Se há dolo, se há superfaturamento, esse superfaturamento está ocorrendo com a aplicação de recursos de uma estatal, a Petrobras.

O que me traz à tribuna nesta tarde de quinta-feira? Evidentemente é a indignação. Você ser objeto de menção cívilis por agir dentro da lei é, no mínimo, revoltante. Agora, não adianta só se revoltar. Tem que reagir. E o meu partido vai reagir. Não sou apenas eu. Querem atingir a mim, como Líder, que exerce o papel de Líder de Oposição neste plenário, denunciando, criticando, cobrando, mas querem atingir também o meu partido.

O Presidente Rodrigo Maia convocou hoje, depois de uma conversa que tivemos na Executiva, uma coletiva para comunicar o que nós combinamos. Nós, no partido, na executiva, pactuamos, decidimos que iríamos solicitar à Justiça, em São Paulo, que nós, que somos citados no processo, tenhamos acesso a suas peças. Se nos negarem o acesso, já que estamos citados, queremos saber tudo, de que se trata. Como os membros do DEM são mencionados? Como é? Para não ficar no campo da especulação. Quem não deve não teme.

Eu não temo nada, Senador Efraim Moraes, nada, Senador Mário Couto. Agora, eu quero saber. E o meu Partido vai entrar com uma ação, pedindo à Justiça de São Paulo, onde o processo se desenvolve, acesso ao

que está no processo. Se nos negarem, nós iremos ao Supremo Tribunal Federal para garantir o direito que temos a isso, porque eu tenho o direito de entender que pode, no corpo do processo, ficar evidenciado algum tipo de viés político nessa acusação. Por que é que se menciona, vaza-se desde ontem “o Agripino foi mencionado”, “a doação ao Agripino”? Que doação ao Agripino? Doação ao partido que presidiu no Rio Grande do Norte para fazer campanha – não minha campanha – de candidatos a Prefeito num Estado onde a Camargo Corrêa não tem obra nenhuma. Que conversa é essa?

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Um aparte, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Então vamos ter acesso ao processo e, se nós virmos viés nessa história, Presidente Sarney, nós vamos entrar com um processo contra quem estaria tentando denegrir a minha imagem e a imagem do meu partido.

Concedo, com muita honra, um aparte ao Presidente Sarney.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador José Agripino, quero solidarizar-me com V. Ex^a. Conheço-o há muitos anos e sei da sua integridade, da sua conduta e, portanto, acredito perfeitamente que jamais V. Ex^a cometeria qualquer ilegalidade. Isto é um assunto normal num processo eleitoral, doação, porque a lei brasileira permite, e V. Ex^a nada mais fez – não V. Ex^a, o Partido de V. Ex^a – que cumprir aquilo que a lei brasileira permite, aceitar doações que são feitas. Mas, quanto a V. Ex^a, isso não atinge, de nenhuma maneira, a sua integridade e o respeito que todos nós temos por V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Presidente Sarney, estou muito grato pela sua manifestação, que muito me honra. O que me causa indignação é exatamente ser mencionado como tendo praticado um ato incorreto quando se agiu estritamente dentro do que a lei preconiza. Agora estamos sujeitos a pagar penalidades por agirmos legalmente? Onde nós vamos parar? Onde é que nós vamos parar? Daí a minha indignação, Senador Flávio Arns!

Eu quero conceder, com a permissão do Presidente, aparte ao Senador Mário Couto, ao Senador Suplicy, ao Senador Flávio Arns e ao Senador Efraim Moraes.

Senador Mário Couto, por favor.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador José Agripino, há determinados momentos em que fazemos algumas interrogações. Este é um deles. Quando o Presidente Lula começa a cair nas pesquisas, engrava-

çado, aparece esse tipo de fato, querendo prejudicar ou chamar a atenção da imprensa. E esses fatos agora começaram a atingir a Oposição, a querer atingir a Oposição. A mesma coisa aconteceu com o Senador Flexa Ribeiro, do meu partido, que é Presidente Regional do PSDB no Estado do Pará, e as doações são feitas através do Presidente regional do PSDB. Ora, Senador, V. Ex^a tem o direito, e eu diria mais, o dever, de entrar na Justiça, mesmo porque o dinheiro da empresa entrou para o seu partido através de uma contabilidade que está lá, no seu partido, e prestaram-se contas à própria Justiça Eleitoral, que tem em sua posse esses documentos! Onde é que podem lhe questionar? Aí podem, na base do dolo, na base da traição e na base da baixaria. É isso o que querem tentar fazer com V. Ex^a. O seu presente e o seu passado são a sua maior defesa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Senador Mário Couto. Mais do que isso, é o sofisma, é a desfaçatez, é a cavilação da insinuação.

“A doação ao Agripino”, foi o que a repórter me disse ali fora. “O seu nome está mencionado num processo que investiga malversação de recursos de uma refinaria e doação de recursos a partidos políticos”.

Se houve alguma ilegalidade, no que tange a mim, que conduzo o meu partido no rio Grande do Norte, eu asseguro que não. Agora, a minha obrigação é trazer o que eu estou trazendo, para conhecimento da Casa, Senador Romeu Tuma: o recibo de doação. Há jornais hoje, de circulação nacional, que trazem, na manchete de primeira página, uma coisa e, na quarta página, a explicação do fato. Quem é que leu a quarta página? Muitos leram a primeira. E a quarta?

Então, o que me constrange é ser obrigado a vir explicar a legalidade de um fato legal, mas quem está na vida pública tem a obrigação de ser transparente e tem a obrigação de repor a transparência, que é o que estou fazendo, é o que faço com muita humildade, com muita determinação, mas com destemor.

Eu vou continuar a praticar a oposição que eu sempre pratiquei, com equilíbrio, sem me deixar intimidar.

Ouço, com muito prazer, o Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu não marquei tempo para V. Ex^a, para ficar à vontade, pois o senhor é um homem honrado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Presidente.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador Agripino, eu quero me solidarizar com o pronuncia-

mento que V. Ex^a está fazendo, dizendo que ele está correto, está de acordo com a legislação. O partido, conforme V. Ex^a colocou, recebeu uma doação. Mas, mesmo que não tivesse sido o partido, que tivesse sido V. Ex^a, estaria, da mesma forma, dentro da legalidade na disputa de uma campanha política, porque a nossa legislação só permite receber recursos, como já foi dito, de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas, contabilizados – isso é importante que se diga – com recibo, como V. Ex^a colocou; enviados, posteriormente, à Justiça Eleitoral, para que a Justiça Eleitoral faça a apreciação daquilo que aconteceu, ao mesmo tempo dizendo que todos esses recibos e toda essa documentação é pública. Para quem quiser ter acesso, durante o processo de apreciação das contas ou durante o processo eleitoral, coloca-se à publicidade aquilo que o partido, aquilo que o candidato recebeu. Então, quero dizer que é exatamente o que acontece. E V. Ex^a agiu de forma transparente, dentro daquilo que a lei exige que seja feito. Então, não há o que discutir. Foi isso que aconteceu no fato que V. Ex^a colocou. Para evitar esses problemas, que são recorrentes, como V. Ex^a colocou, e eu concordo, é que se discute a possibilidade de aprofundamento sobre a questão da vinculação do recurso público ao exercício da campanha.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – O financiamento público de campanha.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Como?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – O financiamento público de campanha.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – É. Exatamente. O financiamento público de campanha. É nesse sentido que se debate. Então, o problema não é receber. O problema é alguém receber e dizer: “Você me dá o dinheiro na campanha e eu, em troca, vou lhe fazer um favor”. Isso seria imoral, ilegal e realmente teria de ser punido. Mas não foi isso que aconteceu. Receber o recurso, de pessoa física ou de pessoa jurídica, contabilizado, de acordo com a lei, apreciado pela Justiça Eleitoral, isso que tem de ser feito, e feito de uma maneira adequada. Então, era só isso que eu queria externar, Senador Agripino, com quem eu tenho tido também uma relação de muito respeito aqui. Nós somos de partidos diferentes, mas isso não vem ao caso, porque é uma questão de se analisar os fatos objetivamente, concretamente. V. Ex^a tem toda a razão no pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Flávio Arns, eu lhe fico muito grato pela manifestação franca e sincera. Desejo dizer a V. Ex^a o seguinte. Es-

sas doações, que são feitas de forma transparente, porque vão à publicidade inevitavelmente, mais dia, menos dia, podem ser questionadas por diversos vieses. E V. Ex^a coloca com muita propriedade. Essa doação em particular foi feita pela Construtora Camargo Corrêa, que poderia ter algum interesse ou na minha ação parlamentar, ou na minha ação como político no Rio Grande do Norte. A Camargo Corrêa não tem uma obra no Rio Grande do Norte e eu desafio a que se mostre, na minha vida parlamentar inteira, um gesto qualquer que procurasse acobertar algum interesse, legítimo ou ilegítimo, na Construtora Camargo Corrêa. Eu desafio.

Agora, virem questionar e dizerem da “doação ao Agripino” me revolta. Mas me conforta o aparte de homem honrado como V. Ex^a, Senador do Partido dos Trabalhadores, do Estado do Paraná, Senador que merece o respeito desta Casa pelo seu comportamento sério, correto e equilibrado.

Ouço, com muito prazer, o Senador Garibaldi Alves, meu conterrâneo do Rio Grande do Norte.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador José Agripino, eu não estou apenas solidário com V. Ex^a como estou ao lado de V. Ex^a, porque sou citado no caso da matéria da **Folha de S. Paulo** como um dos políticos que receberam uma doação, em 2006, na campanha para governador, quando estivemos juntos. V. Ex^a não foi candidato...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Mas eu o apoiei.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Mas apoiou a minha candidatura.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Com muita honra.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – E V. Ex^a sabe como aquela campanha decorreu e das dificuldades que nós encontramos para viabilizar financeiramente aquela campanha. Por outro lado, há o aspecto legal. É inquestionável que nós podemos receber doações como essa e apresentá-las, como as apresentamos, na nossa prestação de contas. O que eu digo até ao Senador Flávio Arns é que nós propugnamos por um financiamento público de campanha, justamente para que possamos ter, da forma mais transparente possível, com recursos públicos, o financiamento das campanhas políticas. Mas, quanto a V. Ex^a, eu quero dizer que todos aqui conhecem a vida pública de V. Ex^a, todos aqui conhecem o seu desempenho parlamentar. Mas eu me dou o privilégio de dizer que eu o conheço mais, por ser seu conterrâneo, por ter sido seu adversário em muitas lutas e

ter militado ao seu lado nessa luta de 2006, e sei da correção, da integridade, da honestidade de propósitos e da correção moral de V. Ex^a. Eu deixo aqui essas palavras de um norte-rio-grandense, que conhece bem o seu espírito público.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Garibaldi, o aparte de V. Ex^a também me honra muito, porque V. Ex^a é meu conterrâneo, conhece a minha vida pública desde o tempo em que eu fui Prefeito. V. Ex^a era político jovem, Deputado Estadual e eu era Prefeito. Nós crescemos juntos na política. Eu conheço a vida pública de V. Ex^a e V. Ex^a conhece a minha vida pública. Fomos adversários muitas vezes, mas não temos nas costas – nem V. Ex^a, nem eu – as marcas de facadas dadas por traição. Nós nos respeitamos e nos tratamos com decência. E já disputamos eleição em conjunto. Mas V. Ex^a me enseja ou quase que me recomenda que leia o recibo de doação para sentir como essas coisas são, pela legislação vigente, transparentes e como não custava nada à Polícia Federal, ao invés de mencionar o “Agripino”, verificar se alguma doação em 2008... porque a investigação era de 2008, se alguma doação da Camargo Corrêa teria ido para o Diretório Estadual do DEM do Rio Grande do Norte. Era tão fácil, os recibos são públicos, a conta corrente é no Banco do Brasil. Eu vou ler aqui o recibo de doação – é muito rápido, Sr. Presidente – para deixar claro como a doação é legal, legítima, transparente e mostra tudo:

Recebemos a importância de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), da Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, CNPJ N°...., situada na Rua Funchal, n°...., Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP..., referente à doação a este Partido Político [o papel é do Democratas].

Informamos, que o referido depósito [depósito] já foi realizado na Conta n° 10.989-4 (Outros Recursos), Agência n° 0022-1, do Banco do Brasil S/A (001), do Diretório Estadual do Rio Grande Norte – DEM/RN, CNPJ n°..., de acordo com a Lei n° 9.096, de 19.09.1995, Resolução n° 21.841, de 22 de junho de 2004 e Resolução n° 22.715, de 28 de fevereiro de 2008.

A tudo lido e estando de acordo, firmamos o presente recibo em duas vias, dando irrevogável e total quitação.

Natal/RN, 15 de setembro de 2008.

Assina a Tesoureira.

Está tudo aqui. Por que levantar esta suspeita: “o Agripino”, “demos ao Agripino”, como se fosse uma doação ilegal? Está tudo aqui, no Banco do Brasil, tudo transparente. Para que isso?

Por esta razão é que eu estou aqui, Senador Demóstenes, para repelir à altura a situação de que todos nós estamos abertos a sermos alvo, mas que nos obrigam, a quem tem vida pública limpa, vir a público para rebater frontalmente e buscar os caminhos do esclarecimento completo, para, inclusive, dizer que, se há viés político, ele vai ser encontrado e que aqueles que entraram com viés político vão ser processados.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Suplicy, com muito prazer. Em seguida, o Senador Flexa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Agripino Maia, V. Ex^a é consciente de como, acredito que em 2007, por iniciativa de nosso colega Senador Jorge Bornhausen, Presidente do então PFL, aprovamos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a lei eleitoral no que diz respeito à exigência de, em tempo real, antes da realização das eleições – e isso se dava um ano antes das eleições de 2008 –, que houvesse o registro, por parte de cada Partido e de cada candidato, das contribuições efetivadas. Eu sou favorável a que haja especialmente o financiamento público de campanha. Se houver financiamento de pessoa física e de pessoa jurídica, com as devidas limitações na lei, registradas, sou favorável. Assim procedi nas eleições de 2006, as últimas em que fui candidato, de tal maneira que houvesse, conforme tínhamos ali decidido... Acho que foi até antes de 2007, foi em 2005, salvo engano, que aconteceu isso. Entretanto, essa iniciativa do Senado, do próprio Senador Bornhausen, acabou sendo modificada na Câmara para que o registro das contribuições fosse colocado apenas à disposição da opinião pública após as eleições. Eu aqui, quero, à luz desses episódios, reiterar quão importante é que o Congresso Nacional venha a definir, e essa é minha proposta à direção do meu Partido, o PT, que tenhamos o registro em tempo real pelo sistema mundial de computadores, pela Internet, de tudo que é feito. Considero muito importante a sua iniciativa, como a do Senador Flexa Ribeiro, de, prontamente, esclarecer inteiramente os fatos, inclusive com a divulgação da nota. Ontem mes-

mo eu li – a imprensa ontem fez questão de dar aos diversos órgãos de imprensa no Brasil – e considerei mais do que justo que V. Ex^a tenha pleno acesso às informações contidas no relatório da Polícia Federal, do Juiz de Santos, que está examinando isso. Pelo que se diz, até com cuidados especiais com relação ao que aconteceu com a Operação Satiagraha. Agora, o Senador Mário Couto mencionou que isso talvez pudesse ter acontecido por causa da queda nas pesquisas de opinião de avaliação do Governo do Presidente Lula. Mas é importante ressaltar que isso vem de um ano. A operação foi iniciada há um ano e, portanto, não pode ser circunstanciada agora. Então eu avalio como importante a sua iniciativa de esclarecer, de pronto, os fatos. A Justiça, o Ministério da Justiça e a Polícia Federal deveriam tê-lo feito antes da divulgação desses acontecimentos, encaminhando a V. Ex^a as informações para que pudesse, inclusive, ter o esclarecimento na hora de divulgar os fatos. A imprensa registra, hoje, que a Camargo Corrêa, desde 2002, vem realizando doações a todos os Partidos, inclusive ao meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, e a inúmeros candidatos. O próprio Presidente Lula, quando candidato, também recebeu uma contribuição, assim como outros candidatos a Governador. Portanto, é muito significativa a sua iniciativa de esclarecer prontamente e totalmente esse episódio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Suplicy, sabe V. Ex^a que estou fazendo isso – acabei de ler esse recibo de doação – porque alguns jornais de hoje citaram: “Recibo que seria... Recibo que se supõe...” Na hora em que eu encaminhar à Mesa do Senado este documento, que é oficial, assumirei a sua responsabilidade. Não há nada de “seria”, não. Ele é! Estou entregando este documento ao Presidente do Senado para conhecimento da Casa, a fim de evitar a última das dúvidas, a última das últimas das últimas dúvidas sobre a legalidade da doação. Estou cumprindo um ritual para dirimir completamente, totalmente, qualquer dúvida.

Agradeço a V. Ex^a o aparte e quero dizer que, como V. Ex^a, também votei no Senado pelo financiamento público de campanha. Porque acho que é a grande saída. Haverá incompreensões com relação a esse fato, mas é a grande saída para igualar oportunidades a todos os candidatos. Será um valor “x” por candidato. Acabam de vez o candidato rico e o candidato pobre. Alguém é candidato pelos seus méritos, pelo seu talento, pelo seu passado e pela sua perspectiva de futuro.

Ouço, com muito prazer, o Senador Efraim, e o Senador Flexa Ribeiro, com sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Peço aos aparteantes que sejam breves para que nós possamos começar o expediente.

O Sr. Efraim Moraes (DEM – PB) – Serei breve, Sr. Presidente. Serei breve até porque tenho certeza de que os esclarecimentos feitos pelo Senador Agripino não merecem mais nenhum comentário. E eu diria que a forma como está sendo colocada é para tentar atingir a imagem de V. Ex^a. Porque a imprensa traz assuntos, e é evidente que os jornalistas devem ter ouvido isso de alguém para colocar em suas matérias.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – E é obrigação deles noticiar.

O Sr. Efraim Moraes (DEM – PB) – Eles estão divulgando a matéria. Determinado jornal fala o seguinte: *“De acordo com as investigações, parte do dinheiro teria ido para políticos ligados a pelo menos sete partidos”*. Aí começa pelo PSDB, Democratas e PPS, que são os Partidos de Oposição. Aí inclui PSB, PDT, PP e PMDB. Esqueceram-se do PT. Mais na frente, um outro jornal dá a informação de que, nas eleições de 2006, o PT foi quem mais recebeu recursos dessa construtora. Foram R\$5,3 milhões. Cita o Presidente Lula, cita o nosso colega Mercadante, cita Jaques Wagner. Tenho certeza de que são matérias totalmente, como chamaríamos na linguagem legislativa, vencidas, porque todos esses senhores, governadores, deputados, senadores, prestaram contas ao TRE de seus Estados, foram aprovadas essas contas e, por isso, puderam estar aqui representando o povo ou sendo representante dele através do Executivo. Em determinado momento – é aí que quero chamar a atenção, Senador Agripino –, diz o seguinte: *“Em troca de propina, políticos favoreciam negócio da empreiteira, uma das gigantes do setor”*. Veja bem. E, lá na frente, diz que os nomes de dois Senadores da Oposição – evidentemente que o de V. Ex^a foi citado, por isso que V. Ex^a está aqui –, mantidos sob sigilo – veja bem, mantidos sob sigilo. V. Ex^a quebrou o sigilo, então, agora –, foram citados nas conversas. Agora, atente bem V. Ex^a. V. Ex^a é Senador da República pelo Rio Grande do Norte. V. Ex^a é adversário político da Governadora do Rio Grande do Norte. Ou seja, as grandes obras acontecem através de Governo do Estado. Até o início deste ano, V. Ex^a tinha o Prefeito da cidade maior do Rio Grande do Norte, a cidade de Natal, nossa capital, também com uma ação política, contrário a V. Ex^a. Como V. Ex^a iria beneficiar alguma empreiteira se V. Ex^a não tinha Governo, não tinha Prefeitura, grandes

Prefeituras? Então, vem exatamente a maldade para tentar combater o trabalho sério e transparente que faz V. Ex^a, uma oposição construtiva, em busca de resultados para a sociedade brasileira e que é um político destemido, um político sem medo, um político que diz a verdade, doa em quem doer. Tem sido esse o comportamento de V. Ex^a aqui na tribuna, no Estado de V. Ex^a e em qualquer parte do Brasil. Agora, o caminho está aqui, Senador, é isso que precisamos, Sr. Presidente, inclusive porque todos os citados, todos os partidos políticos são citados e aqui está claro. A Procuradora da República, responsável pela investigação, Karen Louise Kahn, disse que uma das obras suspeitas de superfaturamento é a refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco; a obra está orçada em nove bilhões de reais, para a operação conjunta da Petrobras e PDV S. A estatal de petróleo do Sr. Chávez, da Venezuela. Agora, o que precisamos saber, Senador? Se não abre essa investigação para o Senado da República, e não tem que ser só um pedido do Partido Democratas, não. Tem que ser um pedido da Mesa do Senado Federal, por que não dizer do Congresso Nacional, para que possamos, na realidade, saber quem são os interessados de envolver o nome de V. Ex^a e outros nomes sérios, que aqui citei no início do meu aparte. Por isso, eu aconselho V. Ex^a que todos nós, de todos os Partidos, nos unamos no sentido de que seja um pedido não só dos democratas, mas da Mesa do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Senador Efraim. Veja V. Ex^a – procurarei ser breve, Sr. Presidente – enquanto estou encaminhando à Mesa a cópia do recibo de doação, que mostra a absoluta legalidade da operação feita de doação, estou recebendo informação de que, em contrapartida, a tal operação fala de doações a políticos e fala da obra superfaturada da refinaria de petróleo em Pernambuco.

Eu estou apresentando aqui o documento que comprova a legalidade da operação completa, para dirimir qualquer dúvida. Pois o Tribunal de Contas da União acabou de determinar a suspensão de pagamento à empresa pela obra da refinaria. A refinaria é uma iniciativa do Governo Federal, recursos da Petrobras, recursos de uma estatal. Estou fazendo a constatação de fatos, ponto e contraponto.

Ouço com prazer o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador José Agripino, a indignação de V. Ex^a sobre as matérias divulgadas ontem é a mesma de qualquer cidadão que tenha na sua honra o seu patrimônio maior. Assim como V. Ex^a também foi citado, o meu nome

também “vazou” da escuta de mais de um ano feita pela Polícia Federal. É estranho, Senador Agripino, que só dois diálogos tenham sido pinçados, diálogos esses deturpados, porque a imprensa informou o que foi passado a ela de que V. Ex^a e eu, pessoas físicas, Senadores, teríamos recebido dinheiro da Construtora Camargo Corrêa. V. Ex^a, da mesma forma indignado, colocou aí os recibos, a transferência bancária dentro da legalidade, dentro da legislação. Farei a mesma coisa. Estou inscrito pela Liderança do PSDB, estou com os recibos aqui, já entreguei à mídia, à imprensa as transferências bancárias de conta a conta ao Diretório Estadual do PSDB, que eu tenho a honra de presidir no meu Estado, como V. Ex^a preside o do Democratas no Rio Grande do Norte. É lamentável isso. Vou solicitar ao Presidente, Senador José Sarney, em nome do PSDB, que o Senado Federal, como instituição, possa fazer os levantamentos necessários, porque quando tentam atingir – não sei, espero que não seja de forma deliberada – as pessoas dos Senadores, por trás está a instituição do Senado Federal. E é preciso que o Senado Federal também faça as averiguações para saber por que foram pinçar dois diálogos, entre não sei quantos, gravados há mais de ano. V. Ex^a tem o reconhecimento do povo do Rio Grande do Norte, que o conhece como os seus pares aqui no Senado Federal. Não precisaria nem V. Ex^a nem eu subirmos à tribuna para mostrar a legalidade dos atos praticados pelo Democratas e pelo PSDB, porque essa é forma correta com que nossos Partidos trabalham. Agora, cabe a nós o ônus de provar que a transferência, o apoio político foi feito de forma correta pela construtora Camargo Corrêa aos democratas do Rio Grande do Norte e aos tucanos do Pará. V. Ex^a tem o reconhecimento de todos os seus pares e, mais do que isso, da Nação brasileira e dos seus companheiros do Rio Grande do Norte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Sabe por que pinçaram essas menções? Eu tenho o direito de raciocinar assim, de supor isto: porque, muito mais do que investigar a prática de um delito, interessava, de forma cavigosa, vazar alguma coisa que pudesse comprometer pessoas que o governo não deseja ver com legitimidade, colocando as suas ideias e defendendo os seus pontos de vista. Suponho eu. É uma suposição minha que essa é a razão.

Ouço, com prazer, o Senador Heráclito Fortes, o Senador Demóstenes e o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador José Agripino, o velho Ulysses era um homem coberto

de razões quando dizia que o raio de ação da calúnia é dez vezes maior que o do desmentido. A calúnia é lançada. Infelizmente, no País, cabe a quem foi caluniado procurar explicar-se, o que é uma pena, o que é uma lástima. Esse pessoal não teve nem o cuidado de examinar que V. Ex^a não disputava o pleito e que agia como Presidente do Partido. Não teve nem a preocupação de ver na contabilidade do Partido para onde foram feitos esses repasses. Até porque são repasses legítimos, e V. Ex^a, como Presidente Estadual do Partido, cumpriu o dever da redistribuição. Aliás, sem uma responsabilidade individual, isolada. Essa distribuição partidária é feita pela Executiva. V. Ex^a terá, pelo menos, que ter a concordância do tesoureiro. Então, não é uma ação isolada, não é uma ação na calada da noite. O que fizeram com V. Ex^a e com o Senador Flexa Ribeiro é exatamente aquela tentativa de justificar: se nós estamos no banco dos réus, nós queremos companhia. Agora, o esquisito disso tudo, Senador – e eu quero chamar a atenção, inclusive, da imprensa para esse fato, e fui alertado –, é que, toda vez que a candidata do Palácio tem um programa de impacto para lançar, vem uma ação dessa natureza para abaixar o lançamento da candidata. Esse assunto ocorre exatamente no dia seguinte ao lançamento do PAC habitacional da Dr^a Dilma. E os seus concorrentes ainda no subterrâneo encontram denúncias desta natureza. Se V. Ex^a for examinar, esta denúncia não é para atingir esses fatos. Eles incomodam, mas o grave da denúncia e da operação está no superfaturamento das obras da Refinaria Abreu e Lima. Aliás, a imprensa noticiou, no correr da semana, Senador Demóstenes, que, nem bem a obra tinha sido começada efetivamente, já havia propostas das construtoras de um aumento, na já superfaturada obra, de 9 bilhões para 23. O escândalo está aí. Os senhores serão arranhados, mas o fogo vai queimar é exatamente nos responsáveis por essa obra, Senador Demóstenes. De forma que eu quero chamar a atenção para esse fato. É uma briga de grupo na base do Governo. E para que não fiquem sozinhos, saem pinçando um aqui, outro ali, principalmente aqueles que incomodam diariamente o Governo neste Senado. Tem sido assim. Agora, esse fato da denúncia do superfaturamento da Abreu e Lima, esse, sim, precisa ser apurado, porque esse envolve recursos que estão sendo liberados, envolve interesses atuais e interesses futuros, e espero que esses esclarecimentos cheguem, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores. Muito obrigado, Senador José Agripino.

pino. V. Ex^a não se preocupe, porque a imagem de V. Ex^a é blindada para esse tipo de denúncia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Senador Heráclito. Blindada ou não, a minha obrigação é trazer os esclarecimentos que trago, com o respeito que tenho à Casa e a V. Ex^as.

Ouço, com prazer, o Senador Romeu Tuma e, por fim, o Senador Demóstenes Torres, a quem ouvirei também com muito prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Serei rápido, Senador Demóstenes Torres, até porque V. Ex^a levantou o microfone primeiro.

Eu vou falar como Corregedor, se V. Ex^a me permitir.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Com muita honra.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – V. Ex^a sabe a dimensão da admiração que tenho pelo senhor e a honra de ser um dos seus liderados durante muitos anos. E sempre digo que sou seu liderado, continuo sendo, pelo carinho, pela amizade, pela dignidade e honestidade com que as decisões de V. Ex^a sempre foram pautadas neste Congresso. Acho que é nossa obrigação... Hoje a Polícia Federal completa 65 anos de existência. Há uma cerimônia à qual deixei de ir por algumas razões de ter que acompanhar o Plenário. Mas vou pedir ao Sr. Presidente o teor do discurso de V. Ex^a e oficial à Polícia Federal que informe corretamente o que está nos autos e quem é o responsável pelo vazamento, tanto o do senhor como o dele. Recentemente, o Tribunal Eleitoral determinou a forma de financiamento de campanha, principalmente por meio dos partidos políticos. Então, o parlamentar já não sabe mais qual peão vai para onde. Esta é uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral: receber através do partido, com mais segurança, porque a empresa tem mais facilidade de contabilizar a doação que faz. Então, é isso que vou fazer. Já mandei preparar o ofício e requisitar o discurso de V. Ex^a e o aparte do Senador Flexa, por sugestão dele.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Tuma, V. Ex^a me honra muito com seu aparte, porque fala como Corregedor da Casa, o homem que investiga os fatos delituosos praticados por Senadores, e como ex-Diretor Geral da Polícia Federal. V. Ex^a é um policial muito respeitado. É Senador, mas tem um passado de policial.

Eu agradeço a gestão que V. Ex^a vai fazer, porque vai acelerar, inclusive, aquilo que eu e o meu Partido vamos fazer, o acesso ao processo, para conhecer os elementos de denúncia, o que pode ter oportunizado o

vazamento do nome do Senador José Agripino, como “o dinheiro do Agripino”. Que conversa é essa?

Então, o que V. Ex^a vai fazer vai nos ajudar muito a esclarecer esse fato e quem sabe até colaborar no sentido de que se acelere o processo de investigação ou de esclarecimentos da mencionada obra da refinaria, superfaturada segundo o Tribunal de Contas da União.

Agradeço a V. Ex^a e ouço, com muito prazer, o Senador Demóstenes Torres, meu companheiro de Partido e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Senador Agripino, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ontem almoçávamos no meu gabinete, eu V. Ex^a e o Senador Aloizio Mercadante. Conversávamos sobre como arrumar uma pauta positiva para a Casa, como poderíamos arrumar os projetos que temos aqui, para que mostrássemos serviço para a sociedade que nos elegeu. Naquele instante, entra na nossa sala a minha Assessora de Imprensa, Cruvinel, com a notícia de que a Polícia Federal fazia uma operação sobre a empreiteira Camargo Corrêa. Nós discutimos, abertamente, o que aconteceu. V. Ex^a disse, naquele momento, e o Senador Aloizio Mercadante também; eu já recebi contribuição legal, o diretório do meu Partido já recebeu contribuição legal. Se houver alguma contribuição ilegal, essas pessoas, realmente, têm de pagar pelo que fizeram etc. Não poderia ser de outra forma. A lei eleitoral hoje estabelece como se faz a captação de recursos. Todos nós aqui procedemos, quando vamos arrecadar recursos para campanha, exatamente da mesma forma: pedindo. E vou revelar a V. Ex^a que peço por telefone – “O senhor tem condição de fazer doação no valor “x”? Quanto tem? O número da conta é tal etc., etc.” –, porque é assim que manda a lei; não há outra forma. Digamos, a fiscalização do Ministério Público Federal, a Justiça Eleitoral, cada vez mais, sobre essas doações irregulares. Além de criminoso, um político que hoje receber dinheiro no “caixa dois” é burro. Estamos vendo aí uma série de Deputados que terão seus mandatos cassados pelo Tribunal Superior Eleitoral, decisões confirmadas; Governadores de Estado, são vários os que estão perdendo o mandato. Então, o que acontece? V. Ex^a traz hoje o recibo da prova de que o Partido que V. Ex^a preside no Rio Grande do Norte recebeu a doação – e de forma legal. Agora, vêm as especulações. Eu sou um admirador da Polícia. Já fui Secretário de Segurança Pública. Luto muito aqui para firmar a imagem do policial e para combater os vícios que a atividade policial têm e que atrapalham a

boa imagem da instituição policial, das mais diversas formas de polícia que existem. Agora, francamente, se V. Ex^a tem o recibo nas mãos – como tem –, se V. Ex^a fez um pedido para que a doação fosse feita para o Partido, como a lei prevê e permite, por que o nome de V. Ex^a apareceu numa situação como essa? Por que isso aconteceu? A Polícia Federal é uma instituição da República que tem de preservar sua imagem e a de quem investiga. Não é porque uma pessoa tem seu nome citado numa investigação que é culpada; aliás, na maioria das vezes, não o é. Eu já cansei de ouvir, quando era Secretário de Segurança Pública, por dever de ofício, investigando esses sequestros grandiosos que aconteceram no meu Estado, naquela época, ou formação de quadrilha: na grande maioria, num grande número de horas, os próprios bandidos tratam com pessoas decentes. A atividade criminosa dela também é pontuada. Então, se o nome de V. Ex^a foi mencionado numa investigação em que a Polícia Federal verifica doações irregulares, caixa 2, crimes eleitorais etc., bastaria, sem nenhum apuro, sem nenhum estardalhaço e sem se desviar do foco principal, que houvesse uma consulta ao TSE; que houvesse uma consulta ao TRE; que houvesse uma consulta aos bancos, porque a Polícia tem o poder de pedir a quebra do sigilo, e o juiz que decretou a medida – é notório –, inclusive, por satisfazer os pedidos da Polícia, independentemente da procedência, ou não, do pedido. Então, quando o nome de V. Ex^a vazou, e V. Ex^a tem o recibo que mostra a legalidade da doação, tem-se de ver a especulação. Há uma motivação política. E, digamos mais, quanto ao superfaturamento da construção dessa refinaria, em Pernambuco, há três anos, a imprensa vem dizendo que uma das figuras mais pernósticas da República, alcunhada pelo Procurador-Geral de República de “chefe de quadrilha”, e pelo Presidente da República, de “capitão do time”, vem fazendo gestões junto à Venezuela, para construir isso. Como essa pessoa não aparece na investigação? O que acaba de ler aqui um dos Senadores é que faz parte da investigação o superfaturamento dessa obra. Então, isso nos dá o direito, a todos nós Senadores, especialmente a V. Ex^a, que tentaram queimar no episódio, mas não conseguiram – isso não arranha, não chamusca a biografia de V. Ex^a de forma alguma. A isso todo homem público está sujeito. V. Ex^a, quando questionado, trouxe a resposta. E trouxe a resposta prontamente. Ontem, de forma privada, quando estávamos sentados, repito, no meu gabinete, eu, V. Ex^a e o Senador Aloizio Mercadante conversávamos, inclusive, sobre esse assunto. Então, isso nos dá o direito de especular que uma instituição

sagrada, que serve à sociedade brasileira e que nós todos admiramos pode ter sido utilizada com viés político. Agora a palavra cabe à Polícia Federal; que ela venha a público, para esclarecer como se deu essa investigação; como uma investigação não concluída vazou; e, se vazou, por que vazou com base no nome de um dos principais Líderes da Oposição no Brasil. E vazou incorretamente, como V. Ex^a está provando. Não quero só solidarizar-me com V. Ex^a, não; quero questionar a atuação da Polícia Federal nesse caso e pedir a essa mesma Polícia, que tantos serviços relevantes tem prestado ao Brasil, que venha a público para esclarecer por que isso aconteceu. E não vale aquela desculpa que nesse Governo se tornou rotina: “Não sei. Não sei quem vazou. Se isso aconteceu, não tenho conhecimento.” Se vazou, e o monopólio da investigação, de se presidir inquérito policial, é da Polícia Federal, só a Polícia Federal pode vir a público, para dar a resposta. Minhas homenagens a V. Ex^a e minha solidariedade pelo momento ruim que tentaram impingir a V. Ex^a. Mas V. Ex^a driblou toda a defesa – usando uma linguagem futebolística, de que nosso Presidente tanto gosta – e fez um gol de placa, mostrando que agiu dentro da lei, dentro da legalidade. Parabéns a V. Ex^a e minha solidariedade!

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (DEM – RN) – Obrigado, Senador Demóstenes. Lá no meu Estado, pessoas que convivem comigo costumam dizer o seguinte: “José Agripino, você deve ter couro de aço, porque, há seis anos, exerce oposição ao Governo do Presidente Lula [e dizem] com equilíbrio, com moderação, mas com muita firmeza”. E aí eles dizem, Senador Marco Maciel: “Se você tivesse contas a prestar, tivesse malfeitos na sua vida, tivesse processos aos quais responde – eles sabem que eu não respondo a processo nenhum – já o teriam liquidado há muito tempo”.

Senador Demóstenes, eu tenho a impressão de que, nesta investigação, quando apareceu a história: “Agripino é mencionado”. Aqueles que querem me ver pelas costas devem ter dito: “É a nossa chance”, e daí ter estimulado vazamento, a criação de especulações, a falsa verdade veiculada, porque não contavam, talvez, é que nós tivéssemos aquilo que estamos entregando à Mesa do Senado.

Senador Demóstenes, seria tão fácil! A Polícia Federal pode tudo. Nesse tipo de investigação, com a determinação do juiz, a coisa mais fácil do mundo seria ir ao Banco do Brasil e pedir: “Diga-me uma coisa, nos exercícios de agosto, setembro e outubro, de 2008, o que entrou e o que saiu da conta do Democratas no Rio Grande do Norte?”

Teriam encontrado claramente. No dia 15 de setembro: Ted, crédito em conta, Documento 0048721, valor de R\$300 mil, doador: Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A. Estaria esclarecido. Mas, não! O objetivo não era esse, não. O objetivo era vazar o veneno, era tentar denegrir a minha imagem e a imagem do meu Partido. O objetivo era esse.

Ouço, com muito prazer, o Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador José Agripino, ilustre e eminent Líder do nosso Partido no Senado Federal, desejo, ao iniciar o meu aparte, dizer que V. Ex^a é um político na plena acepção da palavra, isto é, homem público de uma vida proba e digna. Aliás, essa é uma característica de sua família. Tive oportunidade de conviver com o seu pai, Governador Tarcísio Maia, um “varão de Plutarco”, uma pessoa de reputação ilibada de história muito rica não somente em favor do Rio Grande do Norte, mas do Nordeste como um todo. V. Ex^a é um continuador, podemos dizer assim, da obra do grande Tarcísio Maia, que deixou não apenas no Rio Grande do Norte, mas também herdeiros do porte de V. Ex^a. Quero me unir ao sentimento de todo o Senado de solidariedade a V. Ex^a no momento em que, de forma solerte, à sorrelfa, procuram tisnar sua conduta. Sabemos de sua vida pública. Esse é um sentimento que observamos não só no seu Estado, mas em todo o País. Essas acusações, por não terem procedência, não conseguem atingir V. Ex^a. Considero importante que estejamos atentos ao desenvolvimento desse processo, que me parece extremamente heterodoxo e tem outros objetivos, talvez até buscando intimidar, como se isso fosse possível, pessoas que exercem a vida pública com dignidade, com competência e sabedoria. Por isso, receba V. Ex^a o nosso abraço de solidariedade irrestrita e a certeza de que esses fatos em nada podem comprometer sua vida pública. Pelo contrário, as explicações de V. Ex^a ao Senado bem demonstram que V. Ex^a agiu rigorosamente nos termos da lei, numa eleição na qual não era candidato, posto que um pleito municipal, e os recursos utilizados justamente para que o Partido pudesse concorrer a uma disputa eleitoral no Rio Grande do Norte. Então, receba o nosso abraço – e penso, nesse momento, falar em nome de toda a Bancada, como já se manifestaram ilustres Senadores que integram nossa agremiação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Senador Marco Maciel. V. Ex^a é um homem que não fala o que não sente. Fico muito feliz pela manifestação amiga e solidária que acabo de ouvir de V. Ex^a.

Como V. Ex^a diz, o Agripino – como é citado – que é presidente do Diretório Estadual do Rio Grande do Norte, tem a obrigação de buscar os recursos. É dever dele, dele e daqueles que compõem o Partido. Para quê? Para fazer com que a vitalidade do Partido seja exercida, para que os candidatos do Partido tenham a oportunidade, com os recursos que o Partido coloca à disposição deles como candidatos a prefeitos municipais, como foi o caso, possam ir às ruas e dizer o que pensam e o que querem fazer. É a minha obrigação como homem público do meu Estado, do meu Rio Grande do Norte, a quem quero muito bem e por quem vou continuar a trabalhar.

Se tentaram tisnar a minha imagem, eu acho que esse documento fala por si só. E, na hora em que eu o entrego oficialmente à Mesa, e dirijo-me a V. Ex^a, Presidente Sarney, eu estou atestando que isso aqui foi o que aconteceu de verdade. É a entrega à Mesa do Senado da doação feita legalmente, que foi sugerida de forma, repito, cívil e capciosa como uma doação a mim, como suspeita de ilegalidade, e que, na verdade, está com esse documento comprovado que foi uma coisa feita no estrito, no estreito rigor da lei, a que estamos todos nós sujeitos.

Faço esta manifestação e a faço com humildade, por dever de transparência. Não faço revoltado, não, faço indignado, porque é minha obrigação mostrar como é que se conduz, qual é o nível de acerto a que o homem público se impõe e, se ele é acusado injustamente, a obrigação dele é se defender com provas, com argumentos e com consistência, que é o que eu procuro fazer agora.

Encaminho, portanto, a V. Ex^a, Senador Sarney, oficialmente, o recibo de doação, com a comunicação à Casa de que o nosso Partido vai instar a Justiça de São Paulo a fazer parte do processo, porque está citado, para recolher, Senador Romeu Tuma, as informações sobre as nossas citações no processo, para averiguar se houve ou não algum tipo de viés diferente do que a investigação deve objetivar, se houve algum viés político, porque se tiver havido nós saberemos tomar as medidas cabíveis.

Era o que tinha a dizer, com o agradecimento a todos aqueles que nos ouviram e que nos apartaram.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOSÉ AGRIPINO EM SEU
PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

RECIBO DE DOAÇÃO**R\$ 300.000,00**

Recebemos a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), da **CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A, CNPJ Nº 61.522.512/0001-02**, situada na Rua Funchal, nº 160, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-903, referente à doação a este Partido Político.

Informamos, que o referido depósito já foi realizado na Conta nº 10.989-4, (Outros Recursos), Agência nº 0022-1, do Banco do Brasil S/A (001), do Diretório Estadual do Rio Grande do Norte – DEM/RN, CNPJ Nº 09.428.368/0001-20, de acordo com a Lei nº 9.096, de 19.09.1995, Resolução nº 21.841, de 22 de junho de 2004 e Resolução nº 22.715, de 28 de fevereiro de 2008.

A tudo lido e estando de acordo, firmamos o presente recibo em duas vias, dando irrevogável e total quitação.

Natal/RN, 15 de setembro de 2008.

Maria de Fátima Lapenda Mesquita
MARIA DE FÁTIMA LAPENDA MESQUITA

Tesoureira do DEM/RN

CPF Nº 155.209.514-20

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador José Agripino, V. Ex^a, pelos apartes unâmes da Casa, recebeu realmente uma manifestação de solidariedade, o que é muito difícil sempre em Casas legislativas. A Mesa irá encaminhar o assunto ao Corregedor-Geral, para que as providências sejam tomadas. E, evidentemente, isso não repara a injustiça que V. Ex^a sofreu, mas pelo menos esclarece e

mostra o quanto V. Ex^a tem o apreço e o respeito de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência informa ao Plenário que se encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2008** (nº 4.208/2001, da Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências*.

Ao Projeto foram apresentadas as Emendas de nºs 2 a 7, de Plenário, que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame das emendas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento de urgência que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 320, DE 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso II do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para apreciação do PLC nº 10, de 2009, que “dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 26 de março de 2009.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de urgência que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 321, DE 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso II do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para apreciação do PLC nº 31, de 2008, que “dispõe

sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências.

Sala das Sessões, 26 de março de 2009.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os dois projetos serão incluídos na Ordem do Dia da próxima quarta-feira.

Como o projeto que altera o limite da exposição humana a campos elétricos e magnéticos ainda não está devidamente informado, designo o Senador Mário Couto para dar o parecer na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Infraestrutura. O parecer conjunto será dado em plenário na quarta-feira. Assim, devidamente instruído o projeto, teremos condições de votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 7:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 150, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 4 e 5, de 2007)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 264 e 1.094, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorá-

vel, nos termos das Emendas nºs 1 a 24-CCJ; e 2º pronunciamento (sobre as emendas de Plenário): favorável às Emendas nºs 26 e 27-Plen, na forma das Subemendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 25 e 28 a 36 – Plen.

Como é matéria que desperta muito interesse – e, naturalmente, é bom que haja um debate vivo no plenário a respeito do assunto –, a matéria será adiada para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item 8:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

Obs.: foram apresentadas duas emendas.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro

signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

Estamos na segunda sessão de discussão das matérias constantes dos Itens 8 a 13, que são emendas à Constituição, que estão apensadas e que tratam do mesmo assunto. Hoje, então, transcorre mais uma sessão. Se algum dos Srs. Senadores desejar discutir qualquer uma delas, a palavra será dada.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, as matérias constarão da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para a terceira sessão de discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Item 14:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 105, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003 (nº 335/95, na Casa de origem), que *dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres.*

Pareceres sob nºs 495, de 2004, e 488, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Stheissenko, 1º pronunciamento: favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 812, de 2004): ratificando seu parecer anterior.

Acho que é matéria que tem a aprovação unânime de todos da Casa. Sendo, assim, vou submetê-la à votação.

Não havendo quem peça a palavra, em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Sem contestação, o Projeto está dado como aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 105, DE 2003

(Nº 335/1995, na Casa de origem)

Dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte § 3º ao art. 14 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal:

“Art. 14.

.....
§ 3º Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido.”(RN)

Art. 2º O § 2º do art. 83 e o art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 83.

.....
§ 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade.”(NR)

“Art. 89. Além dos requisitos referidos no art. 88, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa.

Parágrafo único. São requisitos básicos da sesão e da creche referidas neste artigo:

I – atendimento por pessoal qualificado, de acordo com as diretrizes adotadas pela legislação educacional e em unidades autônomas; e

II – horário de funcionamento que garanta a melhor assistência à criança e à sua responsável.”(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA N° 1-CCJ

Dê-se à emenda do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003, a seguinte redação:

Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência.

EMENDA N° 2-CCJ

Acrescente-se ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003, o seguinte artigo, renumerando-se o atual art. 3º para art. 4º:

Art. 3º Para o cumprimento do que dispõe esta lei, deverão ser observadas as normas de finanças públicas aplicáveis.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Há as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ.

O procedimento será o mesmo que acaba de ser anunciado pela Presidência.

Não havendo quem peça a palavra, em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, estão aprovadas as Emendas de nºs 1 a 2 – CCJ.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER N° 91, DE 2009 (Da Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003 (nº 335, de 1995, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003 (nº 335, de 1995, na Casa de origem),

que dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei da Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres.

Sala de Reuniões da Comissão, 26 de março de 2009.

ANEXO AO PARECER N° 91, DE 2009

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003 (nº 335, de 1995, na Casa de origem)

Dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres.

EMENDA N° 1 (Correspondente à Emenda nº 1 – CCJ)

Dê-se à ementa do Projeto a seguinte redação:

“Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência.”

EMENDA N° 2 (Correspondente à Emenda nº 2 – CCJ)

Acrescente-se ao Projeto, o seguinte artigo, renumerando-se o atual art. 3º para art. 4º:

“Art. 3º Para o cumprimento do que dispõe esta Lei, deverão ser observadas as normas de finanças públicas aplicáveis.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr's e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Também não havendo quem queira se manifestar contrariamente, declaro-a aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Quanto aos Itens 16, 17 e 18 da pauta, há requerimentos de adiamento por trinta dias.

Podemos votar os requerimentos. O primeiro requerimento é relativo ao Item 16.

Item 16:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 322, DE 2009

Requeiro, nos termos do inciso III do art. 279 do Regimento Interno, o adiamento, por 30 dias, da segunda sessão da discussão do PLS/226/2006, constante da pauta da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, 26 de março de 2009. – Senador **Gim Argello**, Vice-Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retorna à Ordem do Dia na data aprazada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O segundo requerimento é sobre o Item 17, projeto

de lei que dispõe sobre a concessão de Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Item 17:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Serviço Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

É o seguinte:

REQUERIMENTO N° 323, DE 2009

Requeiro, nos termos do inciso III do art. 279 do Regimento Interno, o adiamento, por 30 dias, da segunda sessão da discussão do PLS/34/2008, constante da pauta da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, 26 de março de 2009. – Senador **Gim Argello**, Vice-Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retorna à Ordem do Dia na data aprazada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Também há um requerimento sobre o Item 18, projeto de lei sobre o Sistema Elétrico Interligado Nacional dos autoprodutores de energia elétrica.

Item 18:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

É o seguinte:

REQUERIMENTO N° 324, DE 2009

Requeiro, nos termos do inciso III do art. 279 do Regimento Interno, o adiamento, por 30 dias, da segunda sessão da discussão do PLS/35/2008, constante da pauta da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, 26 de março de 2009. – Senador **Gim Argello**, Vice-Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retorna à Ordem do Dia na data aprazada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Antes de dar a palavra a V. Ex^a pela ordem, vou encerrar a Ordem do Dia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, Sr. Presidente, ainda quero tratar de matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a que votássemos o Item 1 da pauta. Já está encerrada a discussão. Também é projeto de consenso e teve como Relator *ad hoc* o nobre Senador Francisco Dornelles, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Mesa deixou de submeter o projeto a votos por que foi informada de que não havia ainda consenso sobre a matéria, mas, se V. Ex^a me traz a notícia de que há consenso, eu o submeterei a votos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A informação que tenho pela Liderança do PSDB é de que há consenso quanto ao Item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Então, a informação de V. Ex^a para a Mesa liquida qualquer dúvida a esse respeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 1:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 270, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresen-

tado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008*.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, dou o projeto como aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008.

É o seguinte:

PARECER N° 92, DE 2009

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008, que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.

Sala de Reuniões da Comissão, 26 de março de 2009.

ANEXO AO PARECER N° 92, DE 2009

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008.

Aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2008, com as estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários e as metas indicativas de sua evolução, nos termos da Mensagem nº 195, de 2008 (nº 752, de 2008, na origem).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Não havendo objeção, está aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Não havendo mais matérias a serem apreciadas, declaro encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes os itens transferidos:

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2003

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social)*.

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, DE 2005

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004,

tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares,

– 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

– 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável;

– 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

– 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta;

– 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 150, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 4 e 5, de 2007)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 264 e 1.094, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos das Emendas nºs 1 a 24-CCJ; e 2º pronunciamento (sobre as emendas de Plenário): favorável às Emendas nºs 26 e 27-Plen, na forma das Subemendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 25 e 28 a 36-Plen.

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 — COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

19

REQUERIMENTO N° 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Ca-

valcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nosso Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, Srs. Senadores, venho à tribuna hoje de forma indignada – talvez, não com a competência do Senador José Agripino – para explicar à sociedade brasileira e principalmente aos meus amigos do Estado do Pará a leviandade cometida pelo vazamento pela Polícia Federal de dois diálogos gravados no processo de escuta que demandou mais de um ano. Estranhamente, Presidente José Sarney, estranhamente, apenas dois diálogos foram pinçados, fazendo referência de forma maldosa a respeito do Senador José Agripino, do Democratas, e a meu respeito, Senador Flexa Ribeiro, do PSDB.

Dizia o vazamento que eu teria recebido, Senador Tasso Jereissati, recursos – eu, Senador Flexa Ribeiro – da construtora Camargo Corrêa.

É impressionante! É impressionante e, por mais que não queiramos admitir isso, mas é impressionante e soa de forma estranha, Presidente Sarney, que os diálogos vazados tenham sido diretamente de dois Senadores da Oposição. Mais do que isso, no momento em que, talvez, o Executivo quisesse desviar a atenção de algum foco para tentar trazer os Partidos de Oposição de forma leviana à mídia brasileira.

Da mesma forma, Srs. Senadores, que fez o Senador Agripino Maia, eu, de imediato, fiz chegar à imprensa brasileira as explicações, a verdade dos fatos. Houve, sim, uma doação por parte da construtora Camargo Corrêa não a mim, Senador Flexa Ribeiro, mas ao Diretório Estadual do PSDB do Pará que eu presido, que eu presido, para apoiar as eleições municipais. Não éramos, nem o Senador Agripino nem eu, candidatos na eleição de 2008. Apenas presidimos os dois diretórios e, nessa condição, recebemos a doação legal, prevista pela lei que trata das doações para as campanhas políticas. Essas doações, Presidente Sarney, foram feitas de conta bancária da empresa doadora para a conta bancária do diretório estadual do Estado do Pará, transferências por TED.

Da mesma forma que fez o Senador José Agripino, encaminho à Mesa os recibos que foram encaminhados à construtora Camargo Corrêa, que estão na

prestação de contas do Diretório Estadual do PSDB e que serão encaminhadas ao Tribunal Regional Eleitoral. Farei a leitura desses recibos:

O Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, Diretório Estadual do Pará, inscrito no CNPJ (Receita Federal) sob o nº 34817478/001-20, declara haver recebido do doador acima Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, a importânciade R\$100.000,00 através de Ted – Ted para quem não conhece é transferência eletrônica –; C/C nº 35261-6, Agência nº 2372 do Banco Bradesco S.A, em nossa C/C do Banco do Estado do Pará – conta corrente do PSDB – nº 301063-5, Agência nº 0024, nos termos que dispõe o art. 39 da Lei nº 9096/95 e arts 4º e 5º da Resolução nº 21841/04 do Tribunal Superior Eleitoral. Ciente o doador das disposições do art. 31 da Lei nº 9096/95, combinando com as disposições do art. 23, §1º e 81, §1º e art. 24 da Lei nº 9.504/97, com a nova redação dada pela Lei nº 11.300/2006.

Belém, 11 de setembro de 2008.

E uns recibos idênticos do mesmo valor, de R\$100.000,00, que completa os R\$200.000,00 com a data de 23/9/2008. Aqui, também, vou fazer chegar às mesas a cópia das transferências eletrônicas, tanto a do dia 15/9 de cem mil, quanto a do dia 23/9 que completa os duzentos mil.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Flexa, se V. Ex^a me permitir, eu gostaria que esse aparte servisse não somente para V. Ex^a como ao ilustre Senador José Agripino, vítimas, mais uma vez, dessa verdadeira polícia política que se montou no Brasil. Eu não digo que a Polícia Federal, veja bem, seja uma polícia política. Mas o sistema de vazamento de informações colhidas e direcionadas em determinados momentos pela Polícia Federal faz parte de uma propaganda de uma polícia política já por demais conhecida na história do século XX mundial. Os nazistas usaram e abusaram disso, os fascistas e os stalinistas comunistas usaram e abusaram disso, assim como os maoístas etc., bem como todos os governos totalitários. O que fazem? Usam informações com fundo verdadeiro, que não têm nada de absolutamente ilegal ou, pelo menos, aético, eis que faz parte, no caso, da vida de todos os políticos brasileiros, da direita à esquerda, de baixo para cima, do Sul, do Nordeste, e dos políticos do mundo inteiro, que é a coleta legítima e legal, prevista por lei,

de donativos para a campanha eleitoral – todos nós fazemos campanha eleitoral e precisamos de donativos; ninguém, nem deste Senado, nem do Senado passado, nem do Senado futuro vai fugir dessa realidade legal e legítima –, fazem isso para, aproveitando-se do clima que existe, vazar informações acerca de Senadores, de líderes que fazem oposição ao Governo, para, junto com escândalos que são verdadeiros, misturar o joio com o trigo. Praticamente tem sido essa a tática, sem nenhum tipo de nuance, sem nenhum tipo de modificação que o PT, Senador Agripino, usou desde o mensalão. Quando veio aquela avalanche de notícias em cima do Ministro José Dirceu, das lideranças do PT envolvidas naquele mensalão, imediatamente começaram a vazar notícias de que outros estariam envolvidos nisso também. A doação feita pela Empreiteira Camargo Corrêa a V. Ex^a, ao Senador José Agripino e a centenas de políticos, como por outras companhias brasileiras privadas, são absolutamente legais e legítimas, não podendo mais ser objeto de distribuição da imagem de políticos corretos, simplesmente porque o Governo e o Ministro da Justiça, especificamente, têm usado e abusado desse subterfúgio para livrar e manchar a reputação, a imagem, e intimidar a ação de líderes e Senadores oposicionistas. O que existe de grave nessa notícia, da operação que apareceu nos jornais, Senador Flexa Ribeiro e Senador José Agripino, é a operação da Refinaria Abreu Lima. Com certeza, o Governo, sabedor de que iria estourar o escândalo que está apenas começando da Refinaria Abreu Lima, para distrair a atenção sobre o verdadeiro escândalo, lançou e deixou vazar a doação legal feita para os Srs. Senadores e para outros partidos políticos, inclusive para o PSDB, para juntar tudo numa coisa só. Não é uma coisa só! Fica aqui a nossa solidariedade e, mais do que a nossa solidariedade, o nosso repúdio veemente a esse tipo de vazamento, a esse tipo de colocação que tem sido feita, de uma maneira quase que constante, e que é recorrente, através do Ministério da Justiça, pela Polícia Federal, Senador Sarney. E acho que agora cabe ao Senado, diante de colocações feitas em cima de dois Senadores, sendo que absolutamente nada há de ilegal nesse tipo de ação, fazer algum tipo de protesto, tomar alguma atitude junto ao Ministério da Justiça, junto a Polícia Federal. Nós não queremos aqui nenhum tipo de proteção, mas vazamento com o sentido de simplesmente manchar a imagem de Deputados, Senadores, políticos, sem nenhum fundamento legal, isso tem que ter algum tipo de punição, algum tipo de resposta desta Casa, sob pena de enlamearmos definitivamente o sistema institucional democrático brasileiro, que pode cair em pedaços diante do que

está se fazendo, diante do que está acontecendo. Não estou aqui pedindo proteção de ninguém; estou pedindo que se faça o que faz todo país civilizado: Acusou, enlameou, caluniou através de órgãos governamentais tem que ser punido, tem que haver uma resposta sincera. Repito: na minha opinião isso foi feito com intuito de esconder o verdadeiro escândalo que tem na notícia, que é o desvio de verba dentro da construção da Refinaria Abreu Lima, para a Petrobrás – e isso está apenas começando. Quero que prestem atenção que essa notícia saiu pouco tempo depois de um artigo feito pelo jornalista Elio Gaspari, se não me engano, ontem ou anteontem, no jornal **O Estado de S.Paulo** e no jornal **O Globo**, que já apontava para distorções maiores ainda acontecendo dentro daquela ligação na Petrobras, com empreiteiras ligadas àquele projeto. É importante que prestemos atenção porque tanto V. Ex^a, quanto o Senador José Agripino estão servindo de diversificação de alvos, de denúncias que são verdadeiras e profundamente escandalosas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Peço licença a V. Ex^a, Senador Flexa, apenas para dar um esclarecimento ao Senador Tasso Jereissati. V. Ex^a não estava no plenário quando nós tomamos essa providência que V. Ex^a acaba de pedir. Mais ainda, que o Corregedor da Casa peça ao responsável pelo inquérito as peças que se referem a esse ponto e, sobretudo, que se apure a responsabilidade sobre o vazamento dessa notícia. Penso que com isso nós completamos a defesa. Todos nós somos solidários com o Senador Flexa Ribeiro e com o Senador José Agripino por coisas dessa natureza.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao Presidente José Sarney e agradeço ao Senador Tasso Jereissati. O aparte de V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati demonstra de forma clara a intenção do Governo em usar os vazamentos. A doação não foi feita para os Senadores e, sim, para os diretórios estaduais que os Senadores presidem. O Senador Presidente, o Senador Sarney, já antecipou de forma clara a posição da Mesa e da Presidência do Senado sobre algo que eu tinha feito, uma referência no aparte que fiz ao pronunciamento do Senador José Agripino: ia pedir oficialmente que, na defesa da Instituição, na defesa da prerrogativa do Senado como Poder Legislativo brasileiro, o nosso Presidente, Senador José Sarney possa tomar as providências para que, junto ao Poder Judiciário ou por intermédio do Corregedor da Justiça Federal e com a Corregedoria da Casa, sejam trazidos ao Senado Federal, Presidente Sarney, os elementos do processo, a fim de que o Senado possa, como insti-

tuição, investigar esse deliberado vazamento de forma deturpada da verdade dos fatos.

O Senador José Agripino disse que o DEM também iria entrar com uma ação junto à Justiça de São Paulo para que ele pudesse acessar os processos.

O PSDB pretende fazer e fará, mas acho Senador Jayme Campos, que o nosso Presidente, o Presidente do Senado, Senador José Sarney, já nos tranquilizou, porque não há necessidade nem do DEM nem do PSDB, pois quem fará realmente o esclarecimento, acessando o processo para identificar os autores do vazamento, será o Senado Federal, pelo nosso Presidente, Senador José Sarney, a quem quero aqui agradecer...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pela Corregedoria que ...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela Corregedoria do Senado Federal, Senador Romeu Tuma.

Mas V. Ex^a assumindo, como o faz neste momento, a defesa do Senado Federal como instituição.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não dos Senadores. A intenção não é atingir tão-somente os Senadores, mas a instituição Senado Federal.

Concedo um aparte...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Estarei pronto aqui sempre para defender a imagem do Senado e dos Senadores, porque para isso fui eleito pela Casa, e me considero Presidente de toda a Casa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não tenho dúvida. E agradecemos a posição firme de V. Ex^a em defesa da instituição.

Concedo um aparte ao Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Flexa Ribeiro, o Senador Suplicy – não o vejo mais aqui – tentando, logicamente, justificar o que falei, ou seja, que todas as vezes que há um sinal de queda na popularidade do Presidente, faz-se algo neste País para desviar a atenção da notícia da queda da popularidade do Presidente. Lançou-se o Plano Habitacional. Vamos aplaudir. Ótimo! Agora, querer desviar a atenção prejudicando Senadores é muito mesquinho. Esqueceu o Senador Suplicy – e gostaria que ele estivesse aqui – de dizer que as investigações começaram, sim, há um ou dois anos, mas só foram divulgadas agora, exatamente na semana em que foi divulgada a queda de popularidade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Isso é mesquinhez: acusarem Senadores. Senador Flexa, V. Ex^a justifica na tribuna, esclarece na tribuna.

Não é nem uma justificativa, porque não tem nada a justificar; é um esclarecimento à Nação, ao seu Estado, da sua postura, mostrando documentos que juridicamente são válidos. Agora lhe pergunto: será que aquele homem que está em Santa Cruz do Arari, no Estado do Pará, e, mesmo mais próximo, em Santa Isabel do Pará, próximo à capital, será que eles têm notícia da TV Senado a ponto de saberem que V. Ex^a não é culpado do que a imprensa está dizendo? Acho que não, Senador. Acho que o prejuízo a sua pessoa eles conseguiram. Seria preciso que o Senado desse uma nota oficial a toda Nação para que não houvesse prejuízo à pessoa de V. Ex^a, para que a pessoa política de V. Ex^a não sofresse nenhum abalo moral, porque, sinceramente, V. Ex^a não vai poder ir de um a um e explicar isso no interior do Estado do Pará. E essa população não vai ter acesso à sua fala e nem à fala do Senador José Agripino. Por isso, lamento muito esse gesto mesquinho de que se vale o pessoal do PT para, em um momento ruim, livrar-se desse momento ruim, aplicando a mesquinhez, a desonra, para afetar as pessoas. Isso é lamentável e precisa ser esclarecido a todo o País. V. Ex^a é um homem cauteloso e teve a cautela de fazer tudo sob documentos religiosamente legais. Triste de V. Ex^a se não fosse disciplinado. V. Ex^a, hoje, estaria em apuros. Mas como um homem correto e disciplinado, teve toda a cautela de fazer tudo dentro da lei. Agora, resta à Mesa Diretora, por intermédio do seu competente Presidente, resgatar a imagem deste Poder, que está no fundo do poço, ninguém pode negar isso. Presidente, há vinte dias, em razão de alguém haver colocado uma propaganda, na proximidade da eleição, com o meu nome, e isso a três dias de distância da capital, eu fui multado. Aceitei a multa. Fui à Justiça e propus que transformassem a multa em doações de remédios à Santa Casa de Misericórdia do meu Estado... Por sinal está bem ali o meu Advogado, Dr. Sábato Rossetti, eminente advogado, dos mais competentes do Estado do Pará. Está ao lado dele o Deputado Bira Barbosa. S. Ex^as nos engrandecem e alegram com as suas presenças. Tive o meu nome colocado diante de outros Senadores, dizendo que ali estava um criminoso. Olhe, Senador Flexa Ribeiro, diziam que "ali estava um criminoso". Saiu em todos os jornais do Brasil! O que querem fazer da Oposição? A mim não vão intimidar. Agora mesmo – e vou a esta tribuna daqui a pouco – tentaram me intimidar, arquivando uma CPI que ia esclarecer fatos de corrupção no Dnit. Derrubaram a CPI na calada da noite, Senador. Eu vou deixar registrado nas Notas Taquigráficas de hoje a minha fala. O dia, Senador José Sarney, em que V. Ex^a souber que este Senador assinou um documento e depois pediu

para retirar a assinatura, nunca mais na sua vida confie em mim, nunca mais! Não sou homem para agir dessa maneira. Não foi assim que recebi de meus pais a minha educação. Ela é forte. Recebi uma educação forte, Senador Flexa Ribeiro, disciplinada, rígida, a ponto de me fazer hoje um homem leal com meus princípios. Por isso, Senador Flexa Ribeiro, saiba que essa não é a única vez que vão tentar macular os nossos nomes, os nomes da oposição nesta Casa. Vão tentar mais, mais e mais. Que tentem e que façam. Minha voz não se calará. Parabéns pela sua postura.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Flexa Ribeiro, mais uma vez interrompo V. Ex^a, pelo que peço desculpas, apenas para dizer que vou ter que me retirar, pois tenho que cumprir o resto do expediente no meu gabinete.

Mas, antes, queria solidarizar-me com V. Ex^a, que todos nós conhecemos, sabemos da sua lisura. Evidentemente, nesta Casa, V. Ex^a tem a solidariedade de todos, sabendo que V. Ex^a não cometeu nenhum deslize.

E ao nosso Senador Mário Couto eu quero dizer que uma longa caminhada começa com o primeiro passo. Nós estamos encerrando esta semana votando todas as matérias da pauta da semana inteira dentro do Senado Federal. Algumas dessas matérias estavam desde 2007 na pauta do Senado, e nós as votamos nesta semana.

De maneira que já é um recomeço, recomeço este no qual nós temos, infelizmente, o lamentável problema de ver essa incorreção que foi cometida em relação a V. Ex^a e ao Senador José Agripino. Tem a nossa solidariedade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço, Presidente José Sarney, e parabenizo o Senado Federal e V. Ex^a pelo trabalho desta semana, que foi bastante eficaz.

Encaminho a V. Ex^a as cópias dos recibos e das transferências para que possam também, como fez o Senador Agripino, constar dos Anais da Casa.

Eu agradeço o Senador Mário Couto pelo aparte de S. Ex^a. Uma coisa precisa ficar clara: não nos calarão. Não nos calarão. Eu, como disse, venho de forma indignada à tribuna fazer os esclarecimentos, que não seriam necessários porque o povo do Pará, Senador Mão Santa, me conhece.

Hoje eu deveria estar em Belém, agora à tarde. Meu pai, se fosse vivo, completaria 99 anos hoje. Nossa família mandou rezar uma missa em intenção de sua alma. Teria que estar com minha família lá. Mas fiquei

em Brasília, vim à tribuna, porque a coisa mais rica que meu pai deixou a todos nós, seus filhos, Senador Mário Couto, foi o caráter e a honra.

E não são notícias como essas, vazamentos como esses que irão tirar o rumo correto com que sempre pautamos a nossa vida.

Ouço com muito prazer o Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a se esqueceu de acrescentar que está prestes a ser vovô a qualquer momento – pode ser hoje ou pode ser amanhã. Eu quero dizer o seguinte: V. Ex^a é o Presidente do PSDB do Pará, consequentemente tem responsabilidade para com o seu Partido. Estando na Presidência, tem que chamar, tem que organizar, tem que captar recursos para o seu Partido. Recursos captados dentro da lei. É assim que V. Ex^a e o Senador Agripino fizeram. Nesta Casa, por questões políticas, não pessoais, eu quase sempre estou em situação contrária a V. Ex^a e ao Senador José Agripino; nem por isso deixei de respeitá-los. Agora, com relação à questão da autoridade, eu discordo do Senador Mário Couto, quando S. Ex^a coloca que é uma questão partidária, porque é Oposição, é PSDB, é DEM. Não. De maneira alguma, porque os ataques acontecem também à Base de Governo: o PMDB sofre, o PTB sofre, vários partidos sofrem. O que está acontecendo é uma crise de autoridade dentro do Senado Federal. Crise de respeito e...

(Interrupção do som.)

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – O Senador Mão Santa está muito rigoroso. Dê-me mais um tempo, estou esperando esse aparte. V. Ex^a, depois que começou a fazer parte da Mesa, ficou rigoroso demais. Então, veja bem, Senador Flexa, o que está acontecendo é isto: há uma crise de autoridade dentro do Senado Federal. Eu cresci olhando para a figura de um Senador com respeito. Minha mãe e meu pai – já que estamos falando em ensinamentos – mostraram-me que um Senador da República deve ser respeitado, porque é um homem que luta pela República, pelo Brasil, faz leis, defende o seu grupo, defende o seu Estado. No entanto, hoje o que acontece aqui? São Senadores acusando Senadores, uma série de denúncias que não sei nem de onde vêm. Acabei de protocolar um requerimento, pedindo uma série de informações no Senado Federal, porque eu tenho que saber o que acontece aqui. Eu não posso estar numa casa sem saber o que acontece dentro dela. E vai levar o tempo que a lei permite para me darem as informações, mas eu estou aguardando-as. Agora, esse

erro está vindo daqui de dentro. Outro dia, eu coloquei aqui que contra o Presidente Lula não se faz, porque o Presidente está com 80% de aprovação. Então, como dizia, não adianta bater no Presidente. Não adianta bater no Judiciário, pois, se um juiz ou alguém do Judiciário se sentir ofendido, entra com uma ação que o próprio Judiciário vai julgar – julgar dentro da lei –, e quem atacou sem provas ou mentirosamente vai ter que indenizar o acusado. No entanto, na nossa Casa, o que acontece? O que acontece quando se ataca Senador e Deputado? Não acontece nada. Desmoralizam qualquer um, como tentam agora desmoralizar V. Ex^a e o Senador José Agripino. Isso vai acontecer com uma série de Senadores aqui dentro. Vão nos desmoralizar, nós achamos que isso faz parte da política e quem é homem público está sujeito a isso. Não, pelo amor de Deus! Nós temos que ter – o Presidente Sarney é um homem experiente, já foi Presidente da República – alguma legislação ou alguma situação que possa proteger a nossa honra, porque, da maneira como as coisas estão caminhando, não dá para suportar. Há toda uma imagem que está sendo passada por alguns veículos da imprensa para desmoralizar a Casa. Quanto mais colocamos nossos trabalhos a público, isto é, quanto mais Estados recebem a TV Senado, mais isso é usado contra nós. Temos de ir à tribuna a toda hora para mostrar provas contra acusações que estamos recebendo. V. Ex^a agora está aqui, mas devia estar lutando na política, vendo o seu candidato, discutindo se terão as prévias no seu Partido. Aliás, eu quero que tenham, acho que têm de ter, e há um cidadão do seu Partido, lá de Minas, de quem gosto muito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Todos nós.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – E o que acontece? V. Ex^a está aí se explicando na tribuna, como o Senador Agripino também esteve. Isso é um absurdo! Temos de ter proteção, temos de saber quem acusou, qual é a prova. Eu li algumas reportagens que falam assim: existem evidências disto, existem evidências daquilo. Mas o seu nome e o do Senador Agripino já estão na primeira página. E, de manchete de jornal, você só lê o título. E V. Ex^a vai ter de se explicar: vai chegar a casa e ter de explicar para o seu filho, para a sua filha – o seu netinho ainda é pequenino, não vai ter de explicar a ele –, para o seu irmão, para o vizinho, para os amigos. É um absurdo! Acho que, realmente, o Senado Federal está passando por uma crise de autoridade, e nada melhor do que ter o Presidente Sarney na cadeira. O Presidente Sarney é um homem experiente e vai ter de encontrar uma maneira de valer a lei para os Senadores, a proteção

da lei para os Senadores. Da maneira que a situação está, vou achar que a minha mãe e o meu pai me enganaram. Era o que eu queria colocar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço, Senador Wellington Salgado. V. Ex^a fala com propriedade, suas palavras terão ressonância, com certeza absoluta. É a instituição que está sendo atingida. É a instituição. E com as providências que o Presidente José Sarney já determinou para que a Corregedoria da Casa possa acessar o processo e chegar ao responsável pelo vazamento... É preciso que se chegue lá para que esses malfeitos não se repitam.

Agradeço a V. Ex^a e concedo um aparte ao nosso Ministro, Senador Francisco Dornelles.

O Sr. Francisco Dornelles (PP – RJ) – Senador Flexa Ribeiro, quero aqui reiterar o maior respeito que tenho pela pessoa de V. Ex^a.

(Interrupção do som.)

O Sr. Francisco Dornelles (PP – RJ) – Posso falar, Sr. Presidente? Quero reiterar o maior respeito que tenho pela pessoa de V. Ex^a e dizer que sou totalmente solidário com sua indignação em decorrência da divulgação vaga de notícias totalmente incompatíveis com a realidade e com a verdade. Fico realmente impressionado: como dois órgãos da maior responsabilidade, a Polícia Federal e o Ministério Público, tornam pública uma série de notícias sobre políticos e partidos políticos sem qualquer veracidade, sem qualquer dado concreto, lançando dúvidas sobre o comportamento de cada um dos políticos e dos seus partidos? Eu queria, neste breve comentário, dizer que sou solidário com V. Ex^a e que partilho da sua indignação com essa divulgação irresponsável feita pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Francisco Dornelles. As palavras de apoio de V. Ex^a nos confortam, bem como as do Senador Wellington, do Senador Tasso, do Senador Mário Couto, do Senador José Sarney, de todos que nos apartearam, de pessoas reconhecidamente honradas no nosso País.

O Senado Federal tem em V. Ex^as – e, no caso específico, em V. Ex^a, Senador Dornelles – um guia de todos nós nas nossas ações parlamentares aqui, no Congresso Nacional.

Concedo um aparte ao Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador Flexa Ribeiro, eu não poderia deixar, naturalmente, de apartear V. Ex^a, primeiro para me solidarizar com

V. Ex^a e com nosso Líder José Agripino. Tem sido quase uma constante aqui, nesta Casa, Senadores irem até à tribuna...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – ... para, diante da opinião pública brasileira, se defender. E o Senador Wellington Salgado deixou muito bem claro aqui: algo tem que ser feito, o Senado é uma instituição centenária, por aqui já passaram ilustres brasileiros, e hoje, com certeza, também há ilustres brasileiros que compõem naturalmente esta Instituição. Toda-via, o Senador Mário Couto também foi muito feliz na sua fala aqui – que me desculpe o Senador Wellington, ao mesmo tempo: todas as vezes em que surge eventualmente uma crise diante do Poder Executivo, eles inventam alguma história. Hoje, já prenderam a dona da Daslu. É uma empresária, se ela sonega ou não imposto, não me interessa. E o Governo, para justificar, naturalmente, a queda do Presidente Lula – vamos reconhecer, o senhor diz que ele tem 80; na verdade, tem só 64, por dois institutos sérios –, já inventou uma história,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – ... vazando para a imprensa nacional que o PSDB, através do seu Presidente no Estado do Pará, Senador Flexa Ribeiro, e o Senador José Agripino, do Estado do Rio Grande do Norte, tiveram, naturalmente, acesso... Ou seja, foi doação. É legal a doação. Imagino em que país estamos vivendo. Hoje, estamos sendo reféns da Polícia Federal, de parte da imprensa nacional e do Ministério Público, que muitas vezes não tem nenhum escrúpulo também em acusar, de forma leviana, Senadores, Deputados, enfim, empresários neste País. É de se lamentar. Mas quero, nesta oportunidade, dizer da trajetória de V. Ex^a, homem de bem, grande empresário. Tive a oportunidade ímpar de ver, junto com o senhor, no seu Estado, a credibilidade que tem diante daquela população. Quanto ao Senador José Agripino, ninguém vai acreditar. Evidentemente, quando se enlameia a honra das pessoas,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – ...nós não temos instrumento na mão, a imprensa, para sairmos nos defendendo. Depois que se jogou a merda – desculpe-me o termo, mas, como bem disse aqui o Demóstenes Torres certa feita –, depois que se jogou um balde de merda na pessoa, pergunto: quem vai limpar a nossa honra? Isso tem de parar, têm-se de

dar um basta. E o Senado, Senador Mão Santa, tem de tomar algumas providências. Caso contrário, vamos ficar expostos à opinião pública, sobretudo da nossa gente, da nossa população, que nos confiou, que nos deu, que nos outorgou o mandato. Lamentavelmente, são fatos como esses que todos os dias temos de ficar justificando para os amigos, para o povo do Estado, para o povo brasileiro. Portanto, Senador Flexa, nós, que conhecemos V. Ex^a, que conhecemos a trajetória política desse valoroso homem público brasileiro que é o Senador José Agripino, não temos dúvida alguma de que isso não passa de apenas uma orquestração política para diminuir...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – diminuir, com certeza, o nosso valor, o apoio que nós temos do povo do nosso Estado, sobretudo V. Ex^a no Pará e o José Agripino, lá no Rio Grande do Norte. Portanto, eu faço aqui, em nome do povo do Mato Grosso, com certeza, a defesa dos senhores, porque acredito que qualquer um centavo de real que tenha sido recebido, a título de doação, para campanha do PSDB lá, no seu Estado, foi aplicado de forma transparente e, sobretudo, dentro da lei que é vigente neste País. Tem o meu apoio e tem a minha solidariedade, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Jayme Campos, V. Ex^a faz um aparte que engrandece o meu pronunciamento, V. Ex^a que tem uma liderança incontestável e o reconhecimento do povo de Mato Grosso. Eu agradeço a V. Ex^a.

O Presidente José Sarney já determinou as providências para que...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... o Senado Federal possa, acessando o processo, chegar, se Deus quiser, aos responsáveis pelo vazamento.

Concedo um aparte ao nobre Senador Efraim Moraes.

O Sr. Efraim Moraes (DEM – PB) – Meu caro Senador Flexa Ribeiro, da mesma maneira que fiz com o meu Líder, Senador José Agripino, nós temos aqui o dever, como companheiros e como homens que sabem da vida pública de V. Ex^a, sempre num caminho retilíneo, lutando, dentro deste plenário e fora deste plenário, pelos interesses do seu Estado, do nosso querido Pará... É a malícia que acontece para mudar o foco, exatamente o foco, desta matéria.

(Interrupção do som.)

O Sr. Efraim Moraes (DEM – PB) – Quer dizer, o que nós precisamos apurar, Senador, é a questão do que vem acontecendo lá no Estado de Pernambuco, como a própria matéria se refere. E a própria Procuradora que está responsável pela investigação, a Dr^a Karen, diz que se trata de um superfaturamento da Refinaria Abreu e Lima, que é uma parceria entre o Governo Federal brasileiro e o Governo da Venezuela. E nós sabemos que esta construtora que está sendo citada, a Camargo Corrêa, é a responsável por essa obra. É a forma de tentar desviar esse assunto. Eu tenho a convicção de que nós devemos agora ir até a Abreu e Lima.

(Interrupção do som.)

O Sr. Efraim Moraes (DEM – PB) – Nós precisamos saber o que está acontecendo com essa situação lá em Pernambuco. Tenta-se desviar, acusando V. Ex^a e o Senador José Agripino – coincidentemente, dois Senadores que têm se posicionado aqui de maneira firme, correta, transparente, mas, acima de tudo, sem nenhum receio de fazer oposição. Não oposição raiosa; oposição de quanto pior, melhor. Pelo contrário, oposição construtiva, em busca de resultados para a sociedade brasileira. Por isso, ao ficar solidário com V. Ex^a, eu também o parabenizo por essa transparência. Agora, eu iria mais longe: acho que não cabe a V. Ex^a e ao Partido de V. Ex^a – como também o fez meu Partido, que é o Partido do Senador Agripino, o Democratas – simplesmente pedir para ver o processo. Se negarem, o que temos que fazer é pedir à Mesa do Senado Federal, através da Mesa do Senado Federal... Eu não diria nem à Mesa do Senado Federal, mas deveríamos pedir à Mesa do Congresso Nacional, porque também são citados Deputados, para que nós, através de uma CPI, passássemos a investigar essa situação. E não esperar aquilo que está por trás de notas soltas, vazamentos que ainda dizem que estão sob sigilo, mas dos quais já se sabe tudo. A minha pergunta é: a quem interessa, Senador Flexa, essa matéria, envolvendo o nome da classe política, envolvendo todos os partidos políticos? Porque, quando se diz que pelo menos sete partidos estão envolvidos, eles se esquecem de colocar o PT, que, em 2006, recebeu R\$5,3 milhões. Na campanha do Presidente Lula, o comitê político do Presidente Lula recebeu R\$3,4 milhões. Então, é preciso que se esclareça essa situação. Só para concluir, Senador: essa matéria é vencida. Se houvesse irregularidades em relação àqueles Parlamentares que disputaram as eleições de 2002, 2004, 2006 e 2008, se houvesse irregularidades, se não houvesse prestação de contas, V. Ex^as não estariam aqui representando o povo – no

caso de V. Ex^a, o povo do Pará –, porque o processo foi aprovado tanto pelo TRE como pelo TSE. Parabéns a V. Ex^as pelas explicações! Estamos satisfeitos. Tenho certeza de que está tudo esclarecido aos brasileiros, principalmente ao povo do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço Senador Efraim Moraes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Estou na fila!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já ouvirei V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

Quero, primeiro, agradecer ao Senador Efraim Moraes.

V. Ex^a tem toda razão. O DEM e o PSDB poderiam acessar o processo lá, no Estado de São Paulo, mas, quem deve fazê-lo, como foi solicitado, é o Senado Federal ou, como V. Ex^a sugere, o Congresso Nacional.

Espero que o Senado Federal vá até a descoberta dos autores do vazamento, porque fica muito fácil enlamear as pessoas e, depois, esconder-se pelo anonimato.

V. Ex^a tem toda razão. O Senador Mário Couto disse que as explicações são ouvidas pelos nossos pares, são ouvidas pelos telespectadores da TV Senado, mas não alcançamos todos aqueles que tiveram acesso à informação leviana, mas o povo do Pará nos conhece e sabe a forma como age o PSDB e como agimos nós, políticos: de forma correta, transparente e dentro da legalidade.

Ouço o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Estou chegando à conclusão de que estamos dando atenção demais a esse fato. Já aparteei o Senador José Agripino e volto a apartear V. Ex^a. Vamos deixar uma coisa bem clara: uma operação dessa monta, feita pela Polícia Federal, não foi para apurar doações passadas de campanha, não; é apenas um pano de fundo para desviar um pouco o foco. Foi mesmo para apurar o superfaturamento da Refinaria Abreu e Lima. Não tenha dúvida disto: esse aparato, essa vontade, essa prisão, eles foram ali pegar documentos e tentar descobrir, exatamente, o propinoduto que, segundo a Polícia Federal, a Procuradora, existe nesse contrato. Acho que V. Ex^as foram boi de piranha nesse episódio e não devem mais perder tempo com isso. Agora, a operação precisa continuar. É preciso que se apure se é verdade ou se não é verdade o superfaturamento da Abreu e Lima. Aí, sim! Ali está havendo um propinoduto não para questões passadas, mas para questões futuras – e de um futuro bem próximo. Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço-lhe, Senador Heráclito Fortes. V. Ex^a tem toda razão; e não só V. Ex^a, mas os brasileiros todos, de quererem ter os esclarecimentos de toda a operação, não só dos dois vazamentos...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...que foram, de forma incorreta, transcritos pela imprensa, pelo noticiário. A informação vazou para a imprensa, e a imprensa colocou o que passaram a ela. A incorreção é de quem fez o vazamento, chegando, evidentemente, Presidente Mão Santa, a outros interesses, que, com certeza absoluta, não eram o de colocar a público doações legais. Pergunto, Senador Paulo Paim: como é que vamos fazer as campanhas eleitorais? Sou Presidente do PSDB do meu Estado. Tenho, como dever de ofício, como responsabilidade, dar apoio aos nossos candidatos; no caso específico, às eleições municipais. Participamos direta ou indiretamente, através de alianças, de quase todos os Municípios, para não dizer de todos os 143 Municípios do meu Estado. A lei que rege a captação de recursos para os embates políticos é clara, e nós cumprimos a legislação.

Repto, para encerrar, Senador Mão Santa: o PSDB, assim como o Democratas, tem por princípio agir de forma transparente e dentro da legalidade.

Fico no aguardo das ações da Mesa do Senado Federal, da Corregedoria do Senado Federal, para que possamos voltar à tribuna, para dizer qual o objetivo, qual a intenção e quais foram os autores do vazamento que....

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...lamentavelmente, fizeram com que tanto o Senador José Agripino quanto o Senador Flexa Ribeiro gastassem muito tempo na tribuna do Senado Federal na tarde de hoje.

Agradeço ao Presidente José Sarney, que estava presidindo a sessão, e ao Presidente Mão Santa, que preside a sessão neste instante, pelo tempo que nos concederam, para que pudéssemos falar para o povo do Pará e esclarecer as maldosas inverdades que foram divulgadas.

Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

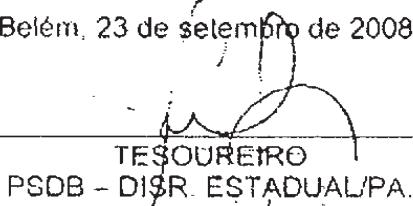
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

RECIBO DE DOAÇÃO N° 021/2008

DOADOR : **CONSTRUÇÕES E COM. CAMARGO CORREA S/A**
CNPJ : 61.522.512/0001-02
ENDEREÇO : RUA FUNCHAL N° 160-VILA OLÍMPIA – SÃO PAULO -04.551-903
ESTADO : SÃO PAULO

O PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB – Diretório Estadual do Pará, inscrito no CNPJ/RF sob o nº 34.817.478/0001-20, declara haver recebido do doador acima especificado a importância de R\$-100.000,00 (cem mil reais), através de TED, conta corrente nº 35261-6, agência 2372 do Banco Bradesco S/A, em nossa conta corrente do Banco do Estado do Pará nº 301.063-5 agência 0024, nos termos que dispõe o art. 39 da Lei 9096/95 e arts. 4º e 5º da Resolução nº 21.841/04, do TSE, ciente o doador das disposições do art. 31 da Lei 9096/95, combinando com as disposições dos arts. 23 §1º, e 81, § 1º, e art. 24 da Lei 9504/97, com a nova redação dada pela Lei 11.300/2006.

Belém, 23 de setembro de 2008.



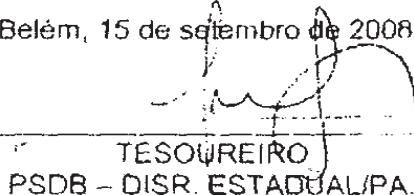
TESOUREIRO
PSDB – DISR. ESTADUAL/PA.

RECIBO DE DOAÇÃO N° 019/2008

DOADOR : **CONSTRUÇÕES E COM. CAMARGO CORREA S/A**
CNPJ : 61.522.512/0001-02
ENDEREÇO : RUA FUNCHAL N° 160-VILA OLÍMPIA – SÃO PAULO -04.551-903
ESTADO : SÃO PAULO

O PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB – Diretório Estadual do Pará, inscrito no CNPJ/RF sob o nº 34.817.478/0001-20, declara haver recebido do doador acima especificado a importância de R\$-100.000,00 (cem mil reais), através de TED, conta corrente nº 35261-6, agência 2372 do Banco Bradesco S/A, em nossa conta corrente do Banco do Estado do Pará nº 301.063-5 agência 0024, nos termos que dispõe o art. 39 da Lei 9096/95 e arts. 4º e 5º da Resolução nº 21.841/04, do TSE, ciente o doador das disposições do art. 31 da Lei 9096/95, combinando com as disposições dos arts. 23 §1º, e 81, § 1º, e art. 24 da Lei 9504/97, com a nova redação dada pela Lei 11.300/2006.

Belém, 15 de setembro de 2008.



TESOUREIRO
PSDB – DISR. ESTADUAL/PA.

TED X - Transferência entre Contas de Diferentes Titularidades



Agência Origem:	0100/00	NSU:	11085	NSU Piloto:	2008091511065
Data Movimento:	15/09/2008			Transação:	1004
Remetente					
Banco:	237	Banco:	Banco Bradesco S.A.		
Agência:	2372		CORPORATE FARIA LIMA, USP		
Conta:	352616		Tipo Conta:	Conta Corrente	
Nome:	CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÉA S		CNPJ/CPF:	61522512000102	
Destinatário					
Banco:	037	Banco:	Banco do Estado do Pará S.A.		
Agência:	24		NAZARE		
Conta:	3010635		Tipo Conta:	Conta Corrente	
Nome:	PARTIDO SOCIAL DEM BRASILEIRO		CNPJ/CPF:	34817478000120	
Finalidade:	10 - Crédito em Conta				
Valor Orpag:		100.000,00			
Valor Tarifa:		0,00			
Valor Total:		100.000,00			

TED 8 - Transferência entre Contas de Diferentes Titularidades



Agência Origem:	0100/00	NSU:	2859	NSU Piloto:	200809232859
Data Movimento:	23/09/2008			Transação:	1004
Remetente					
Banco:	237	Banco:	Banco Bradesco S.A.		
Agência:	2372		CORPORATE FARIA LIMA, USP		
Conta:	0000000352616		Tipo Conta:	Conta Corrente	
Nome:	CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÉA S		CNPJ/CPF:	61522512000102	
Destinatário					
Banco:	037	Banco:	Banco do Estado do Pará S.A.		
Agência:	0024		NAZARE		
Conta:	0000003010635		Tipo Conta:	Conta Corrente	
Nome:	PARTIDO DA SOC DEMOC BRAS PSDB		CNPJ/CPF:	34817478000120	
Finalidade:	10 - Crédito em Conta				
Valor Orpag:		100.000,00			
Valor Tarifa:		0,00			
Valor Total:		100.000,00			

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Aqui, agilizamos a palavra do Líder do Democratas, Senador José Agripino, e a de V. Ex^a, que falou precisamente por uma hora e recebeu o apoio e a solidariedade de quase todos os Senadores da República.

Convidamos para usar da palavra – continua o Pará na tribuna – o Senador, do PSDB do Pará, Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, esperei até às 18 horas para vir a esta tribuna, porque devo alguns esclarecimentos ao meu Estado e à Nação.

Ontem, fomos surpreendidos pelo arquivamento da CPI do Dnit, fruto da retirada das assinaturas de quatro Senadores.

Quero dizer à Nação que aquilo que convém ao Presidente Lula, ele deixa ser investigado; mas, aquilo que não convém, ele não deixa ser investigado.

Infelizmente, volto a dizer à Nação brasileira: esta Casa é submissa ao Poder Executivo.

Senadores, pergunto a V. Ex^as, pergunto à Nação brasileira, pergunto ao meu Estado, que até hoje luta para que sejam construídas, melhoradas, asfaltadas a estrada Transamazônica, a Santarém-Cuiabá e as pontes assassinas da 222, que liga Dom Eliseu a Rondon do Pará... Tanta corrupção no Dnit não permite que essas obras sejam concluídas.

Pasme, Presidente: a Santarém-Cuiabá, meu nobre Deputado Bira Barbosa, que me assiste nesta tarde, por três vezes já foi licitada, mas o Tribunal de Contas da União, Jayme Campos, anulou todas as três licitações por superfaturamento. Isso é uma vergonha!

Quando querem envolver injustamente Senadores desta Casa – eu falo injustamente –, acham facilidade para fazer isso. É fácil fazer. O Governo manda e desmanda. Infelizmente, esta Casa aceita, aceita de joelhos, porque muitos se ajoelham aos pés do rei; muitos tomam a bênção do pai, todo-poderoso, Lula e deixam esta Casa desmoralizada, a Nação brasileira perplexa, a perguntar: “Por que tanto mando?”.

Ainda agora, ouvi, infelizmente ouvi o meu nobre companheiro e amigo Wellington Salgado dizer que não adiantava bater mais no Presidente Lula, porque o homem tem 80% nas pesquisas. Engana-se o Senador. Nós viemos para cá para isso. Nós viemos para cá para exercer a nossa profissão, a nossa profissão de Senador, como manda a Constituição brasileira, que exige que nós possamos exercer a fiscalização do Executivo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, nobre Senador Mário Couto?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou permitir.

É isso que nós devemos fazer aqui, é nosso dever, nossa obrigação. Não é querer “bater no Presidente Lula”. Ninguém quer bater no Presidente Lula. Nós aplaudimos, por exemplo, quando observamos projetos sociais. Aquele, por exemplo, do Bolsa Família, que foi criado pelo PSDB no Governo Fernando Henrique Cardoso, aquele ali nós aplaudimos, mas nós não podemos aplaudir a atitude do Presidente de mandar arquivar uma CPI na marra! Na marra, desmoralizando quatro Senadores que tiveram, injustamente, de retirar suas assinaturas daquele documento. Foram obrigados injustamente. Eles não mereciam isso. São nobres Senadores, Senadores que têm o seu presente e o seu passado cheios de atos de honestidade, mas que não podem justificar por que tiraram as suas assinaturas. Não há como justificar. Não têm nenhuma justificativa aceitável. É a Nação que quer saber se existe corrupção ou não dentro do Dnit. Por que não deixam a Nação ver?

E existe. O rombo chega a trilhões. É dinheiro do imposto, é dinheiro do bolso do brasileiro, é dinheiro público, é dinheiro que nós temos de defender. Para isso, viemos para cá, Senador Mão Santa. Eu vi V. Ex^a, hoje, naquela tribuna. É uma vergonha quando V. Ex^a mostra um documento como aquele, é uma vergonha para o seu Estado do Piauí, que V. Ex^a tem no coração. V. Ex^a chega aí e mostra uma ponte inacabada, uma ponte que já recebeu praticamente todo o dinheiro e está lá, inacabada, sem a parte principal da obra, que é o tabuleiro.

Roubo! Desvios! Falta de zelo pelo dinheiro público!

Sabe quantas vezes a sua voz vai refletir, Senador Mão Santa? Sabe quantas vezes vão ligar para o que V. Ex^a falou hoje? Nenhuma. Experimente abrir uma CPI. Se o dinheiro é federal – e é federal, o dinheiro é federal –, experimente abrir uma CPI para apurar aquela irregularidade. Experimente! Sabe quantas vezes V. Ex^a vai conseguir aqui nesta Casa? Nenhuma.

E, aí, dá vontade de falar assim, Senador Jayme Campos: “Olhem, roubem, roubem”. Àqueles que têm a proteção do Lula: “roubam”. Não pegam nada. A Casa principal da Legislação brasileira, o Senado Federal, é bloqueado. Eles têm a maioria aqui, eles não deixam apurar, eles não permitem apurar.

Olha, Jayme Campos, um simples diretor de um órgão tem mais moral do que esta Casa. Olhem aonde a Nação brasileira chegou! Olhem aonde o Congresso Nacional chegou! Olhem a moral dos Senadores aonde chegou!

Estamos arrasados, Nação brasileira! Não temos moral para nada, Nação brasileira! Um simples diretor de um órgão corrupto – corrupto, repito – tem moral para bloquear aqui uma CPI. Tem moral para retirar quatro assinaturas de quatro Senadores, na calada da noite, covardemente, covardemente, traindo a Nação, traindo o povo brasileiro.

Não vão me calar, Senador Paim. Não vão, não vão, Senador Paim. Agora, vai ser pior. Estou represtando a CPI.

Não vão me calar, Pagot. Tu vais ter de me aturar, Pagot! Não é nada contra ti, não, Pagot, é contra a tua administração, é contra a falta de respeito que tu tens pela Nação brasileira.

Quantos, no meu Estado, estão sofrendo por causa da Transamazônica! Quantos, no meu Estado, estão sofrendo por causa da Santarém-Cuiabá! Quantos já morreram nas pontes assassinas da 222! Quantos! E V. S^a a praticar corrupção!

Esse dinheiro é da Nação, esse dinheiro é do povo brasileiro, tem de ser respeitado! E é atribuição nossa, é dever nosso zelar por esse dinheiro, que, sofridamente, Senador, o povo tira do seu bolso para pagar os impostos. E nós não devemos permitir que esse dinheiro seja desviado para outros fins.

Eu sei, Senador Paim, eu lamento, o meu sentimento é de dor quando vejo uma Casa tão importante como esta ser desmoralizada. Ah, como eu sonhei! Ah, como eu sonhei, paraenses, chegar aqui, Deputado Bira! Eu pensei que, aqui, Deputado Bira, eu fosse realizar os sonhos que não realizei na Assembleia Legislativa do meu Estado. Aqui é pior. Aqui é pior, Deputado Bira Barbosa. Lá, as coisas são muito mais sérias. Infelizmente, eu tenho de lhe dizer isso, Deputado. Quanta decepção de minha parte, meus irmãos paraenses! Fico aqui porque cada um de vocês – um milhão e meio de pessoas – me confiou o dever de estar aqui. Eu respeito cada um de vocês. Vou lutar até o último dia pelo meu País e pelo meu Estado, doa em quem doer! Não adianta soltar bomba na garagem da minha casa. Podem soltar! Foram duas, já. Podem soltar! Não tenho medo.

Mão Santa, eu fiquei te olhando quando tu me mostrastes a fotografia daquela ponte, Mão Santa. Tem hora que tu brincas comigo, Mão Santa, e diz assim: "Olha, Mário Couto, eu acho que o Piauí está ganhando do Pará de tanta corrupção e desleixo. O desleixo é tão grande, Mário Couto, lá no Piauí que a corrupção é vista a olho nu". Tu brincas comigo dizendo isso. É verdade, Mão Santa. A tua brincadeira é verdade, é real. Mas a realidade que dói mais, Mão Santa, é a de saber que nós não conseguimos fiscalizar isso; que rasgam a nossa Constituição, Mão Santa. Rasgam-

na, na nossa cara! Pegam a nossa Constituição e a rasgam na nossa cara!

Meu País, meu querido Brasil, onde estamos? Para onde estamos caminhando, meu querido Brasil?

Quero que V. Ex^a encaminhe ao Ministério Público Federal as denúncias que estou fazendo contra o Dnit. Vou usar agora de todas as armas. Não me vencerão! Não me vencerão!

Que a população brasileira e a população dos Estados daqueles que retiraram as suas assinaturas os julguem. Julguem-nos! Já, já, teremos eleições. Julguem cada um deles que não respeitam o dinheiro público, que não respeitam cada cidadão e cada cidadã. Julguem-nos!

Quero que V. Ex^a encaminhe ao Ministério Público Federal todas as denúncias que vou encaminhar à Mesa amanhã, na próxima terça-feira, para que o Ministério Público Federal tome as devidas providências.

Diz o requerimento que apresento, Brasil:

Requeremos, fulcrados no que preceitua o §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 (treze) membros titulares e sete suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados na contratação de serviços, obras, processos licitatórios, convênios, dentre outras irregularidades, praticadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, evidenciados a partir de Relatórios e demais atos fiscalizadores do Tribunal de Contas da União (TCU).

É a reapresentação da CPI.

Ao descer desta tribuna, Senador Mão Santa, sei, Jayme Campos, meu nobre amigo, que a minha terra passa por momentos difíceis, momentos angustiantes, que paraenses morrem a toda hora nas ruas, nas cidades do interior, na capital do Estado, por falta de saúde, por falta de segurança, principalmente, nas estradas esburacadas – o Dnit não consegue chegar lá, porque desvirtua o dinheiro público. Eu sei, eu luto e falo sobre isso todos os dias, paraenses, aqui, neste Senado; mostro o sofrimento de vocês, irmãos, por incompetência da nossa Governadora. Tenho todo o respeito pelas mulheres brasileiras, tenho todo o respeito pelas mulheres paraenses, eu as admiro, tenho carinho por elas, mas a nossa Governadora, infelizmente, mulheres do meu Pará e do meu Brasil, está a nos decepcionar. Não tem a mínima sensibilidade. A cada dia, no Estado do Pará, tombam três paraenses

assassinados. De oito em oito horas – pasmem, senhoras e senhores –, de oito em oito horas tomba um paraense! E a Governadora não tem a sensibilidade de tomar as providências. Quantos ainda vão tombar? Quantas famílias ainda vão chorar pelos seus parentes perdidos? Pior, Senador; a Governadora do Estado do Pará prometeu, em todos os palanques que foi, que ia combater a violência no meu Estado.

Mão Santa, ao descer desta tribuna, quero te afirmar, companheiro Mão Santa – admirador da tua postura que sou nesta Casa –, quero te afirmar que não descansarei, não terei sossego enquanto não mostrar ao meu Estado e à Nação brasileira a corrupção que existe dentro do Dnit.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Mário Couto, a minha presença aqui é justamente para garantir o tempo que V. Ex^a desejar na tribuna.

Quero dizer a V. Ex^a que grande foi a minha satisfação, como Secretário, ao ler o requerimento de V. Ex^a, a justificativa de V. Ex^a e o encaminhamento do Presidente José Sarney.

Regimentalmente, antes da meia-noite, quatro Senadores retiraram suas assinaturas e, com tristeza, li o documento que me obrigava, na minha função de Secretário, arquivá-lo.

Mas, quero dizer a V. Ex^a – e aqui está ao meu lado o Senador Paulo Paim –, que, se V. Ex^a quiser, aqui na Mesa, agora, V. Ex^a já tem duas assinaturas.

Convidamos para usar da palavra o nosso Senador dos Democratas Jayme Campos, que representa o Mato Grosso e representa também a experiência e a grandeza deste Senado da República. Ele, homem vitorioso, empresário, empreendedor e produtor; homem vitorioso da política, foi três vezes Prefeito municipal – não simplesmente Prefeito, mas extraordinário Prefeito –, extraordinário Governador do Estado, e aqui está como Senador da República, engrandecendo o nosso Senado.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente pelas suas bondosas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Permita-me. Quero confirmar, de público, que agendei o convite que recebi dos vereadores do Estado de V. Ex^a para participar e fazer uma palestra naquela cidade.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a sua bondade, as generosas palavras no que toca aos elogios à minha pessoa.

V. Ex^a foi convidado pela Associação Mato-Grossense de Vereadores daquele Estado para fazer uma palestra em Mato Grosso. Com certeza, de forma orgulhosa, nós o receberemos naquele Estado, para que

o senhor possa se dirigir a mais de 1.200 vereadores daquele Estado, que estarão aguardando V. Ex^a neste grande evento, para discutir e, naturalmente, debater assuntos não só inerentes ao Estado, mas, sobretudo, de caráter nacional. Será bem-vindo ao nosso Estado.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, estive aqui na semana passada cobrando providências em relação às obras da Ferronorte, que demanda São Paulo, indo em direção a Mato Grosso, passando pelo Estado de Goiás.

E hoje, para minha grata surpresa, nós tivemos uma audiência no Ibama, porque um dos entraves que tínhamos era a questão ambiental, até porque a questão da engenharia financeira já tinha sido resolvida pela empresa concessionária, que é a ALL (América Latina Logística). Fiquei muito feliz em ver as mudanças que ocorreram no Ibama, a maneira muito mais gentil e, sobretudo, o desarmamento de espírito dos novos diretores, o Sebastião e o Luiz, Presidente e diretor daquele órgão.

Fiquei muito feliz de ver que o Ibama, hoje, tem nova visão, sobretudo entendendo que as obras do Brasil precisam andar. O Brasil não pode ser contra o Brasil. E o Ibama, capitaneado pelo Dr. Roberto Messias Franco, que é o Presidente do órgão, deu-nos a notícia bastante alvissareira de que a licença da instalação estará sendo liberada nos próximos 45 dias. Isso poderá demandar, naturalmente, a construção e a implantação da ferrovia que vai ligar Alto Araguaia a Rondonópolis, indo até Cuiabá.

Portanto, eu quero, desta tribuna, fazer os elogios ao Dr. Roberto Messias, que é o Presidente do Ibama, e ao Dr. Sebastião, que é Diretor da área de licenciamento daquele órgão. Trata-se de duas pessoas extremamente respeitosas, competentes, que me causaram muita surpresa. Até porque, tempo atrás, ir ao Ibama solicitar licença, Senador Wellington Salgado, para obras em qualquer parte deste País era um verdadeiro terror. Aqueles que estavam lá tinham como dogma que qualquer obra eventualmente do porte, da grandeza dessa Ferronorte, com certeza, traria algum impacto ambiental.

Portanto, está de parabéns o nosso Diretor do Ibama, Dr. Roberto Messias, como também o Dr. Sebastião Pires. Aqui, os nossos cumprimentos pela maneira gentil e, sobretudo, competente com que hoje tocam o Ibama a nível nacional.

Mas, Sr. Presidente, com a devida vénia e bondade de V. Ex^a, eu queria, nesta tarde, desta tribuna, fazer um pronunciamento em relação à questão das reservas indígenas em Mato Grosso. Eu estou encaminhando nesta data ao Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Justiça requerimento de informações a respeito da demarcação da terra indígena Kayabi, que abrange áreas dos

Municípios de Apiacás, no meu Estado de Mato Grosso, e de Jacareacanga, no vizinho Estado do Pará. Essa reserva, com a superfície de 1 milhão e 53 mil hectares e perímetro de 723 quilômetros, foi declarada de posse permanente dos grupos indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká, numa decisão controvértida, para dizer o mínimo, uma vez que diversos procedimentos imprescindíveis ao processo de demarcação da terra indígena foram simplesmente ignorados ou mesmo contrariados.

O reconhecimento formal de terras indígenas em nosso País obedece a um procedimento administrativo previsto pelo Estatuto do Índio, como é conhecida a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Obviamente, a matéria não escapou à Constituição Federal de 1988, em vigor, a qual, em seu art. 231, reconhece aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam; e que estabelece ser competência da União demarcar as terras dos índios, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

No caso da terra indígena Kayabi, a Portaria do Ministério da Justiça nº 1.149, de 2 de outubro de 2002, descumpre vários dos procedimentos previstos, além de contrariar dispositivos essenciais ao bom cumprimento do processo de demarcação. Aprovado pelo Despacho nº 28 da Presidência da Funai, de 23 de junho de 1999, somava 1 milhão 408 mil hectares – um disparate, como veremos a seguir. A Portaria nº 1.149 fixa uma área de 1 milhão e 53 mil hectares, conforme mencionei – ainda um disparate, em que pese ter reduzido ligeiramente a anomalia anterior, com o agravante de pôr à mostra a discrepância entre os dois atos normativos.

Na verdade, Sr. Presidente, o grupo indígena Kayabi fora contemplado muito tempo antes pelo Decreto nº 87.842, de 1982, com a demarcação de uma área de 117 mil 247 hectares no Município paraense de Itaituba. Mas, voltemos a portaria nº 1.149, objeto desse pronunciamento e do requerimento de informações, para demonstrar alguns vícios que a comprometem.

Há que se ressaltar, inicialmente, que o Relatório de identificação e Delimitação da Terra Indígena Kayabi, sobre ter ultrapassado os prazos fixados pelas Portarias nº 1.137/93 e nº 551/94, ambas da Funai, ignorou também as disposições do Decreto nº 1.775/96, que trata desse procedimento administrativo; e da Portaria nº 14/96, do Ministério da Justiça, que fixa as regras a serem observadas na elaboração desse documento. Em seu conjunto, esses diplomas estabelecem regras imprescindíveis para o processo de demarcação das terras indígenas, impondo investigar o alcance da ocupação de caráter tradicional; a existência de atividades produtivas na área a ser demarcada; a necessidade de preservação dos recursos naturais indispensáveis à sobrevivência; e a extensão da terra necessária à

reprodução física e cultural dos povos indígenas, segundo seus usos, costumes e tradições.

Tudo isso, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a lei sabiamente prevê, pois reconhece que o modo de vida, a cultura e principalmente a produção da subsistência dos povos indígenas requerem um tratamento diferenciado. O cidadão comum, integrado à sociedade contemporânea, consegue viver em apartamentos e tirar o seu sustento em atividades que não requerem grandes espaços. Assim, vemos um relojoeiro ou um técnico em eletrônica, que pode montar sua oficina numa pequena loja e dali prover o seu sustento e o da sua família; num exemplo ainda mais radical, podemos citar um operador de **telemarketing**, que garante a sua sobrevivência trabalhando num espaço ainda mais diminuto, pouco mais de um metro quadrado. Esse, decididamente, não é o caso do índio, eis que a Carta Magna, com sabedoria e sensibilidade, lhe garante o território e os recursos naturais adequados ao seu caráter nômade, ao seu sistema próprio de sobrevivência e ao seu estilo de vida.

A legislação brasileira, nesse aspecto, tem demonstrado grande acerto, e, se algum reparo lhe pode ser feito, talvez seja o da prodigalidade, antes que a mesquinharia.

Entretanto, o relatório do processo que culminou com o reconhecimento da terra indígena Kayabi não apresentou o levantamento fundiário obrigatório, nem a comprovação do registro da presença de índios na área delimitada, entre outros vícios. Assim, não se comprehende por que meios o Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kayabi ampliou, de forma tão estapafúrdia, os limites da reserva indígena, que se concentrava totalmente no Estado do Pará, de forma a agregar também terras do Município mato-grossense de Apiacás. Ao ampliar os limites da reserva, a Portaria nº 1.149 declara de posse permanente, para um grupo de 69 índios, que ocupa uma área de 117.250 hectares, uma área imensamente maior, de 1,53 milhão de hectares, a qual, na verdade, nunca foi por eles habitada de forma permanente, em tempo algum.

Compreende-se, assim, a indignação dos adquirentes dessas glebas, que, já em 1976, obtiveram formalmente uma certidão da Funai, reconhecendo não haver nelas qualquer aldeamento indígena.

Alegam os adquirentes, na liminar encaminhada à Justiça Federal, que as terras em questão foram compradas diretamente ao Estado do Mato Grosso. Entre outros documentos comprobatórios da ausência de aldeamento indígena no local, anexam documento do Ministério da Aeronáutica, que mantém na região o Campo de Provas Brigadeiro Velloso – atividade, aliás, incompatível com a proximidade de uma reserva indígena.

O documento diz textualmente:

Durante todos esses anos foram realizadas atividades de vigilância, varrendo a área por terra e com helicópteros, de um lado ao outro, de norte a sul, de leste a oeste, com poucos de verificação em clareiras e pesquisas dentro de todos os limites do campo de provas e nunca houve avistamento de um indígena ou de indícios de sua presença.

Portanto, não se justifica, sob qualquer aspecto, a expansão dos limites da reserva Kayabi, especialmente nos termos da Portaria nº 1.149, de 2002.

Ainda em favor dos legítimos proprietários das terras pesam os argumentos de conceituados juristas, como o do Professor Miguel Reale, que, em artigo publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, em 1992, já salientava:

Tudo depende do entendimento a ser dado à expressão ocupação permanente, a qual tem sido largamente compreendida a partir da afirmação de que se trata de gente nômade, acostumada a percorrer imensos territórios, o que nos conduz a exageros manifestos, confundindo-se ocupação permanente com ocupação eventual.

A esse respeito também se pronunciou o Ministro César Asfor Rocha, do Superior Tribunal de Justiça, ao proferir seu voto no Mandado de Segurança nº 1.856-2/DF:

É certo que o art. 231 da CF reconhece aos índios “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Todavia, para que a tal demarcação ocorra, é indispensável a constatação de um pressuposto, qual seja, a ocupação tradicional, vale dizer, a posse reconhecida, a habitação localizada e permanente de silvícolas. É preciso, pois, que a posse seja presente e tradicional, já que, se ainda não fosse, todo o território nacional poderia ser demarcado por ter sido, em certa época, todo de ocupação indígena.

Não bastasse, há jurisprudência favorável aos legítimos proprietários daquelas glebas, consubstanciada em súmula do Supremo Tribunal Federal, nos seguintes dizeres:

STF Súmula nº 650 – 24/09/2003 – Bens Públicos ou Particulares – Aldeamentos Extintos ou Terras Ocupadas por Indígenas em Passado Remoto. Os incisos I e XI do art. 20 da CF não alcançam terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto.

Uma reconsideração ou mesmo uma revogação da Portaria nº 1.141 representaria salvaguarda aos direitos dos proprietários daquelas terras, sem, contudo, causar prejuízo aos índios estabelecidos na reserva Kayabi. O Resumo do Relatório da Identificação e Delimitação da Terra Indígena Batelão, Sr. Presidente, informa que ali vivem 150 índios, perfeitamente acomodados numa área de 117 mil hectares. A Portaria nº 1.149, objeto deste pronunciamento, destina a 69 índios uma área dez vezes maior.

Não há, portanto, Sr. Presidente, para concluir, qualquer aspecto social a justificar tal medida, como não há também qualquer imposição de ordem jurídica, uma vez que o território por ela agregado à reserva Kayabi nunca foi efetivamente ocupado pelos indígenas.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, por estar convencido da justeza da reivindicação dos proprietários daquelas terras, que ali desenvolvem atividades de exploração florestal, agricultura, pecuária e ecoturismo, estou encaminhando ao Ministro Tarso Genro um requerimento de informações sobre o processo da demarcação da citada reserva. Ao mesmo tempo – e contando com o inestimável apoio de V. Ex's ao meu pleito –, faço um apelo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, para que a Portaria nº 1.149 seja revisada ou mesmo revogada, de forma a corrigir um procedimento equivocado e a restabelecer a prevalência da justiça.

Concluindo, Sr. Presidente, quero agradecer a bondade, a generosidade do Senador Paulo Paim, por ter feito a permuta. O Senador Paulo Paim é um grande Senador da República, que tem a minha admiração e certamente da maioria do povo brasileiro, uma vez que é um Senador operoso, competente, ético. S. Ex^a, acima de tudo, tem feito aqui um trabalho operoso na defesa dos aposentados, daqueles menos afortunados deste País.

Senador Paulo Paim, portanto, meu agradecimento, por me ter cedido a vez. Este meu pronunciamento não pode ficar em vão, Senador Mão Santa, porque, lamentavelmente, o que se propõe hoje, em termos de ampliação de reserva indígena, é impossível.

Ampliar a área de 119 mil hectares para um milhão de hectares vai deixar muitos trabalhadores, muitas pessoas que produzem em meu Estado à mercê da falta de um pedaço de terra para produzir, na medida em que basta a Funai baixar qualquer ato, para que não elas sejam mais proprietárias da área.

Portanto, peço que se cumpra a lei, o que está estabelecido na Constituição, acima de tudo, porque a matéria já está julgada e transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Este foi o Senador Jayme Campos, que representa o Democratas do Estado do Mato Grosso, mostrando as suas preocupações quanto à distribuição e à demarcação das terras indígenas, que ameaçam a produção de alimentos no seu Estado e no Brasil.

Convidamos para usar da palavra o Senador Paulo Paim, que representa o Estado do Rio Grande do Sul e que pertence ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Senador Jayme Campos, Senador Wellington Salgado, Senador Adelmir Santana, que chega aqui agora – sempre presente, tenho certeza de que amanhã também estará aqui, e eu estarei com V. Ex^a –, não poderia deixar de falar também, Senador Wellington Salgado, do lançamento do Governo Lula de um milhão de residências.

Quero pegar um enfoque, talvez, que não foi muito comentado – permitam-me usar esta expressão –: digamos que um milhão de residências em nosso País, se pegarmos pela ótica do emprego, gerem um emprego por residência; isso significa um milhão de novos empregos. É claro que gera muito mais do que um emprego cada residência.

Em um momento como esse em que há tanta demissão em nosso País; em um momento como esse, em que...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, peço desculpas por interrompê-lo. Quero apenas prorrogar a sessão por meia hora para V. Ex^a e algum orador que queira usar da palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Em um momento como esse, em que está havendo demissão nos mais variados setores, entendo, Senador Wellington Salgado, que foi uma bela iniciativa do Presidente Lula e da Ministra Dilma.

Eu estive olhando os dados e, vejam, serão investidos R\$34 bilhões, sendo R\$28 bilhões subsídios e R\$6 bilhões para financiamentos à infraestrutura e à cadeia produtiva.

Em relação às fontes, teremos R\$25,5 bilhões provenientes da União, R\$7,5 bilhões do FGTS e R\$1 bilhão do BNDES.

Segundo fontes também do Governo, no total de investimentos, podemos chegar a R\$60 bilhões de investimentos na economia. Eu não vou repetir os dados que todos os Senadores já fizeram aqui da tribuna, mas quero destacar com certeza absoluta de que esse movimento da construção de um milhão de casas vem aten-

der a uma demanda do conjunto da sociedade brasileira, principalmente às famílias de baixa renda.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que, de um milhão de casas, cerca de 500 mil serão destinadas para as pessoas de baixa renda. Famílias com renda entre três a seis salários mínimos terão um subsídio também para o custo final, e ainda será assegurada a participação direta do Fundo de Garantia. Nesse contexto, serão contempladas famílias que recebem entre seis e dez salários mínimos.

Enfim, entendo que é um projeto de envergadura. Duvido que alguém possa criticar essa iniciativa. Ela caminha além de assegurar a grande parte dos brasileiros o sonho do direito à casa própria; garante mais investimentos em cada município e, consequentemente, também no Estado; vai na linha da distribuição de renda e, como eu dizia antes, da questão do emprego.

Se levarmos em consideração a renda, dados do IBGE demonstram que na faixa de zero a três salários mínimos o déficit habitacional é de 90,9%; entre três a seis salários mínimos, 6,7%; e na faixa de seis a dez fica de 2,4%.

Observando as regiões, veremos que o sudeste do País possui o maior déficit habitacional, 36,4%, seguido pelo nordeste, com 34,3%, o sul: 12%, o norte com 10% e o centro-oeste, 7%.

Quero destacar que, seguindo o plano apresentado pelo Governo, o meu Estado, o Rio Grande do Sul, por exemplo, terá em torno de 51,7 mil novas casas, das 120 mil previstas para a Região Sul.

Acho justo o que a estimativa preliminar também prevê. Como a defasagem maior é no sudeste, para a Região Sudeste vão ser asseguradas em torno de 370 mil novas casas; para o Nordeste, em torno de 350 mil; para o Norte, 103 mil, e para o Centro-Oeste, em torno de 70 mil novas casas. Uma atitude digna de ser citada, porque sabemos que o sonho da casa própria é o sonho de todo brasileiro.

Sr. Presidente, fiz este registro rápido, dando aqui o meu testemunho da importância dessa obra no território nacional, tanto pelo campo da habitação, como pelo da distribuição de renda, pelo do fortalecimento da economia em cada município e, por fim, e naturalmente, pela fonte geradora de emprego.

Eu disse aqui, Senador Wellington, e repito, se gerasse um emprego somente, mas todos sabemos que vai gerar centenas de empregos por cada município, sem medo de errar, mais de dois milhões de novos empregos.

Por fim, Sr. Presidente, me permita destacar ainda: todos sabem o meu compromisso com os trabalhadores, com os aposentados, os pensionistas, os discriminados, que alguns dizem são as minorias. Eu discordo. Essas

minorias, somadas, com certeza, são a maioria do povo brasileiro. E eu não poderia deixar de, num momento como este, em que aqui eu falava das demissões, em que aqui eu falava – e dei destaque – no plano de habitação, pelo número de empregos que vai gerar, que estou preocupado com aqueles que são demitidos.

Por isso, Sr. Presidente, eu tenho um projeto, aqui no Congresso Nacional, que amplia o seguro-desemprego para doze meses. Acho que foi bom o Governo ter ampliado por mais dois meses, só lamento que foi para em torno de quinze setores. Acho que essa ampliação do seguro-desemprego teria que ser para todos os setores onde houve demissões.

Eu, particularmente, defendo a tese, que é adotado já em outros países, que o seguro-desemprego deveria ser de doze meses. Por isso, faço o apelo para que a Casa vote com rapidez o meu Projeto, que amplia o número de parcelas para todos os demitidos em relação ao chamado seguro-desemprego, que eu tive a alegria de ser um dos articuladores na redação final, ainda quando era Deputado, para garantir que o trabalhador do Brasil tivesse tal benefício.

Mas quero hoje falar de um outro projeto. Apresentei, anteontem, à Casa um projeto para regulamentar um artigo da Constituição sobre o aviso prévio proporcional.

Sr. Presidente, as inúmeras demissões ocorridas em função da crise levaram-me a refletir profundamente sobre a injustiça em relação ao prazo único de 30 dias do aviso prévio para o trabalhador.

Não é justo que o empregado que se dedicou a uma empresa por mais, digamos, de 5, 10, 15, 20 anos, de uma hora para outra seja demitido e receba um aviso prévio de 30 dias. Ele teria 30 dias, saindo um pouco mais cedo do emprego, para buscar um outro posto de trabalho, e num momento tão difícil como este. Por isso, trabalhei no texto constitucional. Fui buscar lá o art. 7º da Carta Magna, onde está previsto o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, com prazo mínimo de 30 dias. Aviso prévio de 30 dias é o mínimo.

Por isso, Sr. Presidente, apresentei uma proposta que regulamenta, de forma escalonada, um número maior de dias para o aviso prévio.

Conversei muito com o Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, o Juiz Renato Sant'Anna.

Com ele, junto com os seus auxiliares e o corpo técnico da Casa, elaboramos uma nova proposta. Foi com grande satisfação que essa proposta ficou pronta anteontem e me foi entregue pelo Presidente da Associação, Juiz Cláudio Montesso, a sugestão do projeto da regulamentação do aviso prévio proporcional.

O Projeto já está protocolado na Secretaria-Geral da Mesa e recebeu o número 112, de 2009.

O que diz esta nossa Proposta?

O Projeto diz que sejam estipulados prazos para o aviso, conforme o tempo de serviço do empregado em cada local de trabalho: 30 dias corridos, se o contratado estiver na empresa com menos de um ano; dois meses, 60 dias corridos, se o contratado estiver na empresa há mais de um ano e menos de cinco anos; 90 dias corridos, se o contratado estiver na empresa há mais de cinco e menos de 10 anos; 120 dias corridos, se o contratado estiver na empresa há mais de 10 anos e menos de 15 anos; e 180 dias corridos, se o contratado estiver naquele trabalho com mais de 15 anos.

Todos sabem que a dispensa do empregado é algo traumático, Senador Mão Santa e Senador Wellington Salgado de Oliveira, para toda a família. O desemprego afeta a autoestima provoca insegurança, abala a família, traz um sentimento de medo e até, eu diria, a vergonha de estar desempregado quando retorna a casa. Eu, que caminhei muito na época em que era metalúrgico, de chinelo de dedo, de sandália, na busca do emprego, sei o que é a fadiga da procura do emprego, a angústia, o nervosismo ao voltar para casa dizendo: Olha, não consegui nada.

Esse comportamento, Sr. Presidente, é uma compensação, para que, baseado na Carta Magna, o aviso prévio, conforme o número de anos de trabalho, possa ser de um mês, de dois meses, de três meses ou mesmo de quatro ou cinco meses.

Quero ainda dizer, Sr. Presidente, que comportamentos de compensação aumentam, quando o cidadão está desempregado – isso está comprovado – o consumo do álcool, tabaco ou tranquilizantes, provocando efeitos sociais drásticos junto à família.

Sabemos que quanto mais baixa a autoestima maior é a tendência de as pessoas mergulharem em depressão.

O aviso prévio mais prolongado, é bom que eu diga aqui aviso prévio prolongado trabalhando; ele fica trabalhando. Não estou propondo que ele fique três, quatro, cinco meses... Digamos que ele tenha, como eu propus, 15 anos de trabalho. Que ele seja comunicado de que recebeu o aviso prévio e, durante os próximos meses, ele vai continuar trabalhando, sabendo que, depois daquele período, ele vai ser afastado. É para que nesse espaço de tempo ele possa procurar um outro emprego.

Sr. Presidente, para que ninguém diga que eu apresentei o projeto e ele foi aprovado do dia para noite aqui com os Senadores, ontem, aprovei um requerimento na Comissão de Assuntos Sociais para instruir, mediante audiência pública, o PL que aqui apresentei. Vou chamar as centrais, os empresários, o Ministério

do Trabalho, para discutir amplamente este projeto que regulamenta o aviso prévio proporcional.

Também na mesma audiência pública, quero discutir um outro projeto de minha autoria, que é o 294, de 2008, que trata do adicional de insalubridade. A decisão tomada pelo Judiciário de que o adicional de insalubridade não pode incidir sobre o salário mínimo – deveria ser sobre a remuneração; infelizmente, o setor empresarial conseguiu uma liminar que não pode ser também sobre a remuneração – criou um espaço vazio, e o adicional de insalubridade não pode ser cobrado nem sobre o mínimo e nem sobre a remuneração. Também entrei com projeto já em 2008 para regulamentar essa questão. Espero que nessa audiência pública se construa o entendimento entre empresários e trabalhadores, tanto no aviso prévio proporcional como sobre a base de cálculo para o pagamento da insalubridade.

Senador Mão Santa, eu, depois de ser metalúrgico, fui matrizeiro, fui marceneiro, enfim, também atuei na área da segurança do trabalho, porque alguém pode dizer que não é o adicional de insalubridade que vai resolver a questão da segurança do trabalhador em desenvolver a sua atividade em ambientes poluídos. Pois bem, o adicional de insalubridade é uma pena que aquele que gera a poluição terá de pagar para o trabalhador pelas doenças causadas pela poluição. Ou ele elimina a área insalubre, perigosa ou penosa, ou terá que pagar, sim, um adicional.

Quero dizer que, para essa audiência pública, nós convidamos representantes do Governo – como eu dizia, na figura do Ministro do

Trabalho –, da Anamatra, as centrais sindicais, as confederações sindicais, as federações sindicais e a CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Os dois assuntos propostos no requerimento são de extrema importância, no meu entendimento, tanto para assegurar – repito – a regulamentação definitiva do aviso prévio proporcional, como também para, de uma vez por todas, definir qual será a base de cálculo para o adicional de insalubridade.

Sr. Presidente, termino e agradeço a V. Ex^a, na certeza de que essa minha fala, neste fim de tarde de quinta-feira, tratou de três temas – para mim, os três de suma importância. Além de combater a crise habitacional, o projeto do Governo lançado “Minha casa, minha vida”, um milhão de casas, com certeza, milhões de novos empregos, vai na linha de fortalecer o mercado interno, gerar mais emprego e garantir a residência, é claro, para o nosso povo, principalmente para os mais pobres. O segundo também vai na linha de que, na hora de demitir, haja um aviso prévio superior a 30 dias, proporcional, naturalmente, ao tempo de trabalho. E o terceiro, que eu agora terminei de defender, é esse

que trata de ter uma base de cálculo definida para se calcular o adicional de insalubridade.

Era isso, Senador Mão Santa. Agradeço a V. Ex^a. Amanhã, estaremos aqui novamente na tribuna a partir das 9h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, atentamente estava ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a e o plano de um milhão de casas.

Deus já me permitiu ver que um governante fez mil casas em uma dia, o Iris Rezende, Governador, num mutirão. Eu fui lá e aprendi.

Quando governei o Piauí, fiz 40 mil casas populares. O Piauí tem 3 milhões de habitantes, representando 1,5% da população do Brasil, não chegando a 2%. Então, nas devidas proporções – sei que é um marco, dá emprego e é bom –, não é grande coisa, não. Nas devidas proporções, ele tinha de fazer 2,5 milhões desses números, mas é um passo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É um passo nosso e cria emprego. Agora, o Brasil está acostumado a esses programas que acabei de citar.

Nossos cumprimentos.

Pela ordem, a Senadora Fátima Cleide, também do Partido dos Trabalhadores, que representa Rondônia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço, Senador Mão Santa. Tenho certeza de que essa obra, para mim importantíssima, de um milhão de novas residências... Cheguei a dizer, Senadora Fátima Cleide, que, se cada casa gerasse um emprego, já seriam um milhão de novos empregos. Esse projeto é fundamental neste momento, mas tenho certeza de que outros milhões de casas haveremos de construir juntos, numa parceria Congresso Nacional, Orçamento e Executivo.

Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A caminhada começa com um passo. O déficit habitacional do nosso País é de oito milhões de casas.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, inicialmente, ressalto o brilhantismo do pronunciamento do Senador Paulo Paim. Faço minhas as suas palavras no que diz respeito ao novo plano habitacional, lançado no dia de ontem pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, algumas pessoas têm dito da impossibilidade de construir um milhão de casas. Eu queria dizer que, somente na zona rural deste País, nos últimos anos, mais de 350 mil casas foram construídas com recurso do Governo Federal, pelo programa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

– INCRA. Então, não é difícil esse programa, que envolve uma política federal, mas que conta também com a participação de Estados e de Municípios.

Sr. Presidente, venho ao plenário do Senado Federal, neste final de tarde de quinta-feira, para fazer um registro que considero da maior importância para meu Estado de Rondônia e, principalmente, para meu Município, a capital, a cidade de Porto Velho.

Registro que estão aqui acompanhando a sessão, na tribuna de honra, o Prefeito Roberto Sobrinho, Prefeito da Capital, Porto Velho, e os Vereadores Bengala e José Wildes. Estamos chegando, Sr. Presidente, de uma audiência com o Ministro Carlos Minc, no Ministério do Meio Ambiente, da qual participaram também o Deputado Estadual Maurão de Carvalho, representantes dos moradores da Floresta Nacional – FLONA, Bom Futuro, do Rio Pardo e do Marco Azul, representantes da Prefeitura de Alto Paraíso e o Prefeito Elcio, do Município de Buritis. Lá discutímos esse problema que, no nosso Estado, tem causado muita polêmica e tem gerado também, Sr. Presidente, vários discursos na linha do terrorismo.

No Estado, haverá uma operação que, há muito tempo, vem sendo divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente, que é a desintrusão da Flona Bom Futuro. Agora, tivemos a certeza – a palavra foi dada pelo Ministro Carlos Minc e por seus técnicos – de que ninguém sairá da Flona Bom Futuro. O que haverá com a operação que ocorrerá pelo Governo Federal na Flona Bom Futuro, no Rio Pardo, será uma mudança de atividade econômica, isto é, serão implementadas barreiras do Instituto Chico Mendes, do Ibama, com a Polícia Federal e com o Exército, para proibir, Sr. Presidente, a instalação ilegal de madeira da Floresta Bom Futuro, com um prazo de seis meses para a retirada do gado, começando por aqueles produtores que têm um maior número de cabeças de boi, de vaca, naquela localidade. Em momento algum, haverá a retirada das pessoas que ocupam aquela área por mais de dez anos, por quinze anos – alguns estão lá há vinte anos –, produzindo, além do leite, café, milho, arroz e outros produtos da agricultura familiar. O Ministério do Meio Ambiente, por meio do seu serviço de informações, por meio do Governo Federal, já tem o quadro, o retrato fiel daquela área.

Sr. Presidente, neste momento, eu só queria fazer o registro dessa importante audiência no Ministério do Meio Ambiente e dizer do empenho do Prefeito Roberto Sobrinho e dos Vereadores de Porto Velho, que nos acompanharam na audiência. É preciso que haja a resolução desse problema da forma mais harmoniosa possível.

Foi nos garantido também pelo Ministro Carlos Minc que um projeto de desenvolvimento sustentável será realizado naquela área. Portanto, Sr. Presidente, saúdo o Ministro Carlos Minc pela iniciativa de promover o desen-

volvimento sustentável. Quiçá, naquela área, haja uma nova oportunidade! Sou daquelas que acreditam que, a cada crise, temos uma nova oportunidade. E, com certeza, teremos a oportunidade de construir um novo modelo, e as pessoas que ali estão, como ocupantes irregulares daquela área, não terão de dela sair, mas poderão, sim, modificar seu modo de produção, preservando o meio ambiente, fazendo reflorestamento e também recebendo do Poder Público o pagamento pelos serviços ambientais prestados naquela localidade.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer, Senador Mão Santa.

Desejo também, nesta oportunidade, fazer outro registro que considero de grande importância e um agradecimento especial. Quero agradecer ao Presidente José Sarney, que atendeu a uma solicitação minha e do Senador Valdir Raupp nesta semana e que recebeu um grupo de sindicalistas do meu Estado, que vieram tratar, Sr. Presidente, de uma proposta legislativa de minha autoria, que é a Proposta de Emenda Constitucional nº 483, que está na Câmara Federal. O Presidente José Sarney recebeu nossos sindicalistas e se comprometeu a ajudá-los junto ao Presidente da Câmara, Michel Temmer, para que essa matéria pudesse ser o mais rapidamente possível apreciada pelo Plenário da Câmara Federal, uma vez que já está pronta para ser votada.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer também que o Presidente Lula, quando de sua visita, no dia 12 de março, à minha Cidade de Porto Velho, às duas obras de maior impacto do setor elétrico no País, que são as hidroelétricas de Jirau e Santo Antônio, recebeu o Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Itamar; a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Cláudia; e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Justiça, o Israel, juntamente comigo, com o nosso companheiro Deputado Eduardo Valverde, com a Deputada Marinha Raupp, com o Senador Valdir Raupp e com o Deputado Mauro Nazif. Naquele dia, o Presidente Lula nos solicitou que formássemos uma comissão composta por dois Deputados, por dois Senadores e por dois sindicalistas, para que tivéssemos uma reunião específica com Sua Excelência e com o Ministro do Planejamento, para que eles entendesse um pouco melhor essa matéria de que trata a PEC nº 483, cujo sentido é fazer a transposição dos servidores públicos do Estado de Rondônia, que trabalharam no Estado, nos dez primeiros anos, para a folha de pagamento da União, fazendo, dessa forma, com que o Estado de Rondônia tenha garantido o direito de isonomia com os Estados de Roraima e do Amapá, que, por uma decisão do Congresso Nacional, entre 1996 e 1998, passaram a ter esse benefício, o que faz com que o Estado de Rondônia tenha um prejuízo econômico muito grande.

em relação a esses dois outros Estados que tiveram a mesma condição, a de ser ex-territórios.

Portanto, Senador Mão Santa, são notícias que me alegram dar ao Senado Federal. Posso dizer que a gente fecha esta semana legislativa com boas notícias para o Estado de Rondônia, com a perspectiva de andamento da proposta de emenda constitucional de minha autoria na Câmara Federal. Também há a boa notícia de que o Ministério do Meio Ambiente, juntamente com a Comunidade da Flona Bom Futuro, com os prefeitos do entorno, capitaneados pelo Prefeito Roberto Sobrinho, irá fazer com que um problema que temos hoje, que é a ocupação ilegal de uma reserva, de uma floresta nacional, transforme-se em grande oportunidade de desenvolvimento para aquela comunidade. As pessoas ficam dentro da floresta, mas produzindo de forma a respeitar o meio ambiente, objetivamente produzindo dentro das linhas gerais de um programa de desenvolvimento sustentável.

Era isso que eu queria registrar, Sr. Presidente.

Agradeço-lhe a benevolência com o tempo e desejo a todos os nossos telespectadores um bom fim de semana!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acabamos de ouvir a Senadora Fátima Cleide, que é professora e que representa com grandeza seu Estado, Rondônia, acompanhada de fortes lideranças, prefeitos e vereadores. S. Ex^a, como sempre, mostra suas ações em defesa do meio ambiente e da produção no seu Estado.

Antes de terminar, lamento, mas tenho de fazer um apelo a S. Ex^a, o Governador do Estado. Recebi correspondência de um jornalista da cidade de Parnaíba, Carlson Pessoa; uma correspondência do Presidente do Rotary Club, Renato Bacelar; uma correspondência de um líder médico, político, Professor Valdir Aragão, que foi um dos fundadores da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), na cidade de Parnaíba, dos cursos de Odontologia e de Enfermagem, do jornal **Folha do Brasil** editado; e correspondências dos Deputados Moraes de Souza Filho e Tererê. Eles lamentam por que não entendem como o Governo do Estado pretende acabar com a Academia da Polícia Militar em Parnaíba. Recebemos informações do radialista Carlson Pessoa, que diz que eles estão com uma proposta de criar no local um centro de reabilitação para dependentes químicos.

É com muita tristeza que leio isso, porque, quando eu governava o Estado do Piauí, em 2000, naquele época, representando a euforia, o entusiasmo pelo engrandecimento e o progresso por que o Piauí passava, a Uespi cresceu muito. Das dez melhores universidades do nosso País, sete eram privadas e três eram públicas. A terceira melhor universidade pública e a que mais se desenvolveu no Brasil foi a Uespi. Era

comum que mais de sessenta mil brasileiros fossem ao Piauí para tentar passar no vestibular e ingressar na Uespi, para serem doutores. Era um dos maiores vestibulares do País. A Uespi oferecia treze mil vagas. De repente, no governo do Partido dos Trabalhadores, o número de vagas oferecidas aos pobres, àqueles que não têm dinheiro para freqüentar as faculdades particulares, é reduzido a um quarto.

Lamentamos, depois da decadência que sofre o povo do Piauí, que a Faculdade da Polícia Militar, há alguns anos, não faça vestibular. Agora, o prejuízo é de tal monta, que Parnaíba foi transformada em cidade universitária. E a Academia da Polícia Militar funcionava muito bem, de tal maneira que outros Estados que não tinham Academia de Polícia, como o Amapá, Rondônia e Roraima, mandavam os soldados se tornarem oficiais na Academia de Polícia da Parnaíba, que era formada em parceria com a Uespi.

Então, fazemos um apelo. Aquela Academia já tinha formado mais de 176 oficiais. E, no passado, o Piauí só formava cabo. Então, foi um avanço cultural. As sociedades parnaibana e piauiense lamentam e criticam essa ação por que é suprimindo o Centro de Formação de Oficiais da Polícia Militar. E o Governo pretende diminuir o índice de violência com o combate ao tráfico de entorpecentes.

Então, fazemos um apelo aqui aos que dirigem a Uespi no sentido de que evitem o fechamento da Academia Policial da Parnaíba.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 325, DE 2009
REQUERIMENTO N° 7, DE 2009 – CRA

Solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre créditos tributários.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos regimentais, observando-se estritamente o prazo estipulado pela Constituição Federal sob pena de crime de responsabilidade, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda, na condição de representante do governo no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e a Secretaria da Receita Federal, informações sobre os créditos tributários dos Frigoríficos instalados no país, principalmente daquelas empresas que pleitearam recuperação judicial, verificando a possibilidade de utilização desses créditos para pagamento aos credores pecuaristas dessas empresas.

Justificação

Segundo competência constitucional cabe ao Senado, casa representativa dos Estados, fiscalizar as ações do Poder Executivo, com acompanhamento as ações oficiais, planos e projetos em relação às diferentes regiões do País.

O requerimento que ora formulo ao Ministro da Fazenda objetiva reunir subsídios para eventuais medidas no âmbito do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, – Senadora **Kátia Abreu** – Senador **Heráclito Fortes** – Senador **Flexa Ribeiro** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Expedito Júnior** – Senador **Valdir Raupp** – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Valter Pereira**, Presidente-CRS – Senador **Augusto Botelho** – Senador **Pedro Simon**.

REQUERIMENTO N° 326, DE 2009

Requeiro, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça as informações discriminadas abaixo sobre os procedimentos que resultaram na edição da Portaria nº 1.149, de 2 de outubro de 2002. A mencionada portaria refere-se à declaração de posse permanente da Terra Indígena Kayabi aos grupos Kayabi, Munduruku e Apiaká, com superfície e perímetro aproximados de 1.053.000 ha (um milhão e cinquenta e três mil hectares) e 723 km (setecentos e vinte e três quilômetros) respectivamente. São as seguintes as informações requeridas:

1. Esclarecimentos sobre a divergência dos dados inscritos no Despacho nº 28 da Presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), de 23 de junho de 1999, e na Portaria do Ministro da Justiça nº 1.149, editada em 2 de outubro de 2002 (o primeiro estabelece uma área indígena de 1.408.000 hectares e a segunda, uma área de 1.053.000 hectares).

2. Prazos estabelecidos para as diversas etapas do processo e datas de conclusão dessas.

3. Detalhamento dos procedimentos administrativos que levaram à declaração de posse da Terra Indígena Kayabi.

4. Detalhamento do relatório da antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues que culminou com a alteração dos limites anteriormente estabelecidos para a referida Terra Indígena.

5. Detalhamento do levantamento fundiário realizado.

Justificação

Desde 1973, quando foi editado o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973), o reconhe-

cimento formal das terras indígenas, no Brasil, passou a obedecer a um procedimento administrativo. Tal procedimento estipula as etapas do processo de demarcação, sendo regulado por decreto do Executivo. Ocorre que, no decorrer dos anos, a sistemática de demarcação das terras indígenas no Brasil sofreu seguidas modificações.

Ocorre também que a própria Constituição Federal, que data de 1988, trata do tema. Em seu art. 231, reconhece aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. A Carta Magna ainda estabelece que compete à União demarcar as terras dos índios, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Observe-se, assim, que, para implementar a demarcação, é imprescindível seguir regras. É, sim, indispensável investigar o alcance da ocupação de caráter tradicional; a existência de atividades produtivas na área; a necessidade de preservação dos recursos naturais indispensáveis para a sobrevivência do povo indígena; e a extensão de terra necessária à sua reprodução física e cultural segundo seus usos, costumes e tradições.

Dessa forma, para se chegar à homologação de uma terra indígena, é imperioso que se cumpram determinadas etapas que se iniciam com diversos estudos e a elaboração do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena.

Ocorre que há indícios de que o processo que culminou com a homologação da Terra Indígena Kayabi não seguiu seu curso normal: os prazos foram descumpridos, o relatório não apresentou o levantamento fundiário obrigatório e o parecer técnico destacou a ausência de comprovação do registro da presença de índios na área delimitada, entre outras questões.

Nesse sentido, na obrigação de fazer cumprir o papel fiscalizador desta Casa, solicito que sejam requeridas algumas informações ao Senhor Ministro da Justiça que possibilitem avaliar a lisura do processo que culminou com a homologação da Terra Indígena Kayabi.

Certos de serem as respostas a este requerimento indispensáveis para que o Senado Federal tome ciência do fiel cumprimento das normas que regem a homologação de terras indígenas no País, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares a nossa proposta.

Sala das Sessões, 26 de março de 2009. – Senador **Jayme Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores João Tenório, Arthur Virgílio, Mário Couto e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, § 2º, do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna pedir a atenção e, sobretudo, o apoio de todos os meus Pares para a aprovação, o quanto antes, da Proposta de Emenda nº 4, de 2009, que apresentei à Casa na quinta-feira passada.

Trata-se de proposição cujo objetivo é garantir que Estados e Municípios sejam compensados financeiramente sempre que a União promova isenções ou reduções de alíquotas nos Impostos que compõem os Fundos de Participação Estadual e Municipal.

Dessa forma, se a União conceder benefícios fiscais no Imposto sobre a Renda (IR) e no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ficará obrigada a compensar, anualmente, as perdas de arrecadação devidas aos Estados e Municípios.

Sras e Srs. Senadores, tenho a convicção de que a melhor forma de tratar desse assunto seria no bojo de uma Reforma Tributária. No entanto, é do conhecimento geral que, infelizmente, embora aparentemente todos no Congresso defendam sua realização, o Parlamento brasileiro não consegue votar a Reforma do Sistema Tributário Nacional.

Sendo assim, e sabendo da gravíssima situação fiscal em que se encontra a maioria dos Estados e Municípios do País, apresentei a PEC nº 4, entendendo que pelo menos nesse tema particular, mesmo estando relacionado ao nosso sistema tributário, o Congresso Nacional possa oferecer a resposta adequada à sociedade brasileira.

Já há algum tempo temos visto o Executivo Federal conceder benefícios tributários através do IPI e do IR. Essa prática tem resultado em perdas significativas no volume de recursos destinados ao FPE e ao FPM. Vale lembrar a recente redução do IPI sobre automóveis, que se mostrou muito positiva para o setor produtivo, mas tem causado graves problemas para os orçamentos municipais em todo País.

Do lado das despesas, tornando ainda maiores as dificuldades enfrentadas pela grande maioria dos Municípios brasileiros, o Governo Federal vem elevando de forma justa, porém muito impactante para os cofres dos demais entes federados, o salário mínimo.

O fato é que devido às reduções de receitas e aos aumentos de despesas e responsabilidades, a maioria dos Municípios do Brasil, e em especial os Municípios do meu Nordeste, estão quebrados.

Tal situação deve-se em grande parte à sistemática atual de tributação que vem permitindo a União aumentar muito a participação dos tributos não compartilhados na arrecadação total.

Em 1988, após a promulgação da Constituição Federal, as receitas compartilhadas representavam 76,2% da arrecadação total administrada pela Receita Federal do Brasil contra 23,8% de receitas não compartilhadas.

Ao final de 2008, o perfil mudou. Excluindo-se as receitas previdenciárias, no ano passado, as receitas compartilhadas representaram apenas 49,4% do total administrado pela Receita, contra 50,6% de arrecadação não compartilhada.

Fica evidente a concentração da arrecadação no Poder Executivo Federal. E mais grave ainda é constatar que, invariavelmente, quando pretende incentivar setores ou grupos por meio de desoneração tributária, a União o faz, quase sempre, pelas reduções no IR e no IPI que são compartilhados com os demais entes federados. Aliás, esse procedimento vem sendo conhecido como “bondade com chapéu alheio”.

Por todos estes motivos e sobretudo levando em consideração o estado de calamidade enfrentado pela maioria dos Municípios deste país, peço o apoio de todas as Sras e todos os Srs. Senadores para aprovação desta PEC com a maior celeridade possível. Vamos acabar com a “bondade com chapéu alheio” de uma vez por todas!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar matéria intitulada “Biodiversidade a serviço da saúde”, publicada pelo jornal **A Crítica**, em sua edição de 8 de fevereiro do corrente.

A referida matéria destaca a importância da biodiversidade da Amazônia, destacando que a região tem mais de dez mil plantas que possuem princípios ativos que podem ser utilizados na área medicinal, de cosméticos e no controle de pragas.

Ainda segundo a matéria, toda essa biodiversidade pode se tornar uma atividade econômica importante para a população da floresta, gerando empregos e renda, desde que sua exploração seja feita de forma correta.

Sr. Presidente, pela oportunidade do assunto, requeiro que a matéria acima citada seja considerada, na íntegra, como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

BIODIVERSIDADE A SERVIÇO DA SAÚDE

Amazônia tem mais de dez mil plantas com potencial na área da medicina, cosméticos e controle de pragas

CARLOS ALBUQUERQUE
DA AGENCIA O GLOBO

Açaí, araçá, babaçu, bacuri, biritiba, breu branco, buriti, buriti-rana, cacau, caruru-camu, canarana, castanha-do-Brasil, cupuaçu, graviola, jambu, pitanga, pupunha, sapota, taperebá, urubu, unha-de-gato, uxi e zingiber. Essas são algumas das mais de dez mil plantas da Amazônia – região de notória biodiversidade – que possuem princípios ativos que podem ser utilizados na área medicinal, de cosméticos e no controle de pragas. Desses, 300 já foram catalogadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCT). Os dados também constam do Plano de Amazônia Sustentável (PAS), lançado pelo governo no ano passado, que faz uma análise detalhada do potencial desses produtos.

Diversidade

Traduzindo: exploração sustentável de uma região que abriga outras 300 espécies de frutas comestíveis e uma rica fauna silvestre. Ao todo, a Amazônia possui cerca de 30 mil espécies de plantas superiores. Para o pes-

quisador Juan Revilla Corderas, que trabalha no Inpa, em Manaus, tamanha riqueza precisa ser explorada de forma racional e profissional. "A diversidade da Amazônia é conhecida. O que precisamos é transformar esse conhecimento em uma produção rentável, sem que isso signifique devastação ou prejuízo para as populações locais", diz ele, que é autor do livro "Plantas da Amazônia – Oportunidades Econômicas e Sustentáveis".

Para o pesquisador, essa flora – principalmente as plantas de uso medicinal – pode se tornar uma atividade econômica para a população da floresta, gerando empregos e renda, desde que sua exploração seja feita de forma correta. "O país tem todas as condições para transformar as plantas com atividade terapêutica em produtos farmacêuticos rentáveis de forma eficaz", assegura Corderas. "Temos a matéria-prima e as comunidades estão mais conscientes desse potencial. O problema é que tudo isto está só no papel. Precisamos passar para a prática, para a produção. Falta um pouco mais da confiança dos empresários para investir nesta área e esta confiança só pode ser dada pelo governo".

A indústria tem interesse na descoberta dos princípios ativos dessas plantas, por meio do valor que pode ser reproduzido em laboratório. "A partir daí, a planta não é mais necessária", explica. "Quando a empresa está fora do Brasil, isso pode ser um grande problema. Mas a indústria brasileira pode fazer esse trabalho, de forma completa, desde que coloquemos nossos conhecimentos científicos a seu favor. O governo deve ser intermediário desse processo".

Exemplos

No livro "Plantas da Amazônia - Oportunidades Econômicas e Sustentáveis", o pesquisador do Inpa/MCT, Juan Revilla Corderas enumera 72 espécies com aplicações nessas áreas. Abaixo, alguns desses exemplos da rica biodiversidade da região amazônica, comentados pelo especialista:

→ BREU BRANCO: "Os índios queimam pedaços do breu branco e sua fumaça atua, como, repelente de mosquitos. A andiroba tem utilidade semelhante".

→ CANARANA: "Usa-se a folha como solvente, para afinar o sangue. É útil para infecções renais".

→ CAMU-CAMU: "É uma espécie de parente da goiaba. Cresce nas margens do Rio Solimões e afluentes. Tem alto teor de vitamina C".

→ CASTANHA DO BRASIL: "Seu óleo pode ser usado em diversos cosméticos, como cremes e pomadas".

→ CUPUAÇU: "Dele se extrai manteiga e se produz uma espécie única de chocolate. Na região, ele é chamado de cupulate".

→ PUPUNHA: "Tem abundância de vitamina A, mais até do que a cenoura".

→ UNHA-DE-GATO: "Fortalece o sistema imunológico e tem ação anti-inflamatória, assim como o ipê roxo".

→ ZINGIBER: "Sua raiz está sendo estudada para a utilização no tratamento do câncer. Porém, ainda faltam mais pesquisas da planta".

Joenac A críticA, 8 de fevereiro de 2009

Senador Arthur Viegas

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Bons conselhos para o governo", publicada pela revista **Exame**, em sua edição de 28 de janeiro de 2009.

A matéria destaca como um grupo de executivos está ajudando o Estado de Minas Gerais a melhorar problemas críticos, como a segurança pública.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GESTÃO parceria

Bons conselhos para o governo

Como um grupo de executivos está ajudando o estado de Minas Gerais a melhorar problemas críticos, como a segurança pública

DANIELA NAHASS

O executivo paulista Cledorvino Belini organizou uma visita inusitada no final de 2008. Presidente da Fiat no Brasil, Belini convocou outros 12 presidentes de empresas com atuação em Minas Gerais para conhecer um presídio localizado no município de Nova Lima, a poucos quilômetros de Belo Horizonte. Eles passaram uma manhã no local, acompanhando cursos técnicos realizados pelos detentos e conversando com alguns dos participantes. A programação nada convencional é uma das atividades mais recentes desse grupo de executivos, que se formou no final de 2006 como uma espécie de fórum de ideias e discussões para ajudar o governo estadual a melhorar a eficiência em áreas críticas, como segurança e educação. Como resultado da visita, as 13 empresas envolvidas — que faturaram juntas cerca de 80 bilhões de reais — assumiram o compromisso de contratar 400 ex-detentos neste ano. A primeira a colocar a decisão em prática foi a Usiminas, que já selecionou 12 deles até agora. “É a maneira que encontramos de não apenas discutir os problemas do país mas também de participar da solução”, diz Marco Antônio Castello Branco, presidente da Usiminas.

A iniciativa dos executivos de Minas Gerais vem se somar a outros movimentos que pretendem aproveitar a experiência de empresas privadas no governo. O mais tradicional deles é o liderado pelo empresário Jorge Gerdau, presidente do conselho da

siderúrgica Gerdau, que nos últimos anos empreendeu uma cruzada para levar conceitos de eficiência de gestão à esfera pública em todo o país. Como um missionário, Gerdau vem convencendo governadores de diversos estados a incorporar elementos da cultura empresarial — sobretudo amplos programas de redução de custos. O grupo mineiro de presidentes de empresas, sem vínculos com nenhuma outra associação do gênero, tem o objetivo de atuar em questões mais específicas, como no caso da contratação de ex-detentos. “Nossa maior colaboração são nosso tempo e nosso conhecimento, além da capacidade de mobilização”, afirma Robson Andrade, presidente da fabricante de equipamentos industriais Orteng e idealizador do grupo.

Desde o início, as discussões são mediadas pela psicóloga e doutora em administração Betânia Tanure, especialista em comportamento organizacional da Fundação Dom Cabral. “Isso foi importante para dar um caráter neutro às discussões e para que ninguém se sentisse dono do grupo”, diz Andrade. Betânia entrevistou pessoalmente vários presidentes de empresas e selecionou aqueles que estavam dispostos a ceder parte de seu tempo e de sua experiência em gestão. A hierarquia dos temas a ser trabalhados veio por consenso — e ficou decidido que segurança seria a prioridade. Para colocar as ideias em prática, o grupo resolveu fundar em 2007 a ONG Instituto Minas pela Paz. Por meio da estru-

tura da ONG, que hoje conta com outras 23 empresas associadas (como Cemig e Localiza), o grupo de executivos está implantando um sistema de denúncias unificadas em todo o estado, a exemplo do que ocorre em São Paulo desde 2000.

Após um ano de funcionamento em Belo Horizonte, o Disque-Denúncia recebeu cerca de 930 000 chamadas, que resultaram em 2 384 prisões em flagrante e 526 armas e 1 966 quilos de drogas apreendidos. O Disque-Denúncia já está em funcionamento em 34 municípios mineiros e deve ser estendido a outras cinco cidades até o final do primeiro semestre. A central de atendimento unificada é formada por 60 profissionais treinados, que se revezam para conectar a população à polícia a qualquer hora do dia e da noite. “É uma mudança de paradigma, um avanço na segurança pública, que está sendo vista como uma responsabilidade de toda a sociedade, e não apenas do governo”, afirma o secretário de Defesa Social de Minas Gerais, Maurício Campos Júnior, que já participou de diversas reuniões do grupo.

Com o avanço na área de segurança, o grupo agora quer ajudar o governo a melhorar a qualidade do ensino no estado. Para isso, está finalizando o projeto de um curso de qualificação para 4 000 diretores de escolas estaduais de Minas Gerais. A previsão é que o estudo seja concluído em fevereiro — e logo em seguida apresentado ao governo. “É algo que no longo prazo fará diferença para as próprias empresas envolvidas”, afirma Belini. ■

Muito além do bate-papo

Como funciona a parceria entre os executivos e o governo mineiro

QUEM PARTICIPA

Treze presidentes de empresas com negócios no estado: Algar, AleSat, Andrade Gutierrez, AngloGold Ashanti, Cedro Cachoeira, Cenibra, Fiat, Gerdau, Sadia, Samarco, Usiminas, Vallourec Mannesmann e Votorantim Metais

O QUE ELES FAZEM

Reúnem-se a cada dois meses para discutir soluções para três áreas prioritárias: segurança, infraestrutura e educação. As ideias depois são levadas a representantes do governo do estado

RESULTADOS

O grupo ajudou a criar um sistema de disque-denúncia para a polícia. Em seu primeiro ano de funcionamento, resultou em 2 384 prisões — além da apreensão de 526 armas e de 1 966 quilos de drogas. Os executivos também firmaram um acordo para a contratação de 400 ex-detentos

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Evento de 2009 tenta ser o mais importante da história do Fórum”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, de 28 de janeiro de 2009.

A matéria destaca que o Fórum Econômico Mundial de 2009, que começa hoje, em Davos, na Suíça, apressou-se em desmentir quem previu a decadência deste encontro da elite da globalização, na esteira do cataclismo econômico e financeiro que atingiu o mundo a partir de setembro do ano passado. “O encontro de

2009 promete ser um dos mais importantes na história do Fórum”, diz o comunicado do evento.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Evento de 2009 tenta ser o mais importante da história do Fórum

Crise econômica mundial é o tema dominante de vários debates, que contarão com a participação recorde de chefes de Estado e de governo

Fernando Dantas
ENVIADO ESPECIAL
DAVOS

O Fórum Econômico Mundial de 2009, que começa hoje, em Davos, na Suíça, apressou-se em desmentir quem previu a decadência deste encontro da elite da globalização, na esteira do cataclismo econômico e financeiro que atingiu o mundo a partir de setembro do ano passado. “O encontro de 2009 promete ser um dos mais importantes na história do Fórum”, diz o comunicado do evento.

Uma análise cuidadosa do programa e dos participantes revela que, tirando certo exagero, o Fórum de Davos de 2009 de fato não fica a dever aos encontros do passado. O tema omnipresente é a crise, levando a debates com nomes curiosos e sintomáticos como “Os Valores por detrás do Capitalismo de Mercado” e “Morte do Consenso de Washington” (com interrogatório, naturalmente). O Fórum de Davos é realizado há 38 anos nessa pequena cidade alpina da Suíça.

O encontro de 2009 tem uma participação impressionante de chefes de Estado e de governo, e hoje, dia de abertura, já há uma entrevista de Wen Jiabao, premiê da China, por Klaus Schwab, o presidente do Fórum, e um discurso de Vladimir Putin, primeiro-ministro da Rússia, na abertura da sessão plenária. Na sequência, Putin participa de uma discussão com membros do Conselho do Fórum Econômico Mundial, entre os quais Michael Dell, presidente e fundador da Dell Computers, e o brasileiro Carlos Ghosn, presidente da Renault.

Outros líderes políticos importantes na programação desse ano são Taro Aso, primeiro-ministro do Japão, Gordon Brown, primeiro-ministro do Reino Unido, e Angela Merkel, primeira-ministra da Alemanha.

A organização garante que haverá mais de 40 chefes de Estado ou de governo no evento.

Além dos chefes de governo, haverá figuras de importância política, como José Manuel Barroso, presidente da Comissão Europeia, e Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU.

‘Brasil, o novo agente do poder’ terá a presença de Amorim e Gabrielli

Uma certa decepção é o tradicional painel sobre a economia global, às 9 horas do primeiro dia. Onde foram parar participantes frequentes dos anos recentes, como Nouriel Roubini, o economista que previu com mais precisão a atual crise, ou o sempre otimista Jacob Frankel, que hoje ocupa o cargo de vice-chairman da AIG, a seguradora que quase quebrou?

No painel de 2009 há a participação de Stephen Roach, chairman da Morgan Stanley na Ásia, que também previu a crise, mas exatamente quando ela não ocorreu, nos anos de ouro da economia global até 2006.

Um exame mais detalhado, porém, mostra que a análise da crise está espalhada pelo programa, com vários painéis sobre diferentes aspectos da turbulência, nos quais participam economistas, financistas e autoridades financeiras de peso como o próprio Roubini, os Prêmios Nobel Joseph Stiglitz e Edmund Phelps e Kenneth Rogoff, de Harvard.

Ainda hoje, uma sessão imprevisível é a que reúne Roubini e o outro grande profeta da catástrofe recente, o polêmico financeiro Nassim Nicholas Taleb, autor de *O Cisne Negro: o Impacto do Altamente Improvável*, que desde pelo menos 2006 escreveu que o desenvolvimento dos mercados de derivativos e a uti-

lização de sistemas de controles de risco, tal como estava ocorrendo, teriam consequências desastrosas.

Também deverá ser especialmente concorrida a apresentação de Lawrence Summers, chefe do Conselho Econômico Nacional do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Ele se juntará ao assessor de Segurança Nacional, James Jones, para ser entrevistado, por Schwab, sobre as prioridades econômicas e de política externa dos Estados Unidos.

Na esfera empresarial, nomes de primeira grandeza que sempre vão ao Fórum Econômico confirmaram presença: novo este ano, como Bill Gates, da Microsoft, e Larry Page, do Google. Segundo a organização do evento, 56% dos mais de 2,5 mil participantes previstos para 2009 são líderes empresariais, representando um grupo de mil empresas de destaque mundial que são participantes permanentes do Fórum.

Os principais nomes governamentais do Brasil são o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o governador do Rio, Sérgio Cabral. Da área estatal, virá José Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras. Vários empresários também vão marcar presença.

Amorim participa de mais de um painel, inclusive um denominado “A luta contra o protecionismo”, no qual também estarão o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, e o ministro do Comércio e Indústria da Índia, Kamal Nath. Meirelles participará de um painel sobre a paradoxa força do dólar.

Haverá alguma sessões sobre a América Latina e uma especificamente sobre o Brasil, intitulada “Brasil, o novo agente do poder” (“power broker”), com as presenças de Amorim e Gabrielli. ■

Fórum ocorre em Davos, na Suíça, de 28 janeiro a 1º de fevereiro

- O que é: reunião anual de líderes mundiais para discutir globalização e outros tópicos econômicos e políticos



Vladimir Putin, primeiro-ministro da Rússia, e Wen Jiabao, primeiro-ministro da China, abrem o fórum

Estados Unidos

- Bill Clinton – ex-presidente
- Lawrence Summers – diretor do Conselho Econômico dos EUA
- Al Gore – ex-vice-presidente

Ásia, África e Oceania

- Taro Aso – primeiro-ministro do Japão
- Kamal Nath – ministro de Comércio e Indústria da Índia
- Kevin Rudd – primeiro-ministro da Austrália

Brasil

- Celso Amorim – ministro de Relações Exteriores
- Henrique Meirelles – Presidente do BC
- Sérgio Cabral – Governador do Rio

Europa

- Jean-Claude Trichet – Presidente do Banco Central Europeu
- Gordon Brown – Primeiro ministro do Reino Unido

América Latina

- Álvaro Uribe – presidente da Colômbia
- Felipe Calderón – presidente do México

Empresários

- Bill Gates (Microsoft)
- George Soros (investidor)
- Lakshmi Mittal (Arcelor Mittal)
- Carlos Ghosn (Renault)
- Larry Page (Google)

Organizações

- Ban Ki-Moon – secretário-geral da ONU
- Pascal Lamy – diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC)
- Robert B. Zoellic – presidente do Banco Mundial
- Angel Gurría – secretário-geral da OCDE
- Supachai Panitchpakdi – secretário-geral da Unctad

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Está encerrada esta sessão de 26 de março de 2009,

coordenada e supervisionada pelos Drs. José Roberto e João Pedro.

Está encerrada a sessão do Senado da República do Brasil.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 12 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 918 , DE 2009

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe competem, e tendo em vista o que consta do Processo PD-105/09-0,

RESOLVE, fundamentado no artigo 215, artigo 216, §1º e §2º, artigo 217, inciso I, alínea “b”, inciso II, alínea “a”, e artigo 219 da Lei 8.112/1990; artigo 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal e no artigo 2º, inciso II da Lei 10.887/2004, conceder pensão por morte do servidor **HERMILIO GOMES DA NOBREGA**, da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN, matrícula 10.361-8, a seus beneficiários, da seguinte forma: pensão vitalícia, na proporção de 50% (cinquenta por cento) do valor total do benefício, a **MAURA ANTÔNIO CÔTA**, na condição de separada judicialmente com percepção de pensão alimentícia; pensão temporária, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do benefício para cada uma, a **RAFAELA NOBREGA** e **GABRIELLA GOMES DA NOBREGA**, na condição de filhas com até 21 anos de idade. A pensão será devida a partir da data do óbito do servidor, ocorrido entre 19 e 20 de fevereiro de 2009. O reajuste da pensão será de acordo com o artigo 15 da Lei 10.887, de 2004.

Senado Federal, em 12 de março de 2009.

JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor Geral

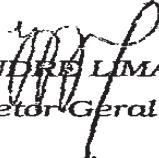
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 1158 , de 2009

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 003963/09-8,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a DULCINÉIA RAMOS ARAÚJO, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor NEWTON ARAÚJO SILVA, matrícula 143823-ERGON, a partir da data do óbito, 27/02/2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor Geral

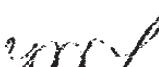
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 1159 , de 2009

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 003815/09-9,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a ZENAIDE FACCIN MENTZ, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor JOÃO JACOB MENTZ, matrícula 27586-ERGON, a partir da data do óbito, 19/01/2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1160 , de 2009

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 004278/09-7,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a ORVALINA DUTRA GICO, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor IVO TEIXEIRA GICO, matrícula 3971-ERGON, a partir da data do óbito, 03/02/2009.

Senado Federal, 26 de março de 2009.

*José Alexandre Lima Gazineo
Diretor-Geral*

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1161/2009

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 00454/09-5, RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 conceder pensão vitalícia a ELZA MENDES ARRAIS, na qualidade de cônjuge, na proporção de 100 % (cem por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor aposentado JOEL ARRAES, a partir da data do óbito, 02/03/2009.

Senado Federal, em 26 de março de 2009.

*JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral do Senado Federal*

Agenda do Presidente José Sarney

26/03/2009

quinta-feira

Aniversários: ----

- 08:30 **Café da manhã com o General Enzo Martins Peri, Comandante do Exército**
Quartel-General do Exército, Setor Militar Urbano

11:00 **Nelson Pacheco Sirotsky, Presidente do Grupo RBS, e Paulo Tonet Camargo, diretor do Grupo em Brasília**
Presidência

12:00 **Recebe José Maranhão, Governador da Paraíba**
Presidência

16:00 **Ordem do Dia**
Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
 Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT

Jefferson Praia (AM) (16)

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. N° 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. N° 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1.4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
 2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
 3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
 4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
 5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
 6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
- **. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1.	
2.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
1.	
2.	
Maioria (PMDB, PP)	
1.	
2.	
PTB	
1.	
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final prorrogado: 30/04/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

Prazo final: 20/02/2009

Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

**3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL
EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE**

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB/SF).

3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. n° 055/2009-GLDBAG).

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (29)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (28)
Delcídio Amaral (PT) (37)	2. Renato Casagrande (PSB) (39)
Aloizio Mercadante (PT) (32)	3. João Pedro (PT) (11,35)
Tião Viana (PT) (31)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (38,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (34)	6. Expedito Júnior (PR) (4,33)
César Borges (PR) (40)	7. João Ribeiro (PR) (41)
 Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (57,66)	1. Romero Jucá (PMDB) (53,67)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (55,68)	2. Gilvam Borges (PMDB) (56,59)
Gerson Camata (PMDB) (54,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,69)
Valdir Raupp (PMDB) (61)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,69)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,63,65)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,58,70)
Pedro Simon (PMDB) (60,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (1,69)
VAGO (64)	7. VAGO (64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (50)	1. Gilberto Goellner (DEM) (46)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,46)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,47)
Efraim Moraes (DEM) (52)	3. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Raimundo Colombo (DEM) (49)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (46)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,42)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,43)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (26)	7. Alvaro Dias (PSDB) (25)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,23,73)
Arthur Virgílio (PSDB) (26,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (22)
Tasso Jereissati (PSDB) (26)	10. Papaléo Paes (PSDB) (24)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino (51)	1. Sérgio Zambiasi (12,51)
Gim Argello (51)	2. Fernando Collor (51)

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
23. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
26. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
29. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
31. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.

32. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
34. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
38. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
39. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
40. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Ikhessarenko.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
51. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
53. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de o Senador não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(3,4)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)
4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Flávio Arns (PT) (3,17,26)	1. Fátima Cleide (PT) (32)
Augusto Botelho (PT) (35)	2. César Borges (PR) (31)
Paulo Paim (PT) (36)	3. Eduardo Suplicy (PT) (33)
Marcelo Crivella (PRB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (29)	5. Ideli Salvatti (PT) (28,30)
Roberto Cavalcanti (PRB) (27,60)	6. VAGO (27)
Renato Casagrande (PSB) (27,59,64)	7. José Nery (PSOL) (27,62,63)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (56,67)	1. Lobão Filho (PMDB) (50)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52)	2. Romero Jucá (PMDB) (57)
Paulo Duque (PMDB) (6,49)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (51)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (53)
Mão Santa (PMDB) (48)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (40)	1. Heráclito Fortes (DEM) (38)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (37)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,42)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,41)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Lúcia Vânia (PSDB) (21,44)	5. Marisa Serrano (PSDB) (25,66)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,65)	6. João Tenório (PSDB) (23)
Papaléo Paes (PSDB) (24)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (22,45)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,61)
PDT	
João Durval (19,47)	1. VAGO (18)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 11/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaleó Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ; GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
29. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
35. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
36. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
62. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade à PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
65. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
66. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽³⁾
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Marina Silva (PT) (37,71)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,32)
Aloizio Mercadante (PT) (10,39)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,36)
Eduardo Suplicy (PT) (37)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (35)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,74)
Ideli Salvatti (PT) (37)	5. César Borges (PR) (30,52)
Expedito Júnior (PR) (31,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,38,77)
 Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,63)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,64)
Almeida Lima (PMDB) (58,63)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (61,67)
Gilvam Borges (PMDB) (59,63)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (60,66,78)
Francisco Dornelles (PP) (62,63)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,69,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,63)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,57,65)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,56,68)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (45)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (51)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (44)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,46)
Alvaro Dias (PSDB) (25,72)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Sérgio Guerra (PSDB) (29,75)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (25)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (25)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (28,73)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (41)
PDT	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Patrícia Saboya (11,22,53)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
32. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

39. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT) (35)	1. João Pedro (PT) (1,38)
Augusto Botelho (PT) (35)	2. Ideli Salvatti (PT) (37)
Fátima Cleide (PT) (35)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,31)
Paulo Paim (PT) (35,44,65)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (34,66)
Marina Silva (PT) (33)	6. VAGO (34)
Expedito Júnior (PR) (30)	7. VAGO (34)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (57)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
VAGO (8,16,63,69)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (59)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (61)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (60)	5. Valdir Raupp (PMDB) (55)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,54)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,58)
VAGO (56,64)	7. Lobão Filho (PMDB) (53)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,45)	1. Gilberto Goellner (DEM) (39)
Marco Maciel (DEM) (50)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,47)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,49)	3. Jayme Campos (DEM) (48)
Heráclito Fortes (DEM) (41)	4. Efraim Moraes (DEM) (40)
José Agripino (DEM) (13,51)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,52)
Adelmir Santana (DEM) (43)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,46)
Alvaro Dias (PSDB) (24)	7. Eduardo Azeredo (PSDB) (26,67)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	8. Marconi Perillo (PSDB) (27)
Lúcia Vânia (PSDB) (29,68)	9. Papaléo Paes (PSDB) (28)
Marisa Serrano (PSDB) (25)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (22)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,42)	1. João Vicente Claudino (42)
Romeu Tuma (42)	2. Mozarildo Cavalcanti (42)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
23. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
27. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
31. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

39. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
40. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
42. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
44. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
46. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
53. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
65. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
66. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
67. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO ⁽⁷⁾
 Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PT) (7,26)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (38)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (31)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,27)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Jayme Campos (DEM) (9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque (12,37,42)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (4)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO (4)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (3)	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
 Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maoria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) (22)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (22)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (22)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,24,29)
Magno Malta (PR) (2,23)	4. VAGO (24)
José Nery (PSOL) (21)	5. VAGO (24)
Maoria (PMDB, PP)	
VAGO (38,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (40)
Gerson Camata (PMDB) (37)	2. Romero Jucá (PMDB) (39)
VAGO (33,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (41)
Gilvam Borges (PMDB) (36)	4. Mão Santa (PMDB) (35)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,42)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (34)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (3,32)	1. Heráclito Fortes (DEM) (28)
Rosalba Ciarlini (DEM) (26)	2. Jayme Campos (DEM) (27)
Eliseu Resende (DEM) (4,30)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (31)
Gilberto Goellner (DEM) (8)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,25)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. Lúcia Vânia (PSDB) (16)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
VAGO (1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009-GLDBAG).
25. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
30. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
32. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
33. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. n° 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
 Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
6. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO (5) Serys Slhessarenko (PT)	1. Fátima Cleide (PT) 2. VAGO (2,5)
 Maioria (PMDB, PP)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (3,4) Lúcia Vânia (PSDB)	1. VAGO (1) 2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
3. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Eduardo Suplicy (PT) (42)	1. Flávio Arns (PT) (40,72)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (38,73)	2. Marina Silva (PT) (45)
João Ribeiro (PR) (43,66)	3. Renato Casagrande (PSB) (46,74)
João Pedro (PT) (47)	4. Magno Malta (PR) (44)
Tião Viana (PT) (41,58,70)	5. Augusto Botelho (PT) (22,39,52,67)
Maoria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (6)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,69,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (50)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,55)
Demóstenes Torres (DEM) (49)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,57)
Marco Maciel (DEM) (18,29,48)	3. José Agripino (DEM) (23,27,53)
Heráclito Fortes (DEM) (8,56)	4. Kátia Abreu (DEM) (54)
João Tenório (PSDB) (33,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) (36)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,37,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (34)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (35)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,51)	1. Mozarildo Cavalcanti (51)
PDT	
Patrícia Saboya (31,60)	1. Cristovam Buarque (20,32,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
14. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
35. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
36. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
37. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
39. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
43. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
44. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

45. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
46. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
53. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
54. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
55. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
56. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
57. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
58. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
69. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
70. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
 Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
 Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.

5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (22)	1. Marina Silva (PT) (25)
Delcídio Amaral (PT) (22,28,60)	2. Paulo Paim (PT) (23,28,58)
Ideli Salvatti (PT) (22)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (20)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	4. Expedito Júnior (PR) (24)
Fátima Cleide (PT) (17)	5. Eduardo Suplicy (PT) (21)
João Ribeiro (PR) (18)	6. João Pedro (PT) (16)
 Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB) (46)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,53)
Gilvam Borges (PMDB) (47)	2. Lobão Filho (PMDB) (34,44)
Paulo Duque (PMDB) (52)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,51)
Mão Santa (PMDB) (5,9,48)	4. Valter Pereira (PMDB) (50)
Valdir Raupp (PMDB) (43,56)	5. Francisco Dornelles (PP) (49)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (54)	6. VAGO (45,55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (31)
Eliseu Resende (DEM) (30)	2. Efraim Morais (DEM) (35)
Heráclito Fortes (DEM) (36)	3. Adelmir Santana (DEM) (38)
Jayme Campos (DEM) (27)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (37)
Kátia Abreu (DEM) (7,32)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,26)
Alvaro Dias (PSDB) (41)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (40,59)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (14,57)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Mário Couto (PSDB) (15)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (13)
PTB ⁽⁴⁾	
Fernando Collor (29)	1. Gim Argello (29)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
14. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
18. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
20. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
21. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
26. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
29. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
30. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
35. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
36. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
59. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
César Borges (PR) (24)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,27)
Serys Slhessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (26)	3. VAGO (23)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (23)
Maoria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (33,41)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44)
Valter Pereira (PMDB) (1,48)	2. Pedro Simon (PMDB) (47)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) (42)
Almeida Lima (PMDB) (43)	4. Gerson Camata (PMDB) (46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (36)	2. Jayme Campos (DEM) (38)
Rosalba Ciarlini (DEM) (37)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) (31)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,40)	1. João Durval (16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Moazirido Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Paulo Paim (PT) (22)
João Pedro (PT) (18)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,17)
Augusto Botelho (PT) (20,26,49)	3. Expedito Júnior (PR) (21)
Magno Malta (PR) (19)	4. VAGO (23)
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,34,37)	1. Romero Jucá (PMDB) (41,47)
Neuto De Conto (PMDB) (35,44)	2. Valdir Raupp (PMDB) (39,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,38)	3. Renan Calheiros (PMDB) (43,46)
Valter Pereira (PMDB) (42,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (40,45)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (24)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,31)
Raimundo Colombo (DEM) (32)	2. Heráclito Fortes (DEM) (29)
Kátia Abreu (DEM) (30)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,28)
Jayme Campos (DEM) (8,10,33)	4. José Agripino (DEM) (25)
Lúcia Vânia (PSDB) (15)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (12)
Mário Couto (PSDB) (13)	6. João Tenório (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (14)	7. Marconi Perillo (PSDB) (16)
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma (9,27)	1. Sérgio Zambiasi (27,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
13. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ; GLDBAG).
24. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (20)	1. Delcídio Amaral (PT) (18)
Renato Casagrande (PSB) (22)	2. Flávio Arns (PT) (20)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,46)
 Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (35)	1. Valter Pereira (PMDB) (34)
Lobão Filho (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,43,48)
Valdir Raupp (PMDB) (38,47)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (29)	1. Gilberto Goellner (DEM) (26)
Demóstenes Torres (DEM) (3,31)	2. Eliseu Resende (DEM) (23)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (27)	4. Kátia Abreu (DEM) (30)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,44)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi (25)	1. Fernando Collor (25)
PDT	
Patrícia Saboya (13,33)	1. Cristovam Buarque (32)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
23. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Moraes é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,5)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Mão Santa não mais pertencer à Comissão.
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS****CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)**

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁴⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **4^a Eleição Geral:** 13/03/2003

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)

Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁵⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.

Maioria (PMDB, PP)

Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. VAGO ⁽¹⁴⁾

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹²⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹⁰⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)

PDT

VAGO ⁽¹³⁾	1.
----------------------	----

Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)

Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾

Atualização: 18/02/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
5. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
10. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
11. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
12. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
13. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.
14. Em virtude de renúncia ao mandato do Senador José Maranhão em 18.02.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR **(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos e Conselhos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**4^a Designação:** 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO) ⁽¹⁾**PTB**

VAGO ⁽²⁾**PDT**

Patrícia Saboya (CE)

PR

Expedito Júnior (RO)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 05/03/2009**Notas:**

1. Indicada para ocupar a vaga destinada ao PT, conforme Of. 013/2009-GLDPT, lido na sessão do dia 03.03.2009.

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, conforme Of. nº 088/2009/GLPTB.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Shhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Waldir Neves (PSDB-MS)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 17.03.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11^a Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Composição

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)

Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTI ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 12.03.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> WALDIR NEVES PSDB-MS	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 09.03.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 168 PÁGINAS